



UNIVERSIDADE FEDERAL DE GOIÁS
FACULDADE DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

**AS FESTAS CÍVICAS MEXICANAS E A
POTENCIALIZAÇÃO DA IDENTIDADE NACIONAL (1910 – 2010)**

Nome: Vitor Gomez Miziara
Orientadora: Profª Drª Libertad Borges Bittencourt

Goiânia
2013

TERMO DE CIÊNCIA E DE AUTORIZAÇÃO PARA DISPONIBILIZAR AS TESES E DISSERTAÇÕES ELETRÔNICAS (TEDE) NA BIBLIOTECA DIGITAL DA UFG

Na qualidade de titular dos direitos de autor, autorizo a Universidade Federal de Goiás (UFG) a disponibilizar, gratuitamente, por meio da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações (BDTD/UFG), sem ressarcimento dos direitos autorais, de acordo com a Lei nº 9610/98, o documento conforme permissões assinaladas abaixo, para fins de leitura, impressão e/ou *download*, a título de divulgação da produção científica brasileira, a partir desta data.

1. Identificação do material bibliográfico: **Dissertação** **Tese**

2. Identificação da Tese ou Dissertação

Autor (a):	Vitor Gomez Miziara				
E-mail:	vitorgomez@hotmail.com				
Seu e-mail pode ser disponibilizado na página?	<input checked="" type="checkbox"/> Sim		<input type="checkbox"/> Não		
Vínculo empregatício do autor					
Agência de fomento: CAPES				Sigla:	
País:	Brasil	UF:	GO	CNPJ:	
Título:	As Festas Cívicas Mexicanas e a Potencialização da Identidade Nacional (1910 – 2010)				
Palavras-chave:	Independência; México; Bicentenário; Festa; Celebração;				
Título em outra língua:	The Civic Mexican Celebrations and the Potencialization of the National Identity (1910 – 2010)				
Palavras-chave em outra língua:	Independence; Mexico; Bicentenary; Celebrations;				
Área de concentração:	Culturas, Fronteiras e Identidades				
Data defesa: (dd/mm/aaaa)	01/03/2013				
Programa de Pós-Graduação:	Programa de Pós-Graduação em História				
Orientador (a):	Libertad Borges Bittencourt				
E-mail:	libertadborges@yahoo.com.br				

3. Informações de acesso ao documento:

Concorda com a liberação total do documento SIM NÃO¹

Havendo concordância com a disponibilização eletrônica, torna-se imprescindível o envio do(s) arquivo(s) em formato digital PDF ou DOC da tese ou dissertação.

O sistema da Biblioteca Digital de Teses e Dissertações garante aos autores, que os arquivos contendo eletronicamente as teses e ou dissertações, antes de sua disponibilização, receberão procedimentos de segurança, criptografia (para não permitir cópia e extração de conteúdo, permitindo apenas impressão fraca) usando o padrão do Acrobat.

Data: ____ / ____ / ____

Assinatura do (a) autor (a)

¹ Neste caso o documento será embargado por até um ano a partir da data de defesa. A extensão deste prazo suscita justificativa junto à coordenação do curso. Os dados do documento não serão disponibilizados durante o período de embargo.

VÍTOR GOMEZ MIZIARA

**As Festas Cívicas Mexicanas e a Potencialização da Identidade
Nacional (1910 – 2010)**

Dissertação de Mestrado apresentada ao Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, como requisito à obtenção do título de Mestre em História.

Área de Concentração: Culturas, Fronteira e Identidades.

Linha de Pesquisa: Ideias, Saberes e Escritas da (e na) História.

Orientação: Prof^a. Dr^a. Libertad Borges Bittencourt

Goiânia
2013

**Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)
GPT/BC/UFG**

M685f Miziara, Vítor Gomez.
As festas cívicas mexicanas e a potencialização da
identidade nacional (1910-2010) [manuscrito] / Vítor
Gomez Miziara. - 2013.
107 f.

Orientadora: Prof^a. Dr^a. Libertad Borges Bittencourt.
Dissertação (Mestrado) – Universidade Federal de
Goiás, Faculdade de História, 2013.

Bibliografia.

Anexos.

1. México – História – Revolução. 2. México –
Revolução – Bicentenário – Comemoração. 3. México –
Identidade – Memória. I. Título.

CDU: 94(72):323.272

As Festas Cívicas Mexicanas e a Potencialização da Identidade Nacional (1910 – 2010)

Dissertação defendida no Programa de Pós-Graduação em História da Faculdade de História da UFG, para obtenção do título de Mestre em História, aprovada em _____ de _____ de 2013, pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

Prof^a. Dr^a. Libertad Borges Bittencourt (UFG)
Presidente

Prof^a. Dr^a. Fabiana de Souza Fredrigo (UFG)
Membro

Prof. Dr. Eduardo José Reinato (PUC-GO)
Membro

Prof. Dr. Eugênio Rezende de Carvalho (UFG)
Suplente

AGRADECIMENTOS

Primeiramente a Deus, que providenciou o direcionamento necessário para que eu pudesse percorrer este caminho.

À minha família, pelo apoio e compreensão. Ao meu pai Rogério Miziara, à minha mãe Lígia Kremling Gomez, por terem me ensinado que uma postura reflexiva diante do mundo é algo que deve ser cultivado em todos os momentos de nossas vidas. Além dos meus irmãos, Rafael e Gabriel Gomez Miziara, que mesmo na distância, mantiveram o carinho fraternal.

À minha segunda família – meus sogros, Jadir e Sônia, e cunhadas Jessica e Jennifer Soares – que conviveram com minha rotina de estudo e proporcionaram conselhos e dicas, não no âmbito acadêmico, mas no âmbito social e moral.

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES, pela concessão da bolsa de estudos; um incentivo oportuno ao desenvolvimento de minhas pesquisas.

À minha excepcional orientadora, Professora Doutora Libertad Borges Bittencourt, que me acompanhou em seis anos de pesquisas, proporcionando os direcionamentos necessários, sem os quais não seria possível alcançar este grande objetivo em minha carreira acadêmica, à qual devo, se não inteiramente, em sua maior parte, à esta grande historiadora.

Aos professores do Programa de Pós-Graduação em História da Universidade Federal de Goiás, que transmitiram os conhecimentos necessários para minha formação.

Aos historiadores amigos de graduação, Júlio César e Déborah Soares, que mesmo com o distanciamento ocorrido em virtude do fim desta etapa, proporcionaram lazer e descontração ao longo da escrita desta dissertação.

Ao colega das aulas de pós-graduação, Mestre Rafael Borges, pelas inúmeras conversas e discussões que realizamos durante esta etapa.

Por fim, à historiadora, noiva e futura esposa, Stéfanny Soares de Menezes Dias, sem a qual nenhuma das etapas percorridas até aqui teriam sido possíveis; que em momentos de angústia e desespero, soube transmitir o discernimento e apontar o melhor caminho e que, em momentos de alegria, compartilhou comigo as minhas conquistas.

SUMÁRIO

Resumo.....	p. 07
Abstract.....	p. 08
Introdução.....	p. 10
Parte 1 – As festas nacionais mexicanas como comemorações cívicas.....	p. 30
1.1 As festas revolucionárias como reforçamento da memória.....	p. 35
Parte 2 – A simbologia triunfalista na representação pátria.....	p. 57
2.1. As narrativas históricas na comemoração pátria.....	p. 70
2.2. Festas pátrias: a vigência do passado na memória coletiva.....	p. 79
Considerações finais.....	p. 94
Referências.....	p. 97
Anexos.....	p. 104

RESUMO

O presente estudo tem por objetivo analisar as celebrações mexicanas, em especial as do Bicentenário de Independência e do Centenário da Revolução Mexicana, ocorridas no ano de 2010, sobretudo com relação às visões oficiais do governo federal para com os eventos cívicos e pátrios, que compuseram as efemérides mexicanas, buscando compreender e analisar os dados levantados no primeiro momento da pesquisa – o período que antecedeu as festas – e aqueles levantados durante e após a realização destas, de forma a contextualizar as visões oficiais, e confrontá-las com outras perspectivas. Para tanto, realizamos uma comparação com as festas do Primeiro Centenário da Independência, em 1910, a partir de uma análise teórica sobre conceitos como Identidade, Comemoração, Memória e Uso do Passado.

Palavras-Chave: Bicentenário, Independência, México, Identidade, Comemoração, Memória.

ABSTRACT

This study aims to analyze the Mexican celebrations, particularly the Bicentenary of Independence and Centenary of Mexican Revolution's celebrations, occurred in the year of 2010, specially those related to the government's official's visions for civic and patriotic events, that have composed the mexican's ephemeris, searching for the understanding and to analyze the data collected in the first moment – the period that preceded the celebrations – and those collected during and after the realization of those, in order to contextualize the oficial's visions, and confront them with another perspectives. In order to, we performed a comparison with the celebrations of the First Centenary of Independence, in 1910, from a theoretical analysis about concepts like Identity, Celebration, Memory and Uses of the Past.

Keywords: Bicentenary, Independence, Mexico, Identity, Celebration, Memory.

“Uma maneira – que praticamos cotidianamente – de distinguir os bons usos dos abusos consiste em nos perguntarmos sobre seus resultados e equilibrar o bem e o mal dos atos que se pretendem fundados sobre a memória do passado: preferindo, por exemplo, a paz ou a guerra. Mas também se pode, e é a hipótese que eu queria explorar agora, fundar a crítica dos usos da memória em uma distinção entre diversas formas de reminiscência. O acontecimento recuperado pode ser lido de maneira literal ou de maneira exemplar. Por um lado, esse sucesso – suponhamos que um segmento doloroso de meu passado ou do grupo ao qual pertença – é preservado em sua literalidade (o que não significa sua verdade), permanecendo intransitivo e não conduzindo mais além de si mesmo. Neste caso, as associações que se implantam sobre ele se situam em direta contiguidade: sublinho as causas e as consequências deste ato, descubro todas as pessoas que possam estar vinculadas ao autor inicial do meu sofrimento e, por sua vez, as assedio, estabelecendo ainda uma continuidade entre o ser que fui e o que sou agora, ou o passado e o presente de meu povo, e estendo as consequências do trauma inicial a todos os instantes da existência. / Ou bem, sem negar a própria singularidade do sucesso, decido utilizá-lo, uma vez recuperado, como uma manifestação entre outras de uma categoria mais geral, e me sirvo dele como de um modelo para compreender situações novas, com agentes diferentes. A operação é dupla: por um lado, como em um trabalho de psicoanálise ou um duelo, neutralizo a dor causada pela lembrança, controlando-a e marginalizando-a; mas, por outro lado – e é então quando nossa conduta deixa de ser privada e entra na esfera pública –, abro esta lembrança a analogia e a generalização, construo um exemplum e extraio uma lição. O passado se converte, portanto, em princípio de ação para o presente.”

(Tzvetan Todorov)²

² TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. SALAZAR, Miguel de. (Trad.), Barcelona, Paidó, 2000, p. 30-31;

INTRODUÇÃO

A escrita de uma dissertação de mestrado é uma das tarefas, em minha opinião, mais árduas pelas quais um historiador passa na sua vida acadêmica – pelo menos até esta etapa, uma vez que existem etapas depois da graduação. Essas dificuldades residem, sobretudo, no fato de que o historiador toma consciência, pela primeira vez, de que suas ideias poderão, algum dia e de alguma forma, contribuir para agregar novas discussões e para o possível desenvolvimento do tema objeto de sua pesquisa.³ O envolvimento de um historiador com seu objeto de estudo é algo que somente o próprio historiador é capaz de descrever. As paixões e repulsas desenvolvidas nesse relacionamento criam uma atmosfera única, que nos instiga a descobrir novas fontes, novas abordagens. Nesse sentido, se faz necessário um breve esclarecimento sobre meu interesse a respeito dessa temática.

Meu contato inicial com a pesquisa ocorreu ainda no segundo ano de graduação, quando a orientadora desta, a Professora Doutora Libertad Borges Bittencourt, introduziu o debate⁴ sobre o período festivo que então se aproximava no continente americano, o qual prontamente despertou meu interesse por adentrar nesse universo das comemorações, em um continente marcado pela diversidade e pelos desdobramentos históricos das independências. Ao referir-se a algumas das especificidades historiográficas do continente, a autora afirma:

³ Infelizmente, durante a graduação, existe uma tese erroneamente apregoada por alguns docentes, e colocadas em prática por vários discentes, que defende o não incentivo e desenvolvimento de pesquisas por parte destes – principalmente àqueles inscritos na modalidade de Licenciatura –, o que, acrescido aos obstáculos diários de uma graduação, acaba por afastar os futuros historiadores do inevitável contato com a pesquisa, salvo aqueles casos em que há um ligeiro e não tão aprofundado contato, por meio dos Programas de Iniciação Científica. Os problemas desse distanciamento se refletem logo nos momentos iniciais da preparação para o mestrado, quando as principais perguntas vêm à tona. Qual é meu objetivo com o mestrado? Qual o objeto? Quais são meus objetivos e hipótese? Como definir o recorte da dissertação? Onde buscar as fontes? Como adquirir a experiência exigida para uma dissertação, quando muitos se deparam com uma pesquisa pela primeira vez? Isto nos leva a um questionamento do método de ensino para o curso de História / Licenciatura, no qual o ato de pesquisar é pouquíssimo praticado, o que consiste um erro, uma vez que pesquisa e ensino são atividades inexoráveis do historiador. Mas essa é uma questão a ser discutida pela própria universidade. Resta-nos registrar a perplexidade individual diante desse dilema.

⁴ BITTENCOURT, Libertad Borges. A Comunhão Comemorativa e a Releitura do Passado: Identidades e o Bi-Centenário das Independências na América Hispânica. *Liber Intellectus*, 2008, v. 1, p. 1 – 15.

As versões históricas sobre as independências e sobre os homens que nela atuaram seguem arrolando figuras e fatos que foram alçados a patamares quase míticos na busca de construir uma identidade encompassadora para o continente fragmentado pelas disputas por poder. A escrita histórica oitocentista tinha como um dos grandes objetivos, além de colaborar para consolidar os valores republicanos, exatamente alicerçar a identidade nacional, projetando esperança em um futuro cujo marco haveria de ser o progresso. Assim mesmo, o progresso passava longe da perspectiva das populações que pagavam alto preço pela separação e sentiam saudades do período colonial, dados o depauperamento, a violência e as dificuldades enfrentadas pelos combalidos cofres públicos, obrigados que foram a sustentar um prolongado período de guerra com tropas realistas (BITTENCOURT, 2008, p. 1-2).

Por sua vez, ao referir-se ao momento de efemérides, enfatiza a especificidade das comemorações na América Hispânica, perpassadas pela aproximação à “Pátria Progenitora” que se afigura passados os momentos cruciais de ruptura, aguçadas pelas guerras de libertação.

Nunca é demais reforçar um ponto recorrente sobre a questão de que as festas americanas são profundamente hispânicas, mesmo considerando as incorporações locais, e as festas do bi-centenário proporcionarão oportunidade ímpar de repensar essa relação forçada da *hispanidad* (BITTENCOURT, 2008, p.6).

Foi exatamente a categoria de *hispanidad* que instigou meu interesse, ao iniciar a pesquisa nesse campo. Primeiramente, pela curiosidade aguçada sobre um conceito até então por mim desconhecido. Segundo porque, após uma rápida reflexão, algumas indagações vieram à tona: 1) seria possível a existência concreta de algo que representasse todos os países *hispano hablantes*⁵, e melhor, que fizesse com que esses países se sentissem representados e partícipes desta ideia? 2) Após uma breve análise percebe-se a óbvia ligação do conceito com a língua espanhola e, conseqüentemente, com o território espanhol. Em razão disso, como seria a relação dos países latino americanos com esse termo, uma vez que este reporta, inicialmente, a uma

⁵ Dos 21 países de fala espanhola que existem no mundo, somente a Espanha se localiza fora da América Latina; portanto, a ideia levantada – e que buscávamos responder – neste momento inicial era de que uma possível *hispanidad* agregaria valor identitário a 20 países, que se localizam em distâncias de até 8 mil km entre si, e que possuem as mais diversas características físicas, sociais, históricas e políticas.

relação direta com a Espanha e, conseqüentemente, à histórica relação entre estes países, não obstante as especificidades nacionais?

Posteriormente, durante a pesquisa, compreendi que a *hispanidad* é considerada mais uma forma de viver que a América herdou da Espanha, do que propriamente a uma identidade continental genérica, de forma que, respondendo à primeira pergunta: sim, a *hispanidad* existe também como uma identidade reforçada por meio da língua e de instituições comuns herdadas da metrópole colonial. Ao longo dos dois séculos de vida independente houve uma apropriação e reforçamento desses elementos inicialmente negados, logo após a etapa de guerras separatistas. Esses elementos conferiram um amálgama às jovens nações e as instituições comuns foram singularmente valorizadas.

Ao inserirmos estas discussões acerca da *hispanidad* – assim como considerável parte das discussões nesta dissertação –, é importante ressaltarmos que a maioria das fontes utilizadas nesta pesquisa encontram-se em língua espanhola, em virtude do objeto referir-se a um país de língua hispânica, e que, em decorrência das regras da ABNT, foram por mim traduzidas para o português, de forma a tornar mais fluente a análise dessas mesmas fontes.

Para os propósitos iniciais do presente exame, é importante discorrer sobre o conceito para compreender as próprias comemorações e, nesse sentido, um autor que refletiu sobre a questão e no qual fundamentei minha reflexão foi Manuel García Morente (1938)⁶ que publicou conferências proferidas por ele em 1938, na *Asociación de Amigos del Arte*, de Buenos Aires, sob o título "*Idea de la Hispanidad*". Nessa coletânea, o autor analisa os caminhos percorridos pela Espanha e que foram decisivos na definição do conceito.

Nesse passo, e numa concepção inteiramente laudatória do que considera a civilização espanhola, reitera que a Espanha passou por quatro grandes momentos na História mundial, nos quais foi o centro dos acontecimentos, que possibilitaram ações por parte de seus habitantes, caracterizadoras do que se convencionou posteriormente como *hispanidad*. O primeiro momento ocorreu quando da expansão do Império Romano para o

⁶ Filósofo espanhol da cátedra de Ética da Universidade de Madrid, licenciado em Letras pela Universidade de Bourdés.

território da atual Espanha que, quando invadida, foi incorporando elementos fundamentais do Império, contudo, preservando os elementos culturais norteadores de uma identidade, que foi se configurando no confronto com o outro; o segundo momento ocorreu quando da invasão árabe-muçulmana na Europa Ocidental, de forma que a Espanha tornava-se o *front* de batalha e, por conseguinte, teria a missão de defender a Europa da invasão; o terceiro momento ocorreu nos séculos XVI e XVII, no início das expansões marítimas e dos Estados modernos, quando, segundo a perspectiva do autor, a Espanha ensinou à Europa as três ideias básicas para se fundar a vida política moderna: o Estado Nacional, o Exército Nacional e a Moderna Política Imperialista; o quarto, e último momento, seria o período contemporâneo⁷ ao autor, o qual, ao defender a vitória da Espanha sobre o comunismo internacional, afirma que a tarefa desta seria a de "demonstrar experimentalmente a impossibilidade de que uma teoria, por mais apoiada que esteja em forças materiais, prevaleça sobre a realidade histórica da nacionalidade" (MORENTE, 1938, p. 4). Ou seja, numa concepção recorrente no Ocidente naquele período, avessa à ideologia comunista, sua leitura é de que o que ele considerou como invasão comunista tinha por objetivo destruir a nacionalidade espanhola, apagando a *hispanidad* e instaurando uma nova província da então União Soviética. Com o fracasso do comunismo internacional, a Espanha reiterava a superioridade do nacionalismo.

Com uma visão extremamente apaixonada sobre o que considerava o glorioso destino espanhol, Morente (1938) afirmou que, nas quatro ocasiões, a Espanha sempre aceitou, sem hesitação, a tarefa que a história lhe apresentava. Segundo o autor, ela via nessa aceitação uma possibilidade de reagir às imposições estrangeiras e:

[...] imprimir neles a forma de sua própria essência espiritual.
[...] A aceitação estoica do destino histórico é, pois, a primeira característica saliente da atitude hispânica diante da vida. A Espanha tem sido sempre fiel ao seu destino histórico (MORENTE, 1938, p. 5).

⁷ Morente viveu entre 1886 e 1942, porém, em seu texto, faz referência ao ano de 1931 – ano em que o rei Afonso XIII se exila, finalizando a restauração borbônica na Espanha – e ano em que se inicia a Segunda República Espanhola, dentro da qual se insere a Guerra Civil Espanhola.

Nesse passo, em uma perspectiva muito tradicional da História, afirma também que, mesmo fiel ao seu destino histórico:

[a] Espanha tem sido também fiel a sua própria essência, ao seu ser espiritual. [...] Dito de outro modo: a história da Espanha nos oferece a cada instante [...] a imagem de um povo que não consentiu nunca em ser um mero objeto passivo dos acontecimentos, mas que tem querido ser sujeito ativo deles. [...] Dessa maneira, ao longo dos séculos, poderíamos contemplar a história da Espanha como um lento processo de própria depuração, como um contínuo exercício ascético encaminhado a aperfeiçoar, na atuação temporal, certo "ser coletivo", certo "modo de ser humano" típico e peculiar, que chamaríamos de "hispanidad" (MORENTE, 1938, p. 5 - 6).

Em face dessa concepção, para Morente (1938), a *hispanidad* seria o modo de ser espanhol, constituindo as características compartilhadas pelos habitantes da Espanha que, juntamente com o passado espanhol e a maneira com que este passado é rememorado, forma o que o autor denomina de "estilo español":

[...] digo que o estilo não pode definir-se, porque o estilo não é um ser – nem real, nem ideal –; não é uma coisa. [...] Existem coisas que não podem ser definidas, [...] mas que são objeto de intuição direta. O estilo não é tampouco estas coisas; porque o estilo não é coisa, mas uma "modalidade" de coisas; nem é ser, mas um "modo" de ser (MORENTE, 1938, p. 17).

Por sua vez, relacionando o conceito à história latino-americana, José María González Arenas (2007)⁸, em conferência sobre a temática, afirma que a paternidade do termo é atribuída ao padre espanhol Zacarías de Vizcarra e ao escritor Ramiro de Maeztu, que afirmaram, na década de 1920, que se o conceito "cristandade" representa todos aqueles que seguem religiões cristãs, porque não poderia existir um conceito que abarcasse todos aqueles que tivessem alguma conexão com povos hispânicos?

Nesse sentido, Arenas (2007) afirma que, durante a Segunda República Espanhola (1931-1939), começou-se a utilizar o termo numa perspectiva histórico-cultural, na qual aqueles que endossavam essa ideia defendiam que a língua era o elemento condensador da *hispanidad* e esta

⁸ Professor de História no Instituto Español de Ensino Superior Nuestra Señora Pila de Tetuán. Conferência disponível em: <http://exterior.pntic.mec.es/instituto.nuestra.senora.del.pilar/word/hispanidad.doc> - acesso em: 22/04/2011.

"designa a unidade profunda do mundo hispânico, Espanha e América do Sul, e a língua castelhana, não a raça, nem a religião, nem a realidade política, é a base fundamental desta homogeneidade" (ARENAS, 2007, p.2). Ressalta também que outros autores, como Santiago Morenos – membro do Partido Comunista Espanhol – a descreviam como "um conjunto de nações unidas por uma comunidade de interesses e subordinadas a uma denominação comum de Hispanidad" (MORENOS apud ARENAS, 2007, p.2).

Segundo o autor, a partir de 1935, começou-se a celebrar o dia da chegada de Cristóvão Colombo às Américas – 12 de outubro, como o Dia da *Hispanidad*. Dessa maneira, a *hispanidad* relacionada ao continente europeu seria, então, um ponto de convergência entre os países de fala hispânica, de forma a criar entre estes um sentimento de pertencimento a uma cultura que extrapolava as fronteiras territoriais. Arenas (2007) assinala que, com a criação do Dia da *Hispanidad*, ampliou-se a aproximação entre Espanha e América, com a criação de projetos de cooperação e desenvolvimento dos países membros. Por fim, propõe uma definição própria sobre a temática:

A "Hispanidad" – acrescentamos – é como uma árvore, de raízes fortes, mas também provida de vários ramos e frutos diversos. A Hispanidad como maneira de enfrentar-se a existência comum de 400 milhões de pessoas. A Hispanidad como forma de estar e ser no mundo há mais de 500 anos. E um instrumento precioso e preciso que o torna possível, a língua, o espanhol, a língua de todos os povos hispanoamericanos, a nossa e a língua de todos (ARENAS, 2007, p.3).

Após esta explanação, retomamos algumas das questões anteriormente propostas, que instigaram o desenvolvimento inicial desta pesquisa – como seria a relação dos países latino americanos com a Espanha, devido ao passado colonial? A princípio, é possível inferir que esta não seria profícua, uma vez que o processo histórico envolvendo os dois polos até a efetivação das independências foi desfavorável ao americano. Nessa perspectiva, após passar por diversas rupturas, sendo as principais a conquista, a exploração e o considerado genocídio das populações nativas, se aguçariam localmente visões negativas pouco auspiciosas à Espanha.

Todavia, fontes, como a de Virginia Guedea (2009)⁹, em seu texto sobre a História dos Centenários da Independência – referente especialmente ao México –, apontam uma aproximação significativa entre a antiga metrópole colonial e suas ex-colônias nos momentos posteriores à independência, implicando, em decorrência desses vínculos que foram se estreitando, a existência de um sentimento propício ao fortalecimento dessa relação. Essa proximidade, fundamentada nos elementos comuns que confeririam um amálgama muito além do âmbito cultural, se evidenciou quando das celebrações do primeiro Centenário das Independências, no momento em que a antiga "metrópole" enviou às suas antigas "colônias", representantes das áreas culturais e diplomáticas para acompanhar os festejos oficiais.

É possível inferir que essa perspectiva promissora e que vem se consolidando nessas duas centúrias pós-independência deve-se, entre outros motivos, ao fato de que o início das lutas por autonomia ocorreu após a tomada de ciência, por parte dos *criollos*, de que a corte espanhola rendera-se às forças francesas de Napoleão Bonaparte. A prisão do rei Fernando VII, “o desejado”, acarretou juras de fidelidade ao rei ausente na Espanha e na América, e a tentativa dos colonos de manter a “Espanha Americana” resguardada até o retorno do rei. Portanto, a invasão napoleônica constituía-se em ameaça à continuidade das relações relativamente amistosas com a monarquia espanhola. Nesse sentido, as lutas de independência em seus primórdios, podem ser compreendidas em espectro estendido mais como uma forma de defesa do território espanhol – do trono espanhol, caso o monarca rompesse o domínio francês – do que propriamente uma ruptura com o pacto colonial, criando, portanto, renovadas conexões com os territórios além mar.

Nesse sentido, e reiterando esse imaginário de adesão a uma herança comum, Guedea (2009) afirma que a dominação e a presença espanhola no México ocupavam o primeiro plano das celebrações oficiais do centenário das independências em 1910. O então presidente, general Porfírio Díaz, reconheceu "não só a força dos laços de sangue que uniam o México com a

⁹ Historiadora e pesquisadora mexicana, vinculada à UNAM, especialista no período do vice-reinado da Nova Espanha e da Independência do México. Organizou o livro *Asedios a los centenarios* (1910 - 1921), no qual reúne artigos que abordam diversas temáticas relacionadas aos primeiros centenários da independência mexicana – o do início das lutas e o da consumação destas.

Península, mas também a condição permanente da Espanha como mãe de todo o continente" (GUEDEA, 2009, p. 32). Esse foi um sentimento que, variando em intensidade, se consolidou, na medida em que as dolorosas lembranças das guerras separatistas foram sendo superadas e foi se fortalecendo a valorização dos laços culturais em comum. Em outro momento, reportando-se ao pronunciamento de um presidente de Ayuntamiento¹⁰, Fernando Pimentel y Fagoaga, destacou:

"[...] sendo os mexicanos em sua imensa maioria produto da união de duas raças [...], nada mais natural, justo e devido que a homenagem que se celebrava, pois seria monstruoso se renegassem seu sangue, sua cultura e sua participação no concurso das sociedades modernas" (FAGOAGA apud GUEDEA, 2009, p. 33 - 34).

Quando da inauguração do monumento *Columna de Independencia*¹¹, ato considerado central das festividades de 1910, o subsecretário do governo de Diaz e orador principal do evento, Miguel S. Macedo, concluiu seu discurso em um tom apologético sobre esse patrimônio da matriz hispânica:

"[...] a mãe Espanha, quando na língua que ela compartilhou conosco estamos bendizendo a Independência, e quando em nosso coração se estremecem fibras que ela mesma formou, lançando neste ardente crisol tropical seu sangue e sua alma para que, fundidas com o sangue e a alma indígenas, formassem nosso ser". O reconhecimento da dívida histórica que o México tinha com sua velha metrópole não poderia ser mais evidente (MACEDO apud GUEDEA, 2009, p. 35 - 36).

Em face dessa ênfase que a autora historiciza, ao longo da trajetória independente do México no que reporta aos vínculos com a Espanha, ao remeter-se a Pineda, em seu discurso na Câmara dos Deputados, ressalta que este também revelou apreço pela herança ibérica:

Mãe Espanha, que se orgulha agora com legítimo orgulho de ter amamentado as fecundas parteiras que hoje, com uma descendência de filhos livres, sustentam seu nome e as tradições de sua história na maior parte do mundo descoberto por Colombo sob a bandeira espanhola (PINEDA apud GUEDEA, 2009, p. 36).

¹⁰ Instituição responsável pela administração de um município.

¹¹ Também conhecido como *El Ángel de La Independencia* ou *Monumento a La Independencia*. Ver anexo 1.

Recuperando essa trajetória que buscou consolidar a ideia de unidade no México, no que concerne à sua afiliação hispânica, a autora enfatiza que essas ações intensificadas durante o porfiriato, sobretudo por ocasião da organização das comemorações da primeira centúria independentista, estas reiteram "um claro e rendido reconhecimento à Espanha e à dominação espanhola [...] mas foi um reconhecimento de índole seletiva a respeito dos momentos, das ações e das personalidades que se rememoraram." (GUEDEA, 2009, p. 37). Essa é uma etapa recorrente porque os eventos arrolados para serem perenizados são sempre selecionados por um grupo, que busca a gestão do passado conforme as questões postas pelo presente. Nos exemplos anteriormente elencados, aponta-se a tentativa governamental de consolidar os vínculos com a Espanha como marco fundador da nacionalidade, dissociando a memória das guerras entre Espanha e América e os dissensos que se ampliaram na última fase do período colonial.

As análises sobre o conceito de *hispanidad* e sobre a relação Espanha – América Ibérica oferecem perspectivas sobre os limites que a construção dessa identidade intercontinental alcança e os distintos modos com que os países hispânicos se relacionam com o passado. Ao longo dessa reformulação e interpretação dos escritos históricos, a Espanha também reasentou os acontecimentos do passado, valorizando determinados aspectos em detrimento de outros, que se reportavam ao trauma provocado pela perda de suas extensas possessões americanas. Sob essa concepção, passa-se a considerar a antiga matriz colonial como eixo cultural norteadora, como parte constitutiva das independências, conseqüentemente, das histórias nacionais americanas, de tal maneira que no interior dessas perspectivas de aproximação as festas – do primeiro centenário e do Bicentenário de 2010 – são consideradas uma extensão de uma história comum emblemática no sentido de que a Espanha conquistara extensos domínios que não se resumiam apenas à América, mas ali imprimira uma marca indelével. Essa visão ilustra a ideia exposta anteriormente e defendida por Morente (1938), de que a Espanha, na concepção de *hispanidad* deste autor, também se utiliza destas celebrações para nelas inserir ou reforçar sua "maneira de viver". Prova dessa influência e persuasão espanhola encontra-se na já referenciada aproximação entre Espanha e América Latina com a criação do Dia da *Hispanidad*.

Diante de tão vasto campo de possibilidades de estudos atinentes ao universo da *hispanidad* e das celebrações dos bicentenários hispano-americanos¹², proceder a escolha do país objeto de estudo torna-se tarefa complexa, uma vez que o número de eventos comemorativos neste mesmo período¹³ cria, segundo Jaime de Almeida (2006)¹⁴, um "desnorteante jogo de espelhos", de forma que as efemérides latino-americanas sofrem uma refração da atenção dos historiadores, o que pode prejudicar as análises das festas em si, diante da possibilidade de um evento atrair mais atenção do que outro.

Nesse sentido, nossa escolha recaiu sobre o México, pois este país agregava um fator a mais que instigava nosso interesse, não inteiramente presente em outros. Além das celebrações do Bicentenário de Independência, o México conferiria espaço às festas do primeiro Centenário de sua Revolução¹⁵, quando em 1910, após os festejos do primeiro Centenário de

¹² Foram nove os países hispano-americanos que comemoraram com "pompa e circunstância" seus bicentenários no ano de 2010: Argentina, Bolívia, Chile, Colômbia, Equador, El Salvador, México, Paraguai e Venezuela, além da própria Espanha.

¹³ Além das celebrações dos bicentenários de independência latino americanos, o período 2008 – 2010 também compreende, por exemplo, as celebrações dos cinquenta anos da Revolução Cubana e do Centenário da República Portuguesa;

¹⁴ ALMEIDA, Jaime de. O Segundo Centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico. In: *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006. Disponível em: http://anphlac.org/upload/anais/encontro7/jaime_de_almeida.pdf. Acesso em: 17/04/2008.

¹⁵ A Revolução Mexicana foi a primeira grande revolução social do século XX e teve como uma das principais características a participação de indígenas e camponeses nas lutas. Um dos motivos fulcrais dessas lutas era livrar o México do domínio do então Presidente General José de la Cruz Porfírio Díaz, que governou entre 1876 e 1911, período conhecido como *Porfiriato*. De acordo com Leonardo Sepúlveda (2011, p. 57) o propósito inicial da revolução era a implantação de um governo democrático, sem possibilidade de reeleição, tendo incorporado demandas distintas, como a reforma agrária e a devolução de terras aos indígenas. As concepções políticas do então presidente Porfírio Díaz, defendidas firmemente em sua vida pública foram o suficiente para que Francisco Madero, um rico fazendeiro, se lançasse como candidato à presidência em oposição a Porfírio em 1910. Essa medida culminou com sua prisão, pouco antes das eleições, que Porfírio venceria. A população mexicana, que via em Madero uma possibilidade de alcançar novos rumos, aproximava-se, cada vez mais, da luta armada. Após a reeleição de Díaz, Madero foi liberto e iniciou um movimento para reunir forças de insurreição. Com apoio de forças em várias regiões do país, Madero entrou triunfante na Cidade do México, sendo eleito presidente em outubro de 1911. Posteriormente, Porfírio se exilou em Paris. A poucos dias de assumir a presidência, estalou em Morelos um levantamento liderado por Emiliano Zapata, que exigiu de Madero "uma lei agrária; em troca, Madero lhe pediu para depor as armas. Zapata não aceita e cria o Plan de Ayala, o qual exigia, entre outras coisas, a renúncia de Madero." (JALISCO, 2007, p. 9). Zapata iniciava a insurreição, pois não acreditava na possibilidade de se fazer reforma agrária sem pegar em armas. De acordo com este documento de Jalisco (2007), este atrito possibilitou o surgimento de novos movimentos, como o dos generais Bernardo Reyes e Félix Díaz, que fracassaram. Reyes foi assassinado e Félix se apoderou de um recinto militar chamado *La Ciudadela*. Madero convocou as tropas contra Félix, mas o general Victoriano Huerta o impediu, firmando o Pacto de *la Ciudadela*, definindo que Huerta formaria um novo governo provisório, enquanto Díaz se desmobilizaria. Com esse acordo, Madero foi afastado do poder e assassinado por ordens de

Independência, o país foi libertado do longo jugo do então presidente Porfírio Díaz, que se encontrava no poder havia 27 anos e só foi deposto com a ação revolucionária iniciada por Francisco Madero¹⁶.

Nesse sentido, haveria uma dupla comemoração, que possibilitaria maior número de análises e indagações: como ocorreriam as comemorações desses dois momentos emblemáticos? Haveria um favorecimento a uma celebração em detrimento da outra? Em caso de resposta positiva, seria mais significativo por parte do governo ou da população? A busca por respostas foi decisiva para a escolha do México como objeto de pesquisa, a fim de entender os caminhos trilhados por este país para conquistar os objetivos propostos, de

Huerta, que assumiu a presidência. O governador nortista Venustiano Carranza não reconheceu o novo governo e deu início à mobilização contra Huerta, criando o Plan de Guadalupe (JALISCO, 2007), quando Carranza se lançou como o Primeiro Chefe do Exército Constitucionalista e pediu a volta da ordem constitucional. Em 1914, as tropas rebeldes de Carranza se dividiam em três frentes: noroeste, comandada por Pablo González Garza; norte, comandada por Francisco Villa; e noroeste, comandada por Álvaro Obregón. Nesse ínterim, o governo dos Estados Unidos declarou que não comercializaria armas nem com o governo de Huerta, nem com os revolucionários. O presidente Woodrow Wilson fez uma campanha contra Huerta para que outros países não reconhecessem seu governo (JALISCO, 2007). Com as pressões internas e externas, Huerta renunciou. Com o fim do regime de Huerta, os revolucionários Carranza, Villa e Zapata lutavam entre si. Na Convenção de Aguascalientes, em 1914, ficou acordado que os três renunciariam ao poder, nomeando Eulalio Gutiérrez como presidente. Porém, em maio de 1915, Gutiérrez deixou o poder, Villa perdeu para as tropas de Carranza, estas comandadas por Álvaro Obregón, o qual exilou Villa e, posteriormente, derrotou as forças de Zapata, assassinando-o. Em 1915, Obregón entrou triunfante na capital mexicana e Carranza assumiu a presidência, aprovando uma nova constituição em 1917, que veio a se tornar o documento máximo da Revolução de 1910. Carranza foi assassinado e o poder ficou dividido entre os generais Álvaro Obregón e Plutarco Elías Calles, que, em conjunto, exterminaram a hierarquia militar mexicana, eliminando, assim, um foco de ambição e de instabilidade, finalizando as lutas revolucionárias mexicanas. – ver mais: Folheto desenvolvido pelo Congresso do Estado de Jalisco: <http://congreso.jalisco.gob.mx/BibliotecaVirtual/libros/AntecedentesRevolucion.pdf> - acesso em: 29/10/2012.

¹⁶ Porfírio Díaz já havia governado por duas vezes anteriormente. Membro do *Partido Progresista*, tentou a eleição em 1867, quando foi derrotado por Benito Juárez – primeiro presidente de origem indígena do México. Contra seu mandato, Porfírio lança o *Plan de la Noria* – também conhecido como *Revolución de la Noria* –, uma "chamada às armas" contra Juárez, no qual Díaz se pronunciava contra a reeleição deste e à favor da liberdade eleitoral. Com a morte de Juárez, assume o poder seu sucessor, Sebastián Lerdo de Tejada, contra o qual Porfírio mantém a luta, até 1876, quando consegue expulsar Lerdo da presidência, assumindo o poder de forma interina em fevereiro de 1877 e, posteriormente, de maneira constitucional. Por conta da Constituição que o impedia de tentar a reeleição, Porfírio lança como candidato de sua confiança o militar Manuel González Flores, que vence as eleições de 1879, governando entre 1880 e 1884, quando, ao final, Porfírio vence a reeleição, ficando no poder até 1887, quando publica uma emenda constitucional – aprovada pelo Congresso – que lhe permite nova reeleição. Em 1890 reformula esta emenda, possibilitando a reeleição indefinida, o que lhe permite ficar no poder até a eclosão da Revolução Mexicana, em 1910. Além da presidência, Porfírio Díaz foi governador do estado de Oaxaca por quatro vezes, entre 1863 e 1883, permanecendo no poder por quinze meses intercalados. Além de ser Secretario de Fomento, Colonización e Industria, entre 1880 e 1881, durante o governo de Manuel González Flores. Fonte: http://www.biografiasyvidas.com/biografia/d/diaz_porfirio.htm - acesso em: 16/06/2008.

marcar melhor e da mais inclusiva maneira possível, as comemorações destes dois momentos emblemáticos da história nacional: os 200 anos da Independência, e os 100 anos da Revolução, a primeira do século XX, com cerca de um milhão de mortos, perenizando uma herança trágica no imaginário local; momentos chaves na construção da nação e fontes de inspiração de lutas para sua população, como foi reproduzido nos discursos do Exército Zapatista de Libertação Nacional nas últimas décadas do século XX e que se reportava à Revolução de 1910, numa pretensa continuidade no presente.

Para os propósitos dessa pesquisa é importante nos remetermos a algumas datas simbólicas, entre as quais o biênio 1808 – 1810, que é chave para o entendimento das mudanças sociopolíticas que culminaram com a independência da metrópole colonial, uma vez que é neste espaço de tempo que os *criollos* hispano-americanos amadureceram e ampliaram a percepção de que não eram espanhóis, como se consideravam, mas efetivamente americanos. Perceberam-se hierarquicamente subalternizados, em função de sua recorrente exclusão de postos relevantes na administração colonial. Essa suposição de igualdade em relação aos peninsulares foi se consolidando ao longo do período colonial, para que eles mesmos se distinguissem de *los de abajo*. Nesse sentido, o ano de 1810 é considerado, por convenção, como o marco simbólico das independências – o ano em que não havia mais volta, já que a ideia de ruptura se consolida e se generaliza – apesar das mesmas se efetivarem em anos diferentes, nos distintos países da região¹⁷.

Dessa forma, também o estudo do biênio 2008 – 2010 é de fundamental importância, por ter favorecido o surgimento de diversas manifestações históricas e socioculturais, permitindo a retomada de debates e investigações acadêmicas sobre as independências. Isso porque em datas comemorativas como os Bicentenários de Independência latino americanos, não só as academias estão engajadas, como também governos e populações comungam dessa unidade na celebração, que as festas cívicas possibilitam. Da mesma forma que em 1810, por conseguinte, o ano de 2010 foi considerado, pelos governos dos distintos países latino-americanos, como o

¹⁷ Ver, dentre outros: GUERRA, François-Xavier. Modernidad e independências – Ensayos sobre las revoluciones hispánicas. Mexico: Editorial Mapfre/Fondo de Cultura Economica, 2000.

ano chave das comemorações dos bicentenários de independência, devido aos marcos simbólicos estabelecidos nesse período e, portanto, constituiu-se em um ano de debates acadêmicos intensificados e profícuos.

Em razão dessa sintonia continental, segundo Kraay e Malerba (2010), na introdução do dossiê sobre esta temática, da revista *Estudos Ibero-Americanos*, esse é um momento singular porque:

[...] esse furor comemorativo não é novo, data pelo menos da década de 1980, quando a história-disciplina foi sensivelmente tocada com essa mudança de perspectiva, da história à memória. A celebração atual de acontecimentos “históricos” seminais no sentido da construção (o uso, a manipulação, o abuso) da memória sempre existiu; porém, a maneira como é feita em nossos dias, começou a ser praticada e teorizada a partir da década de 1980 pela historiografia francesa da geração do bicentenário da revolução. Para uma historiografia fortemente conservadora, [...] importa menos a história (que é experiência vivida, mudança, transformação) do que a comemoração (que é memória, representação, reiteração seletiva, preservação). (KRAAY e MALERBA, 2010, p. 150)

Sobre o engajamento acadêmico, Kraay e Malerba afirmam também que “se devêssemos apontar pelo menos um aspecto positivo das efemérides diríamos que, junto com toda publicidade e uso político, elas acabam fomentando a boa reflexão acadêmica”. (KRAAY e MALERBA, 2010, p. 151)

Nesse sentido, as pesquisas iniciais sobre a temática apontavam a ênfase no discurso, não só do governo mexicano, mas dos governos latino-americanos, em fazer das celebrações de 2010 as mais democráticas possíveis¹⁸, de forma a favorecer e garantir intensa participação popular, tanto nos preparativos, quanto nas celebrações. Esse propósito devia-se ao fato de que, no primeiro centenário de independência, em 1910, Porfírio Díaz havia

¹⁸ Bittencourt (2008) reitera em seu texto a especificidade do caso latino americano, no tocante à busca pela participação popular nas festividades dos bicentenários do continente, na qual afirma que: “A própria historiografia cria um repertório de representações que contribui para consolidar a ideia de nação e, nesse repertório, sempre cabe ao Estado a missão de conduzir o nascimento de cada coletividade, definindo o lugar e o papel reservado a cada segmento social no contexto nacional. [...] Sem dúvida, o ano de 2010 será momento de inflexão na vida dos estados nações hispano-americanos. Ao associar os indícios das independências às comemorações, passando brevemente pelas comemorações do centenário no Brasil e expondo as primeiras iniciativas na Venezuela para o bi-centenário, [...] buscou[-se] refletir sobre quem faz a comemoração e qual o sentido que se pode conferir à participação popular. Resta anotar a distância entre as reflexões históricas contemporâneas, que valorizam o sujeito comum, e as comemorações, que insistem em projetar, indistintamente, a exclusão, mesmo quando – e provavelmente por isso mesmo – parecem agregar fraternalmente à comunidade nacional, que permanece forte justamente porque imaginada.” (BITTENCOURT, 2008, p. 458).

planejado as celebrações com caráter fundamentalmente elitista, excluindo grande parte da população que era formada, em sua maioria, por indígenas e mestiços. Esse alijamento foi alvo de críticas em distintas análises, ao longo do século XX, naquele país.

Entretanto, o aprofundamento das pesquisas permitiu considerar que nessa visão repousaria certa ambiguidade, porque é sabido que um dos motivos que levaram à eclosão da Revolução Mexicana foi o descontentamento de parte da população com as políticas públicas e a ditadura porfiristas. Paradoxalmente, não obstante a insatisfação com a permanência do porfiriato por décadas, em simulacros eleitorais, o período de Díaz no governo levou o México a um significativo incremento nos índices de desenvolvimento, o que destacou o país internacionalmente. Nesse sentido:

As festas do Centenário de 1910 se revestiram de uma simbologia triunfalista que no âmbito nacional fazia alarde do poder do regime e de seu chefe de Estado, e no plano internacional exibia suas conquistas na condução do país até a modernidade, com a intenção de que o México fosse aceito no concerto das nações modernas como uma delas (CUEVA, 2009, p. 109).

Não obstante essas considerações, o que prevaleceria nas comemorações em 2010 após décadas em que houve célere mudança nas concepções históricas e no imaginário popular seria o imaginário sobre a revolução, ressaltando os desmandos de Porfírio Díaz¹⁹, que desembocaram no levante popular. Fundamentado na perspectiva histórica mais recente e mais inclusiva, de não valorizar apenas os heróis já alçados ao panteão pátrio, nessas celebrações o então presidente Felipe Calderón, defendeu a participação popular como cerne das comemorações, o que nos serviu para definir a principal linha de trabalho para nossos objetivos, que, a princípio, eram:

- Analisar o contexto histórico-social das comemorações de 2010, visando estabelecer vínculos entre as comemorações dos dois centenários que pudessem contribuir para a construção de um panorama do envolvimento governamental e popular nas efemérides.

¹⁹ Ver nota 16.

- Pesquisar os marcos históricos celebrados nesse ano, em fontes documentais, perscrutando as decisões tomadas por aqueles que levaram a cabo as lutas de independência e a revolução;
- Buscar em sítios do governo mexicano a temática das celebrações, de forma a perceber o alcance e engajamento das autoridades;
- Analisar, por meio de sítios eletrônicos, jornais e revistas mexicanas, a efetividade dessa proposta de conagraçamento e seus desdobramentos;
- Confirmar se o discurso de participação efetiva de um amplo espectro da população realmente se manifestou;

É importante ressaltar que nosso objetivo nessa pesquisa era proceder a um balanço histórico sobre as festividades de 2010 no México, utilizando, para tal, informações oficiais do governo daquele país, de forma que, em determinados momentos – como no desenvolvimento das atividades realizadas para o bicentenário – o texto adquirisse nuances descritivas, uma vez que para realizar tal balanço se faz necessária a descrição dos eventos e atos cívicos.

Para tanto, optamos por trabalhar somente com as fontes oficiais, dentre as várias possibilidades de documentos, utilizando o sítio oficial do Bicentenário de Independência²⁰, de forma a buscar a compreensão das festas pela perspectiva governamental. Dentre as possibilidades mencionadas, havíamos considerado, anteriormente, trabalhar com a ótica dos intelectuais mexicanos da UNAM, com manifestos da população, ou mesmo da mídia mexicana. Entretanto, devido às dificuldades de acesso a estas informações e pela baixa qualidade das análises possíveis com as informações encontradas, optamos por realizar este recorte na pesquisa, uma vez que o acesso a essa fonte e o número de informações possíveis era mais significativo.

Com os objetivos delineados, passamos à elaboração da hipótese. É preciso ressaltar que durante boa parte da pesquisa, esta se desenvolveu paralelamente com seu objeto de estudo, de forma que traçar objetivos, hipóteses, metodologia, bem como arrolar bibliografia era tarefa complexa, o que justifica a dificuldade na definição de algumas destas etapas, de forma que tomar uma decisão relacionada a um objeto atinente à História do tempo

²⁰ www.bicentenario.gob.mx – acesso em 15/04/2008.

presente²¹, que ainda não havia ocorrido, é algo desafiador, uma vez que as características, os limites, as possibilidades de estudo e objetivos ainda estavam por serem desenvolvidas e definidas.

Nesse sentido, a hipótese que elaboramos para embasar nossa reflexão sustentava-se em declarações oficiais do governo mexicano afirmando que as comemorações se pautariam por um chamamento às camadas populares, numa aproximação histórica aos segmentos que, nas duas centúrias passadas, deflagraram o movimento independentista e revolucionário. Considerando-se as dificuldades do então governo em propor medidas que superassem os desníveis sociais e regionais, também no âmbito da participação popular, com sugestões de temas e propostas concretas para as celebrações, o chamamento a uma comemoração da magnitude e com a ênfase proposta teria como suporte a ideia de que um marco histórico como essa dupla comemoração poderia reforçar um sentimento identitário mais inclusivo, desdobrando-se em medidas permanentes, que contassem com a anuência dos mexicanos. Nesse sentido, a par dos sentimentos de mobilização

²¹ Para teorização desta categoria, utilizamos uma coletânea desenvolvida por Gilson Pôrto Jr, na qual diversos historiadores debatem este tema. Em um dos artigos intitulado *História do Tempo Presente: algumas reflexões*, da historiadora Helena Isabel Muller (2007), a autora levanta algumas questões que seriam chave para a definição do Tempo Presente: o que delimita as fronteiras? Quais são as datas que demarcam o presente e o passado? O passado não é somente o que já aconteceu? Como deve agir o historiador na medida em que, ao estudar o tempo presente, muitas vezes ele é testemunha viva dos acontecimentos? Ao tentar fornecer respostas a essas perguntas, a autora explica que existem dois importantes institutos históricos que discutem a temática: o *Institut d'Histoire Du Temps Présent (IHTP)* – na França – e o *Institute of Contemporary British History (ICBH)* – na Inglaterra. Estes institutos propõem uma reflexão para que essa categoria possa ser considerada como disciplina da História, uma vez que a trajetória destes institutos está marcada pelos acontecimentos das duas últimas décadas do século XX. A defesa apresentada por estes, para que essa condição ultrapasse a reflexão, destaca que a aceitação ou não dessa disciplina se dá em função do peso de lembranças, do que a autora denomina *crises do século XX* – a Segunda Guerra Mundial, o Holocausto, o fim do Comunismo. Muller, remetendo-se a Pieter Lagrou, ressalta que se deve definir o Tempo Presente como uma continuação entre o período estudado e o momento da escrita. Neste sentido, a particularidade do historiador do tempo presente consistiria no que se pode chamar de unidade temporal do sujeito e do objeto, daquele que estuda e aquilo que estuda. Ao se reportar a outra importante autora, Agnes Heller, Muller afirma que a distinção entre o que é pertencente ao passado e o pertencente ao presente histórico é extremamente tênue. A delimitação de que tais acontecimentos pertencem ao passado ou ao presente é fruto de nosso interesse teórico e prático. Ao discutir a importância do passado, Muller afirma que este existe porque construímos uma identidade temporal ao trabalharmos determinada questão. Dessa forma, Muller afirma que a História do Tempo Presente é uma prática contemporânea do historiador, no momento em que constrói um passado por ele criado e narrado. As fontes que são trabalhadas na História do Tempo Presente ainda não estão entregues, arroladas, mas o historiador deve escolhê-las para responder ao problema. "O presente torna-se passado não por sua cronologia ou pelo seu distanciamento do presente por nós vivido, mas pela construção que o historiador faz de seu objeto de estudo, da maneira pela qual vai *olhar/ler/sentir* as fontes." (MULLER, 2007, p. 29).

coletiva em torno das celebrações, o objetivo governamental evidente era prolongar essa perspectiva, possibilitando medidas de médio e longo alcance para unir uma população dispersa, num país com uma geografia complexa, que isola várias regiões do eixo do poder. Buscávamos confrontar essa visão de participação estendida nas efemérides e de efetiva diferenciação das festas do primeiro centenário, de forma que nossa hipótese era de que o governo mexicano não alcançaria os objetivos oficiais das celebrações, de maneira que as festas continuariam com caráter excludente, ainda que houvesse a tentativa de ser o mais inclusiva possível, ao menos no nível discursivo e que estas não se apartariam significativamente das anteriores, no sentido de estender a pauta ao maior número de sujeitos sociais.

Uma vez que toda a celebração estava sendo pensada nessa perspectiva, de forma a garantir a democracia e a participação, esperava-se que esta fosse, em muitos aspectos, de fácil acesso à população. Entretanto, acreditamos que não há uma maneira específica de se realizar evento de tal magnitude em um país com um histórico de exclusão social como o México, de forma que as próprias preparações para as celebrações seriam, por si próprias, excludentes.

A partir da leitura de um periódico mexicano, o *La Jornada*, que se autodenomina – em sua introdução – como um periódico independente, foi possível vislumbrar tais momentos, que podem ser caracterizados como excludentes, ou seja, apesar do governo manifestar o desejo de uma comemoração inclusiva, ela não aconteceu da forma como foi proposta. Outro periódico – *Publico* – afirmou que, se durante as preparações a população foi bombardeada com propagandas e chamamentos às festas, durante a realização destas, para evitar tumultos e manifestações populares, as autoridades locais advertiam que esta ficasse em casa e assistisse às festas pela televisão²².

Durante a pesquisa, foi possível o desenvolvimento de outras hipóteses, secundárias: as celebrações seriam uma maneira de desviar a atenção da população das críticas que assolavam o governo sobre a onda de violência que castigava o país à época. Um evento que atinge tamanha

²²<http://www.publico.es/internacional/336682/mexico-celebra-el-bicentenario-en-su-peor-oleada-de-violencia> - acesso em: 20/10/2010.

proporção, também no terreno simbólico, poderia ser usada na tentativa de mascarar outros aspectos problemáticos e de difícil resolução. Ou seja, os festejos suntuosos deixariam de lado aspectos sociais e da inclusão proposta nas festividades. Buscar-se-à as respostas no desenvolvimento da pesquisa, de forma que estas serão trabalhadas ao longo do texto.

As comemorações reforçam temas e laços nacionais, particularmente em momentos de crise, o que contribui para reiterar o sentimento de pertencimento e de identidade de um povo. Na América Latina, a busca por esse endosso do sentimento nacional reforça também a ideia de povo, especialmente em nações com uma hierarquização social excludente e com um contingente ainda expressivo de povos originários, como é o caso do México.

Nessa dissertação, as comemorações estão sendo representadas como festas cívicas capazes de reforçar a identidade nacional. Essas festas permitem o surgimento de novas visões sobre o passado e são definidas por sua capacidade de agregação e seu senso de quase sacralidade. Émile Durkheim (1997), em *As Formas Elementares da Vida Religiosa*, atenta para o caráter conector propiciado pelas festas, aproximando-as da ideia de festa nacional, uma vez que:

A ideia mesma de uma cerimônia religiosa de certa importância desperta naturalmente a ideia de festa. Inversamente, toda festa, mesmo que puramente leiga por suas origens, tem certos traços da cerimônia religiosa, pois sempre tem por efeito aproximar os indivíduos, pôr em movimento as massas e suscitar, assim, um estado de efervescência, às vezes até de delírio, que não deixa de ter parentesco com o estado religioso. O homem é transportado fora de si, distraído de suas ocupações e preocupações ordinárias. Por isso, observam-se, em ambos os casos as mesmas manifestações: gritos, cantos, música, movimentos violentos, danças, busca de estimulantes que elevem o nível vital, etc. (DURKHEIM, 1997, p. 417-418).

Essas concepções de festas e celebrações foram algumas das que possibilitaram o desenvolvimento de considerações – que serão elucidadas – e que nortearam, em parte, a delimitação sobre os rumos desta pesquisa, a qual, em seu decorrer, enfrentou obstáculos que exigiram moldes específicos em nosso recorte. Nesse ponto, explicitaremos estes obstáculos e suas

contribuições para a pesquisa, de forma que, no decorrer dos capítulos, faremos uma inserção destes no momento mais oportuno.

As dificuldades assinaladas no início da Introdução, referentes às informações sobre o ápice das celebrações, advém do fato de que, durante a realização destas e no primeiro momento posterior, as poucas informações encontradas advinham, principalmente, de sítios jornalísticos. Nosso objetivo não era acompanhar as celebrações em tempo real, como se estivéssemos diante de um jornalista que transmitisse as informações conforme fossem acontecendo, mas que fosse possível encontrar fontes que trabalhassem esses momentos, após curto intervalo dos acontecimentos. Esse obstáculo suscitou nova preocupação: teríamos condições de analisar as celebrações pelo viés popular, uma vez que suas opiniões eram difíceis de serem encontradas? Como a hipótese enfatizou, nas fontes a que tivemos acesso pouco ou nenhum espaço foi concedido para manifestações da população.

A falta de novas publicações, a dificuldade de acesso às manifestações populares e o encerramento das atividades de atualização dos sítios governamentais nos obrigaram a fazer um intervalo necessário para que decorresse o distanciamento esperado para novos debates.

Diante disso, esses obstáculos foram definidores de uma mudança no foco da pesquisa, de forma que optamos por trabalhar somente com as informações encontradas nos sítios governamentais, ou seja, as declarações e documentos oficiais do governo mexicano sobre as celebrações. Além destas informações, selecionamos um periódico mexicano – o já referido *La Jornada* – para uma confrontação com as informações oficiais, verificando até que ponto as perspectivas se coadunavam.

Como já referido, um dos problemas foi o desenvolvimento da pesquisa paralelamente ao desdobramento dos eventos comemorativos, o que enquadrou esta pesquisa na denominada História do Tempo Presente. Esse obstáculo foi superado à medida que as fontes foram surgindo, com a divulgação das distintas etapas, ainda que em número reduzido.

Como ressaltado, os estudos de tais efemérides nos possibilitam uma aproximação com temas sobre celebrações, identidade nacional e conectividade de uma população com seu país, de forma a reforçar em nós historiadores a necessidade de uma investigação sobre a relação do povo com

seu país e, por conseguinte, com sua história nacional, uma vez que, como historiador brasileiro, percebo, tanto na população de nosso país, quanto na relação do Estado brasileiro com sua história, tal ligação, o que é, no mínimo, instigante. Restava observar a intensidade desse vínculo no México, com características sociais ainda mais díspares que o Brasil, dado ao fato de que a população autóctone naquele país é de mais de 7% em relação ao conjunto da população.

Sintetizando, a partir dessas análises, o propósito é compreender a magnitude das festividades, a partir de seus limites e possibilidades, buscando suas características definidas a partir do acesso às fontes governamentais, delineando as especificidades das celebrações do Bicentenário de Independência de 2010, comparando-as com as do Centenário de 1910.

Esta dissertação está dividida em duas partes. Na primeira parte, intitulada *As Festas Nacionais Mexicanas como Comemorações Cívicas* serão trabalhados os aportes teóricos relacionados às festividades de 2010, abordando conceitos como identidade, memória, festas e uso do passado. A segunda parte, intitulada *As Narrativas Históricas na Comemoração Pátria*, está dividida em dois subtópicos: a) *A Representação da Independência na Comemoração Porfirista*; e b) *Festas Pátrias: a vigência do passado na memória coletiva*. Nessa segunda parte serão problematizadas as festas em si, com inserções teóricas oportunas, de forma que no primeiro tópico serão analisadas as representações das festas do primeiro centenário, em 1910, e no segundo, será realizada uma análise sobre as celebrações de 2010, relacionando-as com as de 1910, propósito precípua da pesquisa.

Com esta dissertação, busca-se o debate acadêmico sobre essa importante etapa, não só da história mexicana, como também da história latino-americana, de forma a realizar uma inserção, ainda que de forma pontual e teórica, deste tema na academia brasileira, de maneira a promover a divulgação dessa efeméride em nosso país e diminuir o distanciamento ainda existente entre o Brasil e os outros países da América Latina, mesmo com a maior proximidade em âmbito acadêmico nas últimas décadas.

PARTE 1

As festas cívicas mexicanas como comemorações cívicas

Nesta primeira parte serão problematizados os desdobramentos anteriores às festividades do biênio 2008 – 2010, bem como os conceitos teóricos utilizados na dissertação, além da contextualização histórica.

Um estudo, tendo como tema o Centenário da Revolução e o Bicentenário da Independência do México, elaborado por um historiador brasileiro coloca algumas questões, uma vez que os contextos das independências na América Hispânica e no Brasil seguiram caminhos opostos. Conforme Bittencourt: “a nossa independência foi feita pelo príncipe e não contra ele; não houve no Brasil uma identificação e uma noção de pertencimento ao mundo ibérico, ao menos como ocorreu no restante do continente de colonização espanhola.” (BITTENCOURT, 2008, p. 1). E mais, o Brasil não passou pela longa etapa de guerras. No México foram, ao menos, 11 anos de lutas pela autonomia.

Nesse sentido, a vivência de um período emblemático para a história latino-americana, como os bicentenários de independência, é momento ímpar para a aproximação entre os historiadores, de modo a retomar discussões e estudos que propiciem novas visões acerca dos intrincados processos que levaram as nações de nosso continente ao status de liberdade e autonomia, almejados por aqueles que lutaram pelos ideais das jovens nações, como Bolívar, Hidalgo, Morelos, San Martín, Artigas, Sucre, Iturbide, dentre outros.

A rememoração sobre a envergadura da tarefa desses próceres e do período de suas lutas nas nações contemporâneas é ponto crucial para as características que as celebrações dos bicentenários latino-americanos adquirem, uma vez que estes servem de base para os atuais governos reforçarem um sentimento de pertencimento e de ligação com os feitos gloriosos de seu passado recente, criando, dessa maneira, uma ponte entre estes eventos nacionais tidos como fundadores e as atuais circunstâncias vivenciadas pelas nações americanas, numa tentativa de conectar aqueles sentimentos nacionalistas, inserindo-os no âmago das sociedades contemporâneas, buscando prolongar e reforçar o sentimento de pertencimento no tempo presente.

A definição do biênio chave das lutas de independência, conforme enfatizado na introdução, foi realizada através de convenção, da mesma forma que os períodos subsequentes do centenário e bicentenário. Nesse sentido, e remetendo-nos ao objeto da pesquisa, diante da singularidade desse período para o México, o então presidente da República dos Estados Unidos Mexicanos, Felipe de Jesús Calderón Hinojosa, reiterou que as comemorações seriam um espaço apropriado para a reflexão do que foi construído a partir dos ideais de Independência²³ e Revolução e que o ano de 2010 deveria ser de festa para todos os mexicanos, proclamando:

Somos mexicanos, temos 200 anos de liberdade, temos 100 anos de revolução mexicana, que também comemoraremos, e este, espero que seja um ano melhor para todas e para todos. Celebramos 200 anos de sermos orgulhosamente mexicanos.

²³ A luta pela independência teve um caráter singular, na medida em que se iniciou nos setores populares, de forma que o projeto de independência visava, além da separação da metrópole, reformas sociais. A sociedade da Nova Espanha estava dividida em estratos de acordo com os níveis econômico, político e cultural, sendo o principal diferenciador a posse de bens, de forma a favorecer a minoria composta pelos peninsulares, os quais possuíam a maior parte dos bens e das terras. Por sua vez, a maioria da população, formada em sua maioria por indígenas, devia pagar tributos e submeter-se ao regime de autoridade do governo espanhol. Devido à grande miscigenação da população e visando maior diferenciação entre os segmentos sociais, o governo decidiu ampliar o sistema de castas, separando os grupos por origem racial, de maneira a formar uma pirâmide social baseada na porcentagem de sangue espanhol que cada indivíduo possuía. Quanto mais mestiço, mais baixo na escala da pirâmide. O pilar da economia da Nova Espanha era a mineração – principalmente o ouro e a prata – que, devido à magnitude de suas atividades, permitiu o surgimento de outras áreas econômicas, como a agricultura e o comércio, associadas à atividade mineradora. A partir do momento em que os habitantes vindos da Espanha – portanto, no topo da pirâmide – controlavam a mineração, coube aos *criollos* o gerenciamento dessas novas áreas, o que fortaleceu e enriqueceu este grupo. A crise econômica do fim do século XVIII atingiu a Nova Espanha quando as reformas Bourbonicas foram implantadas na colônia. Essas reformas pretendiam, entre outros pontos, a regulamentação e administração do comércio e o controle mais efetivo da exploração nas colônias, visando um maior enriquecimento da Coroa, o que desagradou os grupos mais privilegiados, além de possibilitar o fortalecimento dos grupos dos *criollos* e dos mestiços, que passaram a concorrer para ocupar novos cargos na administração colonial, ainda mais limitados pelas reformas. Essas reformas abalaram fortemente a confiança da elite colonial em relação à metrópole, de forma que estes foram os primeiros a apoiar golpes contra o rei. Nesse cenário, intensificou-se também um forte sentimento de nacionalismo entre os *criollos* com respeito ao território do qual eram nativos, o que os colocava contra a administração dos peninsulares. Alguns destes nacionalistas faziam parte da Companhia de Jesus, que evangelizava os indígenas. Como um dos poucos grupos a terem acesso à alfabetização, os jesuítas favoreciam a cultura colonial, ajudavam na difusão do conhecimento e da educação na colônia, o que os aproximou da elite colonial. Isto começou a preocupar a Coroa, visto que os jesuítas possuíam forte poder religioso e provincial, devido às alianças estabelecidas com a elite colonial, o que levou a Coroa a expulsá-los, desagradando a população, que começou a promover manifestações e levantes contra a Coroa.

2010 é o Ano da Pátria, no qual celebraremos o “ser mexicano” com espírito festivo e com ânimo renovado²⁴.

Em entrevista a um sítio do governo mexicano, o professor Manuel Ramos Medina²⁵, quando questionado sobre o que deveria ser reforçado pelas comemorações, afirmou que o México tinha muito a celebrar no ano de 2010.

[...] celebrar porque aqueles feitos, em ocasiões dolorosas, foram grandes passos para cumprir ideais onde mudanças eram necessárias. E toda mudança leva à crise. Comemorar porque se deve recordar nossa história, mas com revisões precisas para que nossa sociedade e particularmente os jovens conheçam o grandioso passado de sua pátria. O que não quer dizer que não se tenham cometido erros, mas reconhecê-los é a base do progresso²⁶.

Ainda em 2006, o governo mexicano começou a estabelecer um vínculo específico com o ano de 2010, a partir do momento em que foi criada a comissão dos festejos oficiais,²⁷ por meio de decreto, que se encontra na íntegra no sítio oficial do governo. Neste, datado de junho de 2006, o então presidente Vicente Fox Quesada afirmava: "o Congresso Geral dos Estados Unidos Mexicanos, decreta: se declara o ano 2010 como "ano do bicentenário do início do movimento de independência nacional e do centenário do início da revolução mexicana"" (DIARIO OFICIAL, 2006).

As celebrações do centenário da Revolução e do bicentenário de Independência do México, pautadas nos dois momentos de rememoração das lutas pela liberdade e dos heróis do panteão nacional, instigaram governo e população a uma maior participação, de forma a buscarem um refortalecimento do sentimento de orgulho e pertencimento a uma nação, como um dia idealizaram Hidalgo y Costilla, Morelos, Emiliano Zapata, dentre outros. No interior das renovadas concepções epistemológicas e historiográficas, a ênfase

²⁴ http://www.chinatoday.mx/esp/sample1/content/2010-09/13/content_399711.htm - acesso em: 03/02/2011.

²⁵ Doutor em História pela Escola de Altos Estudos em Ciências Sociais de Paris e professor de cátedra do ITAM – Instituto Tecnológico Autônomo de México.

²⁶ Disponível no 8º programa da série de documentários mexicanos intitulada “Discutamos México” – disponível em: http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=1489:discutamos-mexico-programa-8-la-cultura-novohispana&catid=159:discutamos-mexico&Itemid=43 – acesso em: 14/04/2008.

²⁷ Disponível em: <http://www.bicentenario.gob.mx/PDF/DECRETO.pdf> - acesso em: 14/04/2008.

atual não recai apenas sobre as expressivas lideranças que capitanearam os dois processos, mas buscou-se valorizar a participação popular, fundamental nos dois eventos: a Independência²⁸ e a Revolução.

As comemorações de ambas as efemérides suscitam uma revalorização do passado e o estudo dos eventos históricos e suas celebrações, em particular os do Bicentenário da Independência Mexicana, que permite refletir sobre a participação das camadas populares e sua importância na construção da identidade nacional.

²⁸ Com a tomada do poder espanhol por Napoleão Bonaparte – o qual possuía uma forma de pensamento diferente do catolicismo ibérico – o clero colonial decidiu que o imperador francês não exerceria poder sobre o povo, optando pelo início das lutas. Mesmo inicialmente não havendo mudanças significativas na comunicação entre as colônias e a Espanha dominada por Bonaparte, ao tomar conhecimento da invasão, as colônias começaram a discutir quem seria o novo governante dos territórios. Teoricamente, continuava a ser a Coroa espanhola. Contudo, havia dissidências internas quanto a esta questão, pois alguns preferiam reconhecer a soberania da França; outros preferiam resguardar o trono para o legítimo rei espanhol; outros ainda defendiam a separação total da metrópole. Visando assegurar o trono ao rei Fernando VII, Juntas Governamentais foram criadas para quando este voltasse ao poder e reestabelecesse a ordem na Coroa e nas colônias. O principal ator histórico das lutas iniciais foi o padre Miguel Hidalgo y Costilla, que promoveu o levantamento popular de índios e mestiços contra espanhóis, fazendeiros e aristocratas. Promovia também grupos de discussão, nos quais começava a surgir o debate sobre os ideais revolucionários franceses e da independência dos Estados Unidos, a partir dos quais se fortaleceram ideias independentistas contra o domínio político e econômico espanhol. Esse doutrinamento de teor revolucionário foi descoberto pelo governo central, que ordenou a captura dos líderes e a repressão do movimento. Hidalgo então decidiu deflagrar a luta, que eclodiu no dia 16 de setembro de 1810, com o Grito de Dolores. Apesar das vitórias, Hidalgo não ingressou na capital, retornando ao centro do país. Neste interím, Don Félix María Calleja preparava, por ordens do vice-rei, um exército para enfrentá-lo. No início de 1811, sem um exército preparado, as forças de Hidalgo foram emboscadas e feitas prisioneiras na cidade de Monclova, culminando com seu julgamento por heresia e traição, sendo condenado à morte por fuzilamento. Assumiu então a liderança do movimento o insurgente Don José María Morelos y Pavón, que buscou ajuda externa e formou um exército disciplinado. Durante seu período, a luta adquiriu características sociais, criando medidas para diminuir a desigualdade e os conflitos sociais. Para Villar (1982), nesse período, "a guerra de independência alcançou sua maior extensão e força." (VILLAR, 1982, p. 297). Caracterizou-se por visar a assinatura da declaração de independência – 6 de Novembro de 1813 – que incluiria a soberania nacional, o direito universal ao voto, a definição do catolicismo como religião oficial, a abolição da escravatura e do trabalho forçado, o fim dos monopólios governamentais e o fim dos castigos físicos. Com sua morte, em 1815, a guerra de independência tornou-se uma guerra de guerrilha, até 1821, quando Don Agustín Iturbide, enviado pelo vice-rei para combater os insurgentes, convenceu Guerrero a ingressar no Plano de Iguala e conseguir a Independência. O Plano de Iguala estabelecia a monarquia como forma de governo (VILLAR, 1982) e preconizava o México como nação independente; *criollos* e peninsulares teriam os mesmos direitos e privilégios; a Igreja Católica manteria seus privilégios e o monopólio religioso no México, que seria guarnecido com a criação de um novo exército. Em 24 de agosto de 1821 foi assinado o Tratado de Córdoba, que reconhecia o México como nação independente e permitia aos mexicanos eleger seus próprios representantes. O Plano de Iguala e o Tratado de Córdoba deram fim à guerra de Independência. Iturbide, que fora leal à causa real, transformou-se num dos principais atores históricos da independência mexicana. – ver mais em: VILLAR, Ernesto de la Torre. *La Independencia de México*. 1982. Disponível em: <http://www.senado2010.gob.mx/docs/bibliotecaVirtual/4/2707/14.pdf> - acesso em 04/08/2008.

Segundo Breña (2008), nomear o período a partir de 1810 como período das independências é um erro, uma vez que as independências aconteceram tardiamente, não se consolidando neste período em toda América Ibérica. Segundo o autor, em 1808 não havia nenhuma menção a um movimento de independência; pelo contrário, o que ansiavam era por algum grau de autonomia. Conforme assinalado na Introdução, sobretudo com Guerra (2000) foram necessárias muitas etapas no interior das lutas, até que a ideia de independência arraigasse e se tornasse preponderante.

Nesse sentido, é fundamental referendar as considerações de Breña (2008), uma vez que a historiografia renovada tem destacado o longo processo de maturação até que as ideias independentistas se consolidassem na América Hispânica. No México, busca-se uma revalorização da participação popular, fundamental para o processo de libertação da Espanha:

Em 1810, Miguel Hidalgo iniciou o movimento que culminou com a declaração de Independência e com a separação política da Espanha, em 1821. Um século mais tarde, em 1910, Francisco Madero liderou o movimento de oposição contra o governo de Porfírio Díaz e, em 1917, essa insurreição popular produziu uma nova constituição política e um programa que reformou a estrutura do Estado e convidou a participar, pela primeira vez, todos os setores e grupos em um projeto coletivo sustentado na igualdade, na justiça, no desenvolvimento econômico e no bem estar social. Por esta característica, as comemorações devem envolver todos os cidadãos e motivar uma reflexão e uma participação nacional (FLORESCANO, 2006).

A ênfase na participação popular não é recente, mas a centralidade dessa participação foi reiterada nas comemorações de 2010. Com o estudo das comemorações do bicentenário da independência, espera-se ampliar os estudos sobre o México e sua importância na América Latina, ressaltando o fortalecimento da cidadania, como proclamam os discursos ufanistas, recorrentes nessas ocasiões:

Na medida em que o governo federal, os três poderes, os estados e municípios, as instituições públicas e privadas, os partidos políticos, os setores sociais e os cidadãos contribuem para enriquecer as comemorações, pode-se dizer que, no

período que antecede as comemorações do ano de 2010, se fortalece a República e se acende o espírito nacional (FLORESCANO, 2006).

A par dos manifestos apaixonados, as celebrações desses momentos são de extrema importância para a história nacional do México e sua imagem internacional, uma vez que nesse período, a atenção estava direcionada para aquele país, principalmente a atenção do continente americano, o que possibilitou ao México expor sua História e Cultura, de forma a atrair o olhar também de pesquisadores. A dupla comemoração colocou em andamento um mecanismo de ativação da memória nacional e das identidades, reforçando características que supostamente fariam emergir uma identidade unívoca, possível nesses períodos paradigmáticos: o mexicano em lugar de os mexicanos.

1.1 – As festas revolucionárias como reforçamento da memória

Em face desses desdobramentos, os debates sobre as celebrações de 2010 foram pautados em conceitos como celebração, festa, memória, identidade, uso do passado, entre outros. Nessa dissertação, buscamos trabalhar com esses conceitos que são fulcrais para o melhor entendimento das percepções e nuances das comemorações. De acordo com Herrero (2010):

[...] os bicentenários foram desenhados em sua origem como uma comemoração da liberdade política alcançada nos campos de batalha, [...] um reconhecimento da essencialidade do modelo liberal do Estado moderno e uma reclamação da necessidade de potencializar os sentimentos nacionalistas. Não obstante, a dureza da crise financeira internacional [...], o conseqüente corte nos gastos previstos para financiar os anais comemorativos, fez com que diante das fissuras do modelo de desenvolvimento existente (político, econômico, social, cultural) surgissem vozes que se perguntavam até que ponto a liberdade política alcançada após as guerras de independência logrou transformar as dinâmicas plurais das sociedades estamentais do Antigo Regime em verdadeiras nações com sentimentos unitários e economias integradas. A análise histórica da independência adquiriu nova importância para estudar em profundidade como se construiu o Estado Nação no início do século XIX; e os bicentenários acabaram convertendo-se [...] em espaços de reflexão em lugar de meros atos patrióticos comemorativos carregados [...] de uma combinação

de orgulho nacionalista com ocultos complexos de culpa (HERRERO, 2010, p. 52).

Essa reflexão a nosso ver situa a questão chave dos discursos oficiais. Esses, na forma de proclamação e chamamento, buscam suprir as lacunas e os questionamentos, comuns em sociedades com fortes desníveis sociais, como é o caso do México. As celebrações são apresentadas quase como um tempo mágico, mas, efetivamente, sob a concepção de Durkheim, ressaltada anteriormente, como um tempo sacralizado e que deve ser vivido em paz e unidade. O “complexo de culpa” a que se refere o autor reporta-se a uma nação que apresenta indicadores econômicos cada vez mais expressivos, mas com um contingente populacional significativo excluído dessas benesses.

Ao proceder a uma revisão historiográfica sobre o período das independências americanas, Herrero ressalta que, até meados do século XX, havia uma tese apregoada nas escolas de ensino básico, defendendo a ideia de que as independências latino-americanas romperam com a opressão e inauguraram um novo período de progresso fundamentado na centralidade da ação dos próceres.

[...] os libertadores haviam enfrentado os absolutistas em sangrentas guerras de libertação; a modernidade e a ilustração triunfaram sobre o obscurantismo e a tradição; os valorosos guerreiros libertadores, convertidos em heróis nacionais, eram a encarnação dos sentimentos patrióticos; e que as batalhas haviam funcionado como um fogo purificador para as nascentes repúblicas independentes (HERRERO, 2010, p. 53).

Dessa forma, as lutas de independência estavam sendo difundidas e entendidas como se tivessem sido estruturadas a partir de um molde específico, ignorando as especificidades de cada região e de cada luta independentista. A revisão historiográfica realizada nas últimas décadas, de acordo com Herrero (2010), tem mostrado que as histórias continental, nacional e regional “tiveram ritmos, ideais, causas, discursos e protagonistas diversos” (HERRERO, 2010, p. 53), e que, por isso, não podem ser considerados como uma unidade intercontinental. As independências devem ser consideradas a partir de uma análise que perpassa as perspectivas do tempo largo – sendo este a diferença entre os séculos da época colonial e da época independente – tempo médio – finais do século XVIII e meados do século XIX – e tempo curto –

entre 1808, origem do processo, e 1826, final do processo. De acordo com Herrero:

[...] a primeira perspectiva [tempo longo] acostumou a centralizar a análise em variáveis econômicas e sociais; a segunda [tempo médio] em aspectos políticos, fazendo especial referência às ideias; e a terceira [tempo curto] em temas militares estratégicos com uma abundante profusão de dados biográficos sobre os heróis (HERRERO, 2010, p. 53).

Assim, as distinções entre as teses anteriormente defendidas e as revisões historiográficas permitem referenciar que os renovados debates que surgiram também, a propósito das celebrações dos bicentenários de independência, são justificados e necessários para o reforçamento de novas concepções.

Em razão das novas perspectivas e relacionando esses debates ao conceito de festa, Mona Ozouf (1995) afirma que os organizadores destas, ao iniciarem seus trabalhos, têm por ambição abraçar a história e indaga:

Por que festas? Para compor através delas uma história anual e comemorativa. [...] Para estabelecer correspondências de um tempo remoto com o tempo presente. [...] Cada um espera da festa que ela ensine [o momento celebrado] àqueles que não a conheceram diretamente. A obsessão da lembrança é tal entre os fazedores de festas que ela chega a alcançar, em seus projetos, a vida privada e as delicadas cerimônias familiares (OZOUF, 1995, p. 219).

Ozouf (1995) chama a atenção para o fato de que os historiadores das festas tendem a dotar de onipotência os projetos dos organizadores, de forma que se tornam indiferentes ao sentido que as festas pressuporiam, ou seja, por aquilo que está no plano de organização e aquilo que é efetivamente colocado em prática. Segundo a autora, há uma tendência por parte dos historiadores de acreditar que os organizadores pesquisaram e se preocuparam com a relação existente entre festa e história nacional.

Nesse sentido, percebeu-se que os organizadores das festas revolucionárias e do bicentenário de 2010 preocuparam-se em criar esta relação com a história nacional, não apenas trazendo a contemporaneidade das festas aos eventos históricos, buscando inseri-los nas apresentações culturais, como exposições e nos desfiles cívico-militares, como também em envolver historiadores e pesquisadores desde o momento inaugural da

organização, reiterando buscar a melhor interação e tradução das distintas festas²⁹.

Nesse passo, Ozouf (1995) estuda a eficácia das festas revolucionárias a serviço da memória, demonstrando que o ato de comemorar já fazia parte do programa revolucionário francês, de forma que há uma preocupação por parte dos líderes revolucionários em manter para a posteridade os eventos revolucionários, com o propósito de influenciar outros povos em outros momentos. De acordo com Ozouf (1995), na Constituição Francesa de 1791, há a preocupação de estabelecerem-se festas nacionais para preservação da memória da Revolução.

Como exposto anteriormente, a tese de que as independências seguiram um mesmo padrão em seu desenvolvimento já foi devidamente confrontada e superada. Entretanto, apesar disso, pode-se afirmar que as celebrações desses momentos, ao contrário, apresentam certa padronização em seus desdobramentos, de forma que, respeitando suas peculiaridades e regionalismos, é possível a realização de uma análise das festas em outros países, de forma que estas se encaixam em alguns aspectos com as festas do país em estudo. Diante de tal padronização, Cerri (2003), ao remeter-se a Chesneau, afirma:

Todos esses aniversários e comemorações [...] funcionam exatamente da mesma forma: patrocínio oficial, estatal, de uma celebração histórica, espetáculo de massa com divertimentos populares, esquematização de um evento passado como suporte da ideologia dominante; ocultação dos aspectos não oficiais do acontecimento escolhido, notadamente das provações e lutas dos setores populares (CHESNEAU, 1995, p.31 apud CERRI, 2003, p. 207).

Nesse passo, também Lúcia Lippi Oliveira (1989), ao analisar as festas brasileiras para o centenário da República, coloca uma questão instigante:

²⁹ Conforme o sítio oficial do bicentenário, o Conselho Assessor para o Bicentenário da Independência Nacional e Centenário da Revolução Mexicana, contou com a participação de doze instituições – entre as quais o INAH, a CONACULTA e o FCE – e a cooperação de 23 historiadores e pesquisadores das mais diversas universidades e centros de investigação – entre as quais a Professora Doutora Virginia Guedea, da UNAM, cuja obra é analisada no segundo capítulo desta dissertação. Relação completa das instituições e historiadores disponível em: http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=753&Itemid=26. Acesso em: 27/01/2013.

“como organizar a comemoração de um acontecimento que provoca hoje tantos sentimentos ambivalentes e tantas dúvidas?” (OLIVEIRA, 1989, p. 172).

Segundo a autora, a memória é uma ferramenta construída por diferentes grupos da sociedade, a partir da qual especialistas – historiadores, sociólogos, educadores, entre outros – montam e organizam a memória nacional, de forma a referendar as festas e definir os aspectos que devem ser rememorados. Essa rememoração está sujeita a alterações a partir do momento em que surgem crises e mudanças sociais, o que, conseqüentemente, força um reenquadramento dos aspectos rememorados.

Reportando-nos ao caso mexicano, as celebrações do centenário da revolução e do bicentenário em 2010 tiveram como preocupação o reforçamento da constituição de uma identidade nacional a partir da memória coletiva. Essa afirmação ocorre a partir da anuência por parte da população mexicana de que são, efetivamente, parte integrante e constituinte da nação e que, por esse motivo, possuem a capacidade de alterar e auxiliar na definição dos fatos a serem rememorados, pois os diversos grupos sociais, em separado, criam memórias coletivas que são partes componentes da memória nacional. De acordo com Hobsbawn:

A maioria das ocasiões em que as pessoas tomam consciência da cidadania como tal permanecem associadas a símbolos e práticas semi-rituais (por exemplo, as eleições), que em sua maior parte são historicamente originais e livremente inventadas: bandeiras, imagens, cerimônias e músicas (HOBSEBAWN, 1984, p. 20).

Celebrações nacionais como essas se enquadram nessa perspectiva, pois as simbologias pátrias nesses períodos são respaldadas por amplos espectros sociais, em uma ambiência de receptividade difícil de ser alcançada em tempos comuns. Assim, dificilmente os monumentos e heróis erigidos nessas ocasiões são alvo de controvérsias; mesmo que haja, o dissenso é facilmente controlável nesse clima cívico-religioso que se instaura nessas celebrações.

O caso mexicano possibilita ainda a resposta à indagação levantada por Oliveira, na medida em que os organizadores inseriram as memórias coletivas dos diversos grupos sociais, buscando considerar, assim, as diversas aspirações a serem rememoradas e celebradas, tentando romper com a

tradição de celebrar apenas os heróis ou os personagens centrais dos eventos rememorados.

De acordo com Cerri (2003), a memória dos grupos é tarefa imprescindível para a História como disciplina, uma vez que investiga “o que se pensa, o que se aprende e o que se ensina sobre a História” (CERRI, 2003, p.2), na medida em que “as festas cívicas são um expoente importante, um momento de concentração e síntese desses enunciados, sejam eles estáveis ou submetidos à crise dos diversos sujeitos e seus pontos de vista” (CERRI, 2003, p. 2), reiterando:

[...] a festa cívica é um rico momento ritualístico que permite um retrato, tanto dos discursos que pretendem dar forma e unidade ao coletivo nacional, quanto aguçando o olhar, para perceber as fragilidades e os conflitos internos e inerentes a essa pretensa unidade. Acima disso, entretanto, comemorar é ter a capacidade de anular, ou no mínimo de suspender indefinidamente os conflitos (CERRI, 2003, p. 207).

Seguindo o já referido possível padrão nas comemorações e realizando uma comparação entre as festas brasileiras – no ano 2000, quando dos 500 anos do descobrimento – e as mexicanas – de 2010 –, evidencia-se a recorrência de elementos comuns, tais como o ritual do Fogo Novo. No ápice das celebrações de 2010, estas se iniciaram com o ritual do *Fuego Nuevo*³⁰. Confirmando essa similitude, Cerri (2003) ressalta que à época das festas brasileiras, encontravam-se:

[...] em andamento três eventos componentes da "chama do conhecimento", atividade representada por fogo simbólico aceso no dia 26 de novembro na Serra da Capivara (PI), pela comunidade indígena, no dia 1º de dezembro, pela comunidade negra do Quilombo dos Calungas (GO), enquanto no dia 11 de dezembro, em Lisboa, foi acesa a Chama do Conhecimento Lusitano. As chamas representativas do conhecimento dos povos que originaram a nação brasileira encontram-se na cidade do Rio de Janeiro e, juntas, acenderam os fogos de boas-vindas ao ano 2000 naquela cidade; agora, fundidas numa só chama, percorrerão as diversas cidades do Brasil, iluminando as melhores nações na área de educação, saúde, voluntariado, até chegar à cidade de Porto Seguro (BA), no dia 22 de abril de 2000, onde acenderão os fogos dos 500 anos (CERRI, 2003, p. 212).

³⁰ Ritual desenvolvido pelos povos mesoamericanos, no qual a cada 52 anos celebrava-se a mudança, a passagem de um ciclo para outro.

Nesse sentido, é interessante assinalar a importância simbólica que o fogo representa como mecanismo de renovação da Nação, quando as antigas características são destruídas para que as novas ressurgam, buscando melhorias, assim como a figura mitológica da Fênix, que morre, tornando-se cinzas, a partir das quais renasce. Reparafraseando Mona Ozouf (1995), as festas – e neste momento, o fogo – fazem morrer o velho para engendrar o novo (OZOUF, 1995) e por isso as comemorações cívicas o incorporam como fundamental elemento agregador da simbologia nacional. Ademais, há a reprodução de cerimônias existentes nos países europeus, sobretudo a França, em um processo de “invenção das tradições” válido nessa comunhão comemorativa.

Cerri (2003) ressalta ainda que o ato cívico das festas é mais que memória, é uma revivência de um acontecimento e, por isso, existem padrões a serem imitados e seguidos. Todavia, grande parte dessa aparente imitação advém das próprias celebrações nacionais, de forma que, em 2000, o Brasil repetiu alguns atos cívicos realizados em 1900, da mesma forma que o México, em 2010, repetiu alguns realizados em 1910. Essa ritualística é recorrente em qualquer país e o reforçamento de determinados atos e celebrações, no imaginário popular parece constituir a história tal qual ela teria se passado.

No Brasil, em 1900, foi oficiada uma missa campal na cidade do Rio de Janeiro, o que Cerri analisa como “o desejo de praticar uma nova primeira missa” (CERRI, 2003, p. 10). Em 2000, realizou-se novamente esse ato cívico-religioso, dessa vez na cidade de Porto Seguro, porém em outro contexto:

[...] tropas da polícia militar do estado da Bahia, diante da ameaça de centenas de ônibus nos quais índios, negros e participantes de movimentos sociais de oposição às elites dirigiam-se para a cidade para arrancar um lugar na festa e fazer ouvir sua voz. [...] [Em 2000], o contraponto de atingir a todos é que a festa perde o caráter quase privado que tinha no último ano do século XIX (CERRI, 2003, p. 214).

Por sua vez – como será aprofundado na segunda parte – as comemorações mexicanas de 2010 se aproximaram em diversos pontos das de 1910. No primeiro centenário, Porfírio Diaz preocupou-se em criar diversas atividades de celebração, que iam desde discursos e cerimônias oficiais até concursos, obras estruturais e desfiles. Outra preocupação presente nas festas

foi a de deixar à posteridade as memórias de 1910, para que servissem de base para as próximas celebrações grandiosas. Essas memórias foram registradas por meio de construções de monumentos cívicos e pela publicação da Crônica Oficial das festas.

Em 2010, o governo fez uso dessas memórias para criar programas específicos voltados aos mexicanos, pretensamente buscando inseri-los, efetivamente, nas celebrações, desde a concepção até sua realização. A grandiosidade e suntuosidade das festas do primeiro centenário – em uma época sem a tecnologia avançada acessível nas festas de 2010 – engendrou nos organizadores a ambição de criar a mais impactante festa jamais vista na história mexicana, de forma que os espetáculos adquiriram nuances eletrônicas e tecnológicas, com exposições interativas e análises históricas de eventos passados, possibilitando uma maior compreensão por parte da população, por meio da utilização da tecnologia para ilustração e exemplificação. Há que se ressaltar a utilização de elementos como esses nos museus e zonas arqueológicas do país, facilitando a compreensão do visitante com tecnologias interativas, em diversas línguas, prescindindo em grande medida, de visitas guiadas.

A utilização das datas fechadas pelas organizações de eventos históricos é analisada na ideia defendida por Hendrik Kraay e Jurandir Malerba (2010), de que, historicamente, o homem tende a valorizar de forma singular particularmente os aniversários “redondos”, ou seja, as datas referentes aos cinquenta, cem, duzentos, quinhentos anos. De acordo com os autores: “atribuímos muito mais significado ao centenário do que ao nonagésimo nono aniversário, ou ao centésimo primeiro, embora tudo isso seja muito arbitrário” (KRAAY e MALERBA, 2010, p. 366). Dessa maneira, os organizadores dos primeiros centenários não tinham pressupostos locais nos quais se basearem, porque “na historiografia, ainda escassa sobre as comemorações da Independência hispano-americana, também não há indícios de comemorações especiais nos quinquentenários” (KRAAY e MALERBA, 2010, p. 366 - 367).

Os autores também enfatizam que alguns especialistas – em geral jornalistas – criticavam a escolha de 2010 como o ano dos bicentenários, pelo fato da independência só ter sido efetivada anos depois, e que em 1810 muitas regiões ainda eram leais à causa de Fernando VII. Kraay e Malerba (2010)

afirmam que esses críticos no que se refere à data simbólica não entenderam que se tratava de celebrar o início dos processos que se desdobraram em nações livres do jugo colonial e, portanto, digno de ser registrados como o prelúdio da independência que era irreversível.

Kraay e Malerba (2010) assinalam que algumas dessas críticas poderiam advir do fato de que, no período do início das lutas ainda não havia o conceito estabelecido de Nação, de forma que não se podia referir às lutas nacionalistas, nem em atuais comemorações nacionais.

Renomado autor também na temática de comemorações, Ankersmit (2002) diferencia os conceitos de comemoração e de rememoração:

[...] “comemoração” é mais sugestivo para um evento público e social do que “rememoração”. [...] Esta diferença entre estes dois termos é reforçada pelo fato de que “comemoração” é lembrar *coletivamente*, enquanto “rememoração” é primariamente um assunto privado (ANKERSMIT, 2002, p. 16).

Essa diferenciação é fulcral para o entendimento sobre a existência de duas esferas nas celebrações de 2010: a pública e a privada. Os eventos públicos – como os desfiles cívicos, os concertos abertos ao público, entre outros – favorecem o reforçamento da memória coletiva nacional, de modo que cada indivíduo possui uma lembrança específica do evento cívico nacional, que em consonância com as outras lembranças formam a memória popular das festas. Por sua vez, na esfera privada, cada lembrança é única e diferente das demais, de forma que os acontecimentos individuais – as percepções pessoais das festas, a relação existente entre a pessoa e o momento celebrado e as possibilidades de celebração para os diversos grupos sociais – são definidores da memória privada e individual:

[...] minhas memórias não são *sui generis* idênticas às memórias das outras pessoas, mesmo se lembrarmos dos mesmos eventos. Memórias, assim como pensamentos, estão sempre ligadas a pessoas e não flutuam em algum limbo impessoal – ou intrapessoal. Eu não posso retomar suas memórias, pelo simples fato de que suas memórias são necessariamente suas, ainda que seus conteúdos não difiram em nada das minhas (ANKERSMIT, 2002, p. 17).

Nessa perspectiva, o conceito de comemoração reside sobre um tripé semântico:

Em primeiro lugar comemoração pode sugerir uma lembrança no sentido de que alguém retoma algo à memória. Neste caso o sujeito do ato da memória e a pessoa na qual a memória é evocada são idênticos. [...] Em oposição temos a “lembrança de” efetuada pelo monumento; aqui o objeto que evoca a memória – por exemplo, o monumento – deve ser diferenciado da pessoa ou pessoas nas quais a memória tem sido evocada. Um monumento não se lembra de algo, mas *nos* faz lembrar algo. [...] Por último, e em terceiro lugar, entre “recordar à memória” e “relembrar de” reside “comemorar” [...] Para o que se espera de uma comemoração é que ela nos faça recordar, lembrando-nos de algo. Existe, em primeiro lugar, a fase de recordar, e só então, as memórias se apresentam a nós (ANKERSMIT, 2002, p. 17 - 18).

Nesse sentido, Jaime de Almeida e Ana Guiomar Souza (2008) chamam a atenção para o fato de que o contexto dos Bicentenários das Independências da América Latina favorece o diálogo entre historiadores que participam de experiências paralelas, uma vez que neste momento:

Uma verdadeira onda memorialista recobre o mundo, amarrando muito estreitamente a fidelidade ao passado – real ou imaginário – ao sentimento de pertença, à consciência coletiva e à individual de si, à memória e à identidade. Na Era da Comemoração³¹ em que estamos mergulhados, os historiadores perderam o monopólio da interpretação do passado, função pouco questionada enquanto exigia uma clara distinção entre a história coletiva e as memórias grupais ou individuais (ALMEIDA e SOUZA, 2008, p. 35).

Perspectivado nessa “Era da Comemoração”, o bicentenário de 2010 favoreceu a troca de conhecimentos entre historiadores, mexicanos e estrangeiros, acerca deste momento emblemático para a história mexicana, de forma que a organização de congressos acadêmicos³² permite aos historiadores alcançarem um novo patamar em suas pesquisas, após a troca

³¹ Conceito criado por Pierre Nora após as celebrações do Bicentenário da Revolução Francesa, no qual o autor reúne as características múltiplas das celebrações. Segundo Almeida e Souza (2008), estas características demonstram a onda memorialista, a partir de que esta “Era” critica as versões oficiais da História; reivindica um passado abolido; realiza um culto às raízes e ao desenvolvimento das pesquisas genealógicas; realiza uma regulação judiciária do passado; multiplica museus; exige a abertura dos arquivos à livre consulta. Ver mais: ALMEIDA, de Jaime; SOUZA, Rego Guiomar Ana. *Qualquer Festa é Festa (?)*. In: Pesavento, Jatahy Sandra et al. *Sensibilidades e Sociabilidades: perspectivas de pesquisa*. Goiânia, Ed. Ucg, 2008
NORA, Pierre. *L'ère de La commémoration*. In: NORA, Pierre. *Les lieux de mémoire*. Paris: Quarto Gallimard, 1997. T.III.

³² Como o X Congresso Internacional da ANPHLAC, no Brasil, e os inúmeros congressos realizados no México, alguns deles disponíveis em: <http://www.centenarios.unam.mx/eventosAcademicos.html> - acesso em: 22/05/2012.

de informações e a reflexão a partir distintos pontos de vista, que auxiliam a percepção do historiador sobre o pluralismo que perpassa também os estudos de eventos como esses.

Nas celebrações de uma efeméride de grande porte como os bicentenários, alguns conceitos básicos se inter-relacionam, de modo que se torna difícil a realização de tal ato sem esse pluralismo, a partir do qual é possível a análise de elementos que se entrecruzam, como festa, memória, comemoração e identidade.

Acerca da relação das festas com a memória ativada para a realização destas e a preocupação em reforçar novas memórias do evento em desenvolvimento para as futuras gerações, Estevão de Rezende Martins (2007) enfatiza:

[...] a percepção de que tal ou qual evento deva ser comemorado, de modo que permaneça sua lembrança na memória individual e coletiva, é uma questão substantiva para as comunidades que tiram desses episódios elementos fundantes de sua identidade (MARTINS, 2007, p. 4).

O autor ressalta que a reflexão inicial sobre memória coletiva teve início no período entre guerras, a partir das análises de Maurice Halbwachs. Na concepção de Halbwachs, existem as memórias coletiva e individual, porém, a segunda só existe em função da primeira, de forma que as memórias individuais seriam partes específicas do todo, uma vez que não é possível lembrar algo individual e exclusivamente:

[...] nossas lembranças permanecem coletivas e nos são lembradas pelos outros, ainda que se trate de eventos em que somente nós estivemos envolvidos e objetos que somente nós vimos. Isto acontece porque jamais estamos sós. Não é preciso que outros estejam presentes, materialmente distinto de nós, porque sempre levamos conosco e em nós certa quantidade de pessoas que não se confundem (HALBWACHS, 2006, p. 30).

Para Halbwachs, a memória do grupo reflete, portanto, as experiências únicas que se interiorizam na memória individual, de forma que os homens constroem suas memórias a partir das interações que estabelecem com outras memórias individuais. Ou seja, as memórias individual e coletiva são interdependentes e, neste passo, Halbwachs admite:

[...] que as lembranças [podem] se organizar de duas maneiras: tanto se agrupando em torno de uma determinada pessoa, que as vê de seu ponto de vista, como se distribuindo dentro de uma sociedade grande ou pequena, da qual são imagens parciais. Portanto, existiriam memórias individuais e, por assim dizer, memórias coletivas. Em outras palavras, o indivíduo participaria de dois tipos de memórias. (HALBWACHS, 2006, p. 71).

Sob essa concepção, Halbwachs problematiza outros dois conceitos relacionados à memória coletiva: a memória autobiográfica – individual – e a memória histórica – coletiva:

[...] a primeira receberia ajuda da segunda, já que afinal de contas a história de nossa vida faz parte da história em geral. A segunda, naturalmente, seria bem mais extensa do que a primeira. Por outro lado, ela só representaria para nós o passado sob uma forma resumida e esquemática, ao passo que a memória da nossa vida nos apresentaria dele um panorama bem mais contínuo e mais denso (HALBWACHS, 2006, p. 73).

Segundo Ankersmit (2002), é possível lembrar acontecimentos ocorridos em um passado distante. Entretanto, não acredita ser possível a lembrança do conteúdo do acontecimento, uma vez que não foi parte direta do acontecimento – seja como ator ou como espectador. Fazendo analogia entre Halbwachs e Ankersmit, Martins (2007) afirma que não existe uma supremacia entre o “lembrar” e o “lembrar-se”, de forma que é na “interação do sujeito agente com o tempo histórico em que surge que se dá o processo de apropriação da memória e da sua administração” (MARTINS, 2007, p. 10). Nesse sentido, independente da relação existente entre memória individual e coletiva, ambas são partes constitutivas e complementares da memória nacional sobre as festas, de forma que a supressão de uma delas afeta a outra. Todavia, ainda que complementares, possuem certa independência, uma vez que ambas possuem especificidades e características próprias – pontos de vista – de um mesmo acontecimento:

Para a consolidação da memória individual ou coletiva, a presunção é de que a memória transmitida e apropriada é sempre verdadeira, pois dela depende a coerência e a consistência particulares dos indivíduos e a coesão social da comunidade por eles formada e a que, em outra acepção, pertencem (MARTINS, 2007, p. 11).

Outro historiador que se dedica ao estudo da memória é Pierre Nora. Em seu texto *Entre a memória e História – a problemática dos lugares*, Nora assinala a diferença entre memória e história. Ele afirma que estes conceitos, antes de serem sinônimos, são completamente opostos em sua essência:

[...] a memória é a vida, sempre carregada por grupos vivos e, nesse sentido, ela está em permanente evolução, aberta à dialética da lembrança e do esquecimento, inconsciente de suas deformações sucessivas, vulnerável a todos os usos e manipulações, susceptível de longas latências e de repentinas revitalizações. A história é a reconstrução sempre problemática e incompleta do que não existe mais. A memória é um fenômeno sempre atual, um elo vivido no eterno presente: a história, uma representação do passado. (NORA, 1993, p. 9).

Ainda sobre esta relação, Nora (1993) oferece uma assertiva de que a memória somente se torna história quando os grupos redefinem:

[...] a sua identidade pela revitalização de sua própria história. O dever de memória faz de cada um o historiador de si mesmo. O imperativo da história ultrapassou muito, assim, o círculo dos historiadores profissionais. Não são somente os antigos marginalizados da história oficial que são obsecados pela necessidade de recuperar seu passado enterrado. Todos os corpos constituídos, intelectuais ou não, sábios ou não, apesar das etnias e das minorias sociais, sentem a necessidade de ir em busca da sua própria constituição, de encontrar suas origens. (NORA, 1993, p. 17).

Nesse passo, Helenice Rodrigues Silva (2002) – reportando-se a outro renomado autor no campo das reflexões sobre memória – Paul Ricoeur – afirma que, para o autor, o que separaria a memória individual do passado recente é uma linha extremamente tênue, uma vez que esta relação estaria condicionada ao fato de que as memórias existem a partir dos relatos contados por nossos ancestrais e que, a partir deste processo, há a seleção da memória. Também, para Ricoeur, a história se constitui neste processo de seleção, indicando o que deve ser lembrado e o que deve ser esquecido. No contexto das celebrações, Ricoeur (2007) afirma:

[...] o que celebramos com o nome de acontecimentos fundadores, são essencialmente atos violentos legitimados posteriormente por um Estado de direito precário, legitimados, no limite, por sua própria antiguidade, por sua própria vetustez. Assim, os mesmos acontecimentos podem significar glória para uns e humilhação para outros. À celebração, de um lado,

corresponde a execração, do outro. É assim que se armazenam, nos arquivos da memória coletiva, feridas reais e simbólicas. (RICOEUR, 2007, p. 95)

Com isto, Ricoeur (2007) defende a existência de uma “justa memória” que deve ser alcançada de maneira a evitar as três formas de abuso da memória: a memória impedida, a memória manipulada e a memória obrigada.

A memória impedida, que pode ser relacionada com a memória seletiva referenciada por Silva (2002), seria aquela na qual o indivíduo reprime suas lembranças e, posteriormente, acaba por lembrá-las sem saber que as repete. A memória manipulada seria aquela que envolve as relações entre memória e identidade – coletiva e pessoal – e diz respeito, sobretudo, às mudanças no passado, realizadas pelos detentores do poder como discurso de justificação do mesmo. E a memória obrigada seria aquela onde há o rompimento do vínculo entre justiça e memória, transformando as comemorações em dever de memória de uma sociedade, relacionando-as com os eventos traumáticos de sua história.

Retomando Silva (2002), sob a concepção da memória transmitida oralmente, a linguagem teria papel fundamental, uma vez que, inicialmente, antes de termos a capacidade de transmitir tais memórias, as recebemos oralmente de nossos ancestrais. Entretanto, segundo Guerra (2003), as memórias não devem ser baseadas única e exclusivamente na transmissão oral, uma vez que estariam sujeitas a mudanças, o que possibilitaria alterações de sentido, encurtando a duração e limitando o conteúdo das memórias transmitidas oralmente. Dessa maneira, visando ultrapassar tais barreiras, é necessário que estas tenham como suporte outros meios, tais como textos, imagens, monumentos, cerimônias, entre outros.

Em diapasão distinto das comemorações, Silva (2002), utilizando-se da perspectiva de Ricoeur sobre a existência de uma “justa memória” – em relação aos eventos traumáticos como Auschwitz –, afirma:

[...] a ideia imperativa de um “dever de memória” e de uma “dívida” em relação às vítimas da história, sem deixar de renegar à história sua autonomia e sua “função corretiva de verdade [...]”. Se não se deve esquecer, é, também e sobretudo, em razão da necessidade de se honrar as vítimas da violência histórica. É nesse sentido, que se pode falar de memória ameaçada (SILVA, 2002, p. 436).

A partir desta “justa memória” pode-se afirmar também que existe a possibilidade de que tal memória não se refira somente a eventos considerados constrangedores ou traumáticos, mas pode realizar também a justa rememoração daqueles merecedores de serem festejados. Nesse sentido, o governo mexicano encarregado dos festejos de 2010 buscou a inserção dos grupos que lutaram nos momentos celebrados nas memórias oficiais das comemorações, ressaltando o desejo de conferir o devido papel àqueles que, por motivos políticos ou sociais, acabaram por ser eclipsados – ou relegados ao segundo plano na história do país.

No tocante aos aspectos que devem ser lembrados, reportamo-nos à noção que Nora (1993) desenvolve sobre os lugares da memória, aqueles que expressariam a aspiração de lembrar ritos que possuem a capacidade de manter vivas as memórias nacionais.

[...] os lugares de memória nascem e vivem do sentimento que não há memória espontânea, que é preciso criar arquivos, que é preciso manter aniversários, organizar celebrações, pronunciar elogios fúnebres, notariar atas, porque essas operações não são naturais. É por isso a defesa, pelas minorias, de uma memória refugiada sobre focos privilegiados e enciumadamente guardados nada mais faz do que levar à incandescência a verdade de todos os lugares de memória. Sem vigilância comemorativa, a história depressa as varreria. São bastiões sobre os quais se escora. Mas se o que eles defendem não estivesse ameaçado, não se teria, tampouco, a necessidade de construí-los. Se vivêssemos verdadeiramente as lembranças que eles envolvem, eles seriam inúteis. E se, em compensação, a história não se apoderasse deles para deformá-los, transformá-los, sová-los e petrificá-los eles não se tornariam lugares de memória. É este vai-e-vem que os constitui: momentos de história arrancados do movimento da história, mas que lhe são devolvidos. Não mais inteiramente a vida, nem mais inteiramente a morte, como as conchas na praia quando o mar se retira da memória viva. (NORA, 1993, p. 13)

Em 1910, os lugares de memória que o então presidente mexicano Porfírio Díaz, ciente da importância das festas que estavam para ocorrer, buscou fazer perdurar, foram estabelecidos com a edificação de monumentos – como o *Ángel de la Independencia* – e a publicação da *Crónica Oficial de las*

*fiestas del Primer Centenario de la Independencia*³³, organizada por Genaro Garcia.

Por sua vez, o presidente mexicano, em 2010, Felipe Calderón, buscou consolidar as memórias oficiais das festas, tendo como base as iniciativas levadas a cabo Porfirio Diaz, na medida em que autorizou a edificação de monumentos; também legaria seus feitos à posteridade – como a *Estela de Luz*³⁴ –, e buscou-se o arquivamento e a digitalização de documentos históricos referentes aos processos celebrados, a fim de garantir a perpetuidade de tais documentos.

Eventos chave para as celebrações – tanto do Centenário de 1910, quanto do Bicentenário, em 2010 – foram o Grito de Independência, pronunciado no dia 16 de Setembro e as referências às proclamações do padre Miguel Hidalgo, que incitaram a população a pegar em armas contra o jugo colonial. Esses eventos ressaltam a memória nacional, evocando as principais figuras da Independência e contribuindo para inculcar nas populações contemporâneas aos festejos o sentimento de orgulho e de pertença a uma nação, capaz de efeitos dessa envergadura e perenizadas nas celebrações. Acrescido a esses sentimentos, avulta o sentimento de ser partícipe de uma identidade, respaldada na memória. Nesse sentido, Martins (2007) afirma:

A memória e a identidade estabelecem uma encruzilhada em que as diversas perspectivas do senso comum como do conhecimento científico se encontram. [...] Nesse ponto focal, memória individual, tempo coletivo e espaço social se associam para formar a cultura histórica com a qual a identidade se forja, consolida, atua e reproduz. A memória pessoal, associada à memória coletiva inscrita na historicidade do espaço social em que cada indivíduo emerge, marca não apenas a identidade particular do sujeito agente, mas também a coletividade identitária com que cada um se depara e que cada um quer assumir, modificar, transformar e mesmo rejeitar (MARTINS, 2007, p. 14).

Esse enfoque sobre memória objetiva orientar a reflexão para o que Martins nomeia como coletividade identitária que, no caso do México no interior

³³ A análise dessas formas de fazer perdurar as festas do primeiro centenário de Independência serão aprofundadas na segunda parte desta dissertação.

³⁴ Ver anexo 2.

das comemorações, suscita a um debate sobre o que é ‘ser mexicano’. Nessa perspectiva, Guerra (2003) chama a atenção para a dificuldade encontrada pelos países latino-americanos na definição de uma identidade que legitimasse suas existências. Logo após as proclamações de independência, as populações americanas não conseguiam se identificar de imediato com nenhuma parte específica: por um lado, encontrava-se o passado colonial – que havia sido aceito, por mais de trezentos anos; por outro lado, as lutas de independência haviam consolidado a recusa aos colonizadores e iniciadores da opressão da qual acabavam de libertar-se. Contraditoriamente, tal recusa impedia a construção de uma nova identidade, uma vez que os líderes independentistas pertenciam às antigas elites *criollas* – que tanto apregoavam pertencerem à nação e identidade espanhola, utilizando essa afiliação como respaldo para distinguirem-se do resto da sociedade americana.

O caso mexicano é ainda mais emblemático, pois essa dicotomia entre um passado traumático e um futuro incerto ocorreu, pelo menos, duas vezes em sua história. Primeiramente, à época da Independência, com a fidelidade oscilando entre os remanescentes do poder colonial e os novos dirigentes, e, posteriormente, por ocasião das celebrações do Primeiro Centenário da Independência, quando o país foi sacudido pela Revolução, inserindo forçosamente algumas demandas populares para pacificar o país convulsionado. No segundo momento, o México agregava um fator adicional que dificultava ainda mais a reflexão identitária: a inclusão e o reconhecimento do indígena como ser mexicano foi pauta nas discussões para a definição dos parâmetros da Constituição de 1917. Segundo Dias (2011), dois intelectuais se destacaram nas discussões mexicanas: Manuel Gamio – com visões favoráveis ao indígena – e Samuel Ramos – com visões negativas. De acordo com a autora:

Manuel Gamio possui uma visão favorável ao indígena, considerando-o como o principal pilar que sustenta a identidade mexicana. Entretanto, demonstra sua perspectiva positiva não somente defendendo o indígena como cerne da identidade, mas sim e, principalmente, condenando com pesadas críticas ao governo mexicano e ao povo europeu, que impuseram suas leis e cultura sobre um povo que já as possuía, de tal forma arbitrária, que o inculcou de um sentimento de timidez perante grupos sociais diferentes do seu. [...] Por sua vez, Samuel Ramos desvelava um sentimento de

inferioridade com relação ao indigenismo, pois percebia no indígena certa dificuldade e intransigência em admitir que foi influenciado por outras raças, afins e/ou europeias. Ao encarar os conquistadores europeus, no século XVI, o indígena não se opunha somente a outra raça, mas sim à civilização e à relação de dominação. A resistência do indígena à civilização [...] pode ser explicada, segundo o autor, pelo sentimento negativo que os mesmos tinham para com a raça dominadora (DIAS, 2011, p. 4 – 5)³⁵.

As controvérsias sobre as populações originárias permitem-nos afirmar que as dificuldades em debater a identidade nacional também acompanham o México desde seu alvorecer independente. Reiterando esta visão, Bittencourt (2008) afirma que, à época do primeiro centenário das independências, a América Latina buscava construir uma “identidade unívoca, baseada no fortalecimento da mestiçagem, mesmo que não fosse consensual, já que os grupos dominantes forjaram e difundiram um sentimento nacional excludente em relação aos índios” (BITTENCOURT, 2008, p. 9). Nesse sentido, as celebrações de 2010 pautaram-se em uma nova ideia de mestiçagem, uma vez que “alguns países passaram a reconhecer o caráter multicultural das sociedades” (BITTENCOURT, 2008, p. 9).

As pesquisas realizadas permitem afirmar que durante as celebrações de 1910, por mais que se buscasse a integração dos indígenas às festas – objetivando inseri-los nos desfiles cívicos, nos atos patrióticos e cerimônias oficiais – a participação destes foi escassa, tendo em vista o caráter excludente que a sociedade ainda apresentava com relação ao indígena e a dificuldade de acesso aos festejos – por mais abrangentes que tentassem ser, ainda eram eventos que restringiam grande parte da população – indígena e não indígena.

Por sua vez, em 2010, com base nas realizações do período porfirista e em função dos desdobramentos à época de Porfírio, o governo reiterou que as celebrações estavam sendo programadas buscando superar as falhas observadas nas comemorações do centenário no tocante à maior inclusão social, tentando inserir a população desde o planejamento até a etapa final.

³⁵ DIAS, Stéfanny Soares de Menezes. *Manuel Gamio e Samuel Ramos: Perspectivas acerca do Indígena na Construção da Identidade Nacional Mexicana Pós-Revolução de 1910*. In: Anais do XXVI Simpósio Nacional de História, São Paulo, 2011, p. 1 – 11. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308152267_ARQUIVO_ApresentacaoANP_UHStefanny-2011.pdf - Acesso em 30/01/2013.

Segundo o sítio oficial do bicentenário³⁶, foram pensadas diversas atividades que buscavam também incluir comunidades de mexicanos residentes no exterior, bem como os países ibero-americanos e as comunidades indígenas, buscando congrega o maior número de mexicanos, mesmo aqueles que residiam fora do país.

Nessa perspectiva, Meier (1989), se reportando a Habermas, ressalta a tentativa de reforçar a identidade, um processo que também permeou as celebrações mexicanas de 2010, ao afirmar que a identidade deve estar arraigada o mais profundamente possível, buscando responder não somente à questão de “quem somos”, mas também “o que queremos ser”. O autor destaca que existe um conceito plural de identidades, como a “identidade-eu” e a “identidade-nós”; nesse caso específico, a identidade “nós” mexicanos. “Somos, por um lado, um “eu” e, por outro, partes de diferentes “nós” e essas pertenças se mesclam em nossa consciência podendo, inclusive, sob determinadas circunstâncias, levar a conflitos de uma com a outra” (MEIER, 1989, p. 332).

Assim, as discussões sobre a possibilidade de pertença a uma identidade nacional são plausíveis, uma vez que uma nação é formada pelas mais diversas singularidades de sua população, e o conjunto de diversas “identidade-eu” comporia a tão almejada identidade nacional, realçada, sobretudo, em momentos de celebração coletiva.

Nesse cenário, o México, desde sua colonização, enfrenta problemas para definir uma identidade unívoca. À época da revolução, aqueles que tinham tomado rumos definidores dessa pretensa identidade, sofreram novamente com o impasse. À época das celebrações de 2010, contraditoriamente, os mexicanos enfrentaram dois desafios identitários: a contínua busca de uma identidade nacional; por outro lado, a existência de diversas culturas coletivas – identidade-eu e identidade-nós – que fez, e ainda faz, com que o mexicano passe de um ser que busca uma identidade para um ser que precisa definir qual, dentre as possibilidades, é a que mais lhe parece coerente. Para Stuart Hall (2006) essa identidade única e completa é uma fantasia, uma vez que em

³⁶ www.bicentenario.gob.mx – acesso em 15/04/2008.

cada situação o sujeito pode identificar-se de forma distinta, mas o discurso governamental nesse período pautou-se nessa questão.

Ao recuperar a memória das primeiras celebrações de 1910, bem como a história nacional independente, o governo mexicano em 2010 se utilizou das ações revolucionárias para planejar e desenvolver as celebrações. Essa seleção e utilização dos eventos do passado nos permite adentrar nas discussões sobre os usos do passado.

Nesse sentido, Cristiano Arrais (2009) oferece um aporte teórico fundamental para a compreensão da temática que analisamos, ao assinalar que esse uso constitui-se na “forma como a experiência temporal é representada, apropriada e difundida por indivíduos ou grupos com o intuito de produzir um tipo de sentido e orientação no presente” (ARRAIS, 2009, p. 1).

Um dos meios mais recorrentes para essa utilização é a construção de monumentos, na medida em que estes constituem uma representação do passado, mas, simultaneamente criam uma ponte com o presente, e conectam-se ao futuro, pois “sintetiza as esperanças e expectativas projetadas pela comunidade. [...] O que define sua característica de monumento não é o algo em si da coisa, mas sua utilização pelo poder” (ARRAIS, 2009, p. 2).

Dessa maneira, o passado só adquire sentido a partir do momento em que ocorre um diálogo – e posterior compreensão – entre o passado estudado e o presente vivenciado. Nesse passo, os governos se utilizam dos monumentos como forma de estabelecer uma ponte entre passado e presente, uma vez que as edificações transmitem um sentido emocional, de forma que, ao visualizar o monumento, o espectador se sente conectado e pertencente ao evento rememorado. Nesse sentido, o monumento pode despertar em quem o visualiza o desejo de aderir ao projeto ali representado.

Por esse prisma, das leituras de Arrais (2009), decorre a constatação de que o interesse precípuo, que orientou e segue orientando a construção de um monumento, sobretudo em épocas festivas, segue a concepção de “construir e preservar determinado significado do presente, para as gerações futuras” (ARRAIS, 2009, p. 3). Exemplos nas celebrações mexicanas foram as construções do *Ángel de la Independencia* – em 1910; a *Estela de Luz* e o *Parco Bicentenario* – em 2010. O discurso oficial que permeia iniciativas similares é que o monumento perpetua um acontecimento memorável e busca

representar os anseios e contextos vivenciados pelas populações contemporâneas aos eventos rememorados. Ao assim proceder, as iniciativas oficiais buscam estabelecer a conexão do presente com os eventos passados, a fim de inculcar na população uma versão que se deseja perenizar, de tal forma que a representação implícita no monumento passa a ser o evento tal qual se supõe tenha ocorrido.

Há por trás da construção de um monumento certas tendências – políticas e sociais – em definir, por exemplo, o local da construção, sua viabilidade ou utilidade. Os projetos iniciais da *Estela de Luz*, por exemplo, previam, como construções adjacentes, praças cobertas, espaços públicos e um Centro de Cultura, que uniriam quatro importantes locais da Cidade do México.³⁷ O fato de estar localizado no *Paseo de la Reforma* – uma das principais avenidas da capital mexicana – evidencia que o governo pensou em construir não somente um monumento que seria legado à posteridade – muitas vezes esquecido no dia-a-dia da cidade – mas uma construção que se tornasse centro de atenções, de atração popular e turística, uma vez que o Paseo de La Reforma é a avenida mais monumental da capital mexicana, em um país que é em si de uma monumentalidade sem paralelo na América Latina, com seus impressionantes museus, zonas arqueológicas e os tesouros remanescentes das civilizações pré-colombianas.³⁸ Segundo Rabortnikof (2009), as práticas comemorativas – e aqui acrescentamos os monumentos – são centrais para perpetuar a memória e uma identidade nacional pretensamente unívoca.

As análises aqui apresentadas nos possibilitam afirmar que as comemorações do bicentenário permitiram a retomada de aspectos identitários, a fim de reafirmar os feitos emblemáticos do passado. Dessa maneira, reitera-se a formulação de que períodos festivos são propícios para o surgimento de discussões que também contribuem para inculcar no imaginário coletivo a necessidade de referendar a realização de alguma ação afirmativa relacionada, não somente às festas, como também aos feitos do passado, de forma a serem, não meros espectadores, mas efetivos atores.

³⁷ Inicialmente, o projeto conectaria o Altar a la Patria, a Plaza de la Secretaría de Salud, a Torre Mayor e o Parque Ariel.

³⁸ Ver: <http://noticias.arquived.com.mx/shwArt.ared?idArt=99> – acesso em: 18/01/2013.

<http://www.eluniversal.com.mx/nacion/192733.html> - acesso em: 18/01/2013

<http://www.centrodeculturadigital.com/> - acesso em: 18/01/2013

<http://www.eluniversal.com.mx/notas/870704.html> - acesso em: 18/01/2013

As reflexões ora apresentadas são um aporte em torno das reflexões que cercam a temática do Bicentenário de 2010. Para os propósitos desta dissertação, as análises apresentadas, a nosso ver, conseguiram cumprir com o objetivo de problematizar o evento e a continuidade, no tempo e no espaço, das ações que, além de perenizar o feito histórico, objetivam a anuência da população em torno desse exercício cívico. Com esse propósito, o governo mexicano fez uso dos eventos que marcaram a nação no passado, arrolando episódios e versões que deseja perenizar no imaginário nacional. Para que os monumentos do presente conseguissem referendar as versões oficiais sobre a celebração era fundamental o apoio do mais amplo espectro social e político e a participação popular ocupou o centro do planejamento governamental. É sobre esses encaminhamentos oficiais que se dedica o próximo capítulo.

PARTE 2

As narrativas históricas na comemoração pátria

Nesta parte serão problematizados os desdobramentos das festas cívicas. Para os propósitos deste trabalho, discorreremos sobre as etapas que perpassaram a preparação e o desenvolvimento das celebrações do Bicentenário de Independência e do Centenário da Revolução Mexicana, perscrutando os preparativos e expectativas, o desenrolar das efemérides e seus desdobramentos posteriores.

Ao estudarmos a América Hispânica, torna-se perceptível o quanto as populações destes países possuem, historicamente, relações de afinidade com suas histórias nacionais e com seus símbolos pátrios. Essa constatação também sugere que essa trajetória cívica foi amadurecida ao longo das últimas centúrias, uma vez que as renhidas lutas pela independência consolidaram um imaginário de valorização e defesa de algo genuíno que pudesse ser considerado próprio de cada nação – como a soberania nacional ou a reivindicação dos direitos sociais – sendo reforçado desde o alvorecer do século XIX.

Nesse sentido, é interessante pensar em uma das várias vertentes da relação existente entre Estado e História Nacional no âmbito latino americano. No período colonial, a administração do Estado era composta, principalmente, por notáveis vindos da metrópole, sendo estes denominados pela Coroa como vice-reis, coadjuvados pelos governadores. Essa estrutura só foi rompida com as lutas de independência, buscando superar a política colonial. Consideramos que essa perspectiva norteou as trocas de governos durante os períodos revolucionários, uma vez que a busca por legitimidade para substituir o poder outorgado pela Coroa espanhola implicou um prolongado dissenso. Os líderes que combatiam os governos estabelecidos pela Coroa, tornaram-se os novos dirigentes após a libertação. Não obstante, parte significativa dos próceres da independência, ou não ocuparam o poder, ou o fizeram por curto espaço de tempo, como foi o caso de Iturbide no México. Diferentemente, as lideranças revolucionárias de 1910 ocuparam cargos diretivos durante todo o período considerado. Estes, pouco a pouco, perceberam as complexidades e as vantagens do ato de governar e acabaram por sucumbir às vontades

individuais, uma vez que pensavam ter o controle do Estado, momentaneamente pacificado, uma vez que foram as lutas por eles lideradas que os colocaram no poder; portanto, atingindo alguns dos objetivos revolucionários. Entretanto, tanto no que se refere à independência, quanto à revolução de 1910, o cenário foi de lutas intestinas que duraram décadas e esse processo forjou uma noção de pertencimento precoce.

Com o passar dos mandatos presidenciais, a conexão com os objetivos revolucionários acabaria por ser esquecida, retomando, então, o distanciamento com relação ao melhor equacionamento social, em um país com forte componente de exclusão de amplas camadas, retornando as conjunturas muito similares às anteriormente contestadas.³⁹ Nesse sentido, rememoração e utilização dos feitos dos heróis mexicanos pelo Estado são considerados exemplos de atos que frequentemente caminham contra os ideais defendidos pelos precursores da independência. Essa constatação se desvela uma vez que há uma percepção de apropriação do feito destes heróis por parte do Estado Nacional, de forma a parecer que estes são uma espécie de parte constitutiva da estrutura estatal, que se apropria dessa simbologia, dela fazendo uso, buscando a anuência popular em torno desse imaginário heroico, para corroborar projetos políticos e que frequentemente considera a população como meros apoiadores ou coadjuvantes. Essa crítica acompanhou a ação estatal durante as efemérides.

Nesse sentido, a proximidade de eventos intercontinentais, como os bicentenários de independência, favorece o reavivamento da referida chama cívica e a rememoração de lutas e momentos históricos pátrios, que possibilitam uma reaproximação não somente entre povos e movimentos, como também entre a população contemporânea às celebrações e aquela contemporânea aos movimentos, estreitando os vínculos com o passado. Dessa forma, observa-se contemporaneamente uma rememoração e uma releitura dos objetivos conquistados à época das lutas e, por conseguinte, o estabelecimento de uma relação daqueles objetivos com os atuais,

³⁹ Há de se considerar, ainda, que não apenas no México muitos panteões nacionais foram ocupados por lideranças que caíram em desgraça antes e mesmo depois das renhidas lutas independentistas, como foi o caso de Bolívar e seu ideário para a Grã Colômbia. Muitas vezes, a escolha do herói segue caminhos tortuosos, objetivando servir aos interesses dos mandatários no poder e essas injunções são desconhecidas pelo grande público.

reatualizando, desta maneira, uma resignificação das lutas e trazendo à contemporaneidade as questões revolucionárias que caracterizaram as sociedades hispano-americanas. Longe de constituir um anacronismo, a percepção popular tende a um balanço da trajetória cumprida até então, estabelecendo conexões particulares com os eventos, os heróis e os projetos do passado, numa perspectiva muito próxima da hagiografia, o que amplia a sensação de esgotamento desses ideais no presente, implicando em mais acentuada glorificação do passado.

Devido às várias concepções e possibilidades de leituras imbricadas nessas efemérides, vários autores se empenharam em pesquisar a temática dos bicentenários hispano-americanos, seja por estarem conectados a História Nacional do país, seja pela temática das festas populares; enfim, a gama de possibilidades de estudo atrai um número significativo de historiadores, o que favorece discussões ampliadas e novas perspectivas sobre a história latino-americana. Essa reflexão não foi objeto de preocupação apenas dos acadêmicos dos países que comemoravam essa data simbólica em 2010. No Brasil, essa foi uma temática que também perpassou o âmbito da academia, uma vez que se aproxima essa comemoração também no país. Nesse sentido, a questão das comemorações é abordada por Jaime de Almeida (2006), em seu texto *O Segundo Centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico*, no qual afirma:

A comemoração do segundo centenário da independência coloca na ordem do dia a reavaliação das construções historiográficas e memoriais que constituem a principal razão de ser do nosso ofício. A arquitetura dessas construções é complicada e precisa ser abordada ora de conjunto (as grandes sínteses, os grandes blocos), ora de modo analítico – e, neste caso, dadas as fortíssimas ligações entre nação e narrativa histórica, há que se considerar mais de duas dezenas de histórias nacionais, cada uma delas remetendo por sua vez a tortuosas relações entre as províncias, problema que quase sempre aponta para o traçado de antigas fronteiras internas coloniais e demonstra a fragilidade de muitos projetos nacionais (ALMEIDA, 2006, p. 3).

As análises das comemorações dos dois movimentos históricos estudados, no México, nos permite reiterar que uma característica presente na história daquele país desde as primeiras lutas revolucionárias é o engajamento

popular e a participação sistemática desse segmento, em mobilizações sem precedentes em outras nações do continente, na defesa da soberania nacional, visando, ainda que de forma indireta e inconsciente, o fortalecimento de uma identidade nacional mais inclusiva e do sentimento de pertencimento a uma nação, na qual se engajou parte significativa da população.

Dessa forma, um dos aspectos mais lembrados, e que remete à identidade nacional e a um imaginário de conagração ampliado, é a questão dos heróis nacionais. Esse é um processo que se constituiu ao longo desses dois séculos e ainda é capaz de agenciar sentimentos difusos sobre a excepcionalidade nacional, quando esses heróis são deslocados do seu tempo para serem signatários também das demandas do presente. Assim, eles adquirem uma envergadura que os aproxima de semideuses no imaginário popular. Nesse passo, quando questionado sobre quais aspectos deveriam ser lembrados: os movimentos em si ou os heróis que comandaram ambas as etapas, o professor Manuel Ramos Medina, em entrevista, afirmou:

[...] primeiro, [deve-se] conhecer esses personagens destacados, situando-os em seu momento histórico. Em ocasiões os removemos de seu tempo e os transformamos em heróis de bronze. Foram seres humanos com seus defeitos e virtudes. Com ideais, que incomodavam aos que não estavam de acordo com eles. [...] Reconstruir suas vidas é devolvê-los a vida. Mas [deve-se ter] cuidado com inventar mentiras. Há que se respeitar nossos heróis e não elevá-los aos altares da pátria, sem lhes dar seu justo valor para que como indivíduos que foram nos sejam ainda mais atrativos e exemplos a seguir⁴⁰.

Esse processo de glorificação dos feitos dos líderes das independências e das revoluções é uma construção sistemática, de longo prazo e sempre acrescida de novos detalhes, para reforçar essa tecitura, tanto por parte da historiografia nacional quanto por parte dos governantes, que buscam pavimentar um caminho quase místico que os teria orientado até assumirem o poder. Esse reforço nos aspectos heróicos de distintos líderes populares pode ser evidenciado na apresentação de um sítio mexicano, intitulado *bicentenário*⁴¹, que destacava em sua página principal que “desde 1810, o México nos dá motivos para nos sentirmos orgulhosos de ser parte

⁴⁰ Ver nota 26.

⁴¹ www.bicentenario.com.mx – acesso em 29/05/2010.

daquilo pelo que Hidalgo, Morelos e outros iniciadores do movimento de Independência, sonharam um dia”⁴². No presente se recorre ao passado, buscando legitimidade, amparado na leitura que se faz desse passado mítico.

Nesse contexto, é interessante refletirmos sobre o papel que o “herói” exercia nas lutas de independência, nas quais, na maioria dos casos, era um líder militar. À época das guerras, esses homens eram vistos como libertadores da opressão espanhola e, portanto, defensores das difusas causas americanas. Todavia, após a vitória contra os espanhóis, a maioria desses homens foi esquecida, forçados ao exílio, executados por serem acusados da ruína em que se encontravam as jovens nações independentes. Apenas algumas décadas posteriores ao fim das lutas, ao se defrontarem com a envergadura da tarefa de pacificação e superação das dissensões fratricidas os governantes se defrontaram com a possibilidade de unidade em torno das figuras que, em suas distintas etapas, comandaram as lutas. Assim, o traidor da causa é objeto de revisão dá-se início a uma valorização simbólica dos feitos desses homens, percebendo-se a necessidade de elevá-los aos panteões nacionais, destacando suas trajetórias efetivamente singulares.

Nesse ensejo, em discurso sobre o ano emblemático de 2010, José Manuel Villalpando⁴³, ao mencionar os heróis nacionais, ressalta uma concepção muito atual de não conferir importância apenas àqueles que capitanearam as lutas, mas também àqueles que mesmo anonimamente tornaram possível a independência e a revolução:

Em 2010 falaremos desse nosso passado comum e recordaremos aqueles que nos deram Pátria e Liberdade, aqueles que nos fizeram chegar às noções de igualdade, de justiça e democracia. Será então o tempo propício para evocar quando Miguel Hidalgo deu o Grito de Independência em Dolores, e quando Madero iniciou a Revolução, proclamada no Plan de San Luis. Mas também, será o momento oportuno para recordar todos os heróis desses movimentos sociais, porque a todos eles devemos memória e gratidão. Aos heróis que conhecemos e a multidão de heróis anônimos; aos heróis nacionais e aos que se recordam nas regiões; ao punhado de heróis cujos nomes recolheram os livros de história; mas,

⁴² Idem.

⁴³ Historiador e Coordenador Executivo Nacional da Comissão Nacional Organizadora das Comemorações de 2010 para o Bicentenário de Independência do México.

sobretudo, às centenas de milhares, de quem só sabemos que combateram e morreram nos campos de batalha⁴⁴.

Nesse processo de releitura sobre pessoas e eventos, o herói de ontem pode não permanecer com as láureas a ele conferidas por seus coetâneos ou por ele mesmo. No que se refere ao panteão nacional, no qual os governos mexicanos procuraram também entronizar os novos heróis após 1910, por meio de homenagens cívicas, Luiz Estevam Fernandes (2011) reitera como pode também se processar a exclusão de figuras que se tornaram controversas nessas reinterpretações:

[...] ao caminharmos pelas ruas centrais da capital mexicana, podemos notar [que], em monumentos e prédios públicos, governos considerados “traidores da nação”, como o de Porfírio Díaz, foram eclipsados pela memória vitoriosa da Revolução Mexicana. Encontramos a “Avenida 20 de Noviembre” (“Dia da Revolução Mexicana”) e a “Calle 5 de Febrero” (data da promulgação da Constituição de 1917) nomeando ruas que anteriormente celebravam valores porfiristas (FERNANDES, 2011, p. 51).

As formas como ocorrem as rememorações dos heróis, bem como dos momentos históricos assinalados em um país, permitem analisar a importância atribuída à História Nacional e à maneira com que populações e governos elaboram as características do presente, presentes no cotidiano dos cidadãos, o que possibilita maior interação entre passado histórico rememorado e sentimento de pertencimento.

Nesse sentido, o estudo das comemorações permite discutir a presença das camadas populares e sua relativa importância no âmbito da construção da identidade nacional, pois, desde o início do século XXI, os governos do México, da Espanha e dos vários países hispano-americanos criaram, juntamente com entidades culturais e universidades, comissões especiais para as comemorações dos bicentenários, responsáveis pela organização das festividades e, no caso da dupla comemoração mexicana, do cumprimento do objetivo geral: uma participação mais efetiva do cidadão.

Para propagar seus trabalhos, as comissões das comemorações criaram núcleos de divulgação – portais eletrônicos – nos quais forneceram

44

http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=260:discurso-del-lic-jose-manuel-villalpando&catid=68:arco-bicentenario – acesso em: 15/03/2011.

informações acerca do encaminhamento dos preparativos das efemérides, os quais nos possibilitaram a visualização de uma análise em âmbito continental, o que, ainda que secundário, favoreceu visões dos objetivos em comum nessas celebrações. Entre as informações disponíveis nos sítios encontravam-se os planejamentos das festividades, as funções das comissões, as agendas de encontros continentais para debates, entre outros. Foi criado, inclusive, um sítio eletrônico que reunia informações de todas as comissões, chamado *Grupo Bicentenário*⁴⁵.

No âmbito oficial, o já referido decreto presidencial, que denominou o ano de 2010 como o ano das comemorações, criou também a comissão do bicentenário e centenário. Neste, o então presidente Vicente Fox Quesada declarava:

Artigo Segundo - É criada a Comissão Organizadora da Comemoração do Bicentenário do início do movimento de Independência Nacional e do Centenário do início da Revolução Mexicana, responsável por preparar um Programa Base que contenha a relação de eventos, ações, expressões, homenagens, calendários cívicos, comemorações e demais projetos recomendáveis em todo o país, para levar a cabo desde a entrada em vigor do presente decreto e até o último dia do ano de 2010.

Artigo Quarto - O Programa Base deverá definir:

- I. O Calendário de atos e demais expressões comemorativas que deverão efetuar-se no país.
- II. As tarefas indicadas no Artigo Segundo, com maior atenção, para facilitar sua realização, nos âmbitos federal, estatal, municipal e internacional.
- III. Os grupos da população, levando em conta a integração pluricultural da nação para que a organização e realização dos festejos sejam inclusivos de toda a sociedade mexicana e os mexicanos no exterior.
- IV. Os estudos, obras e investigações de natureza histórica, artística, científica de prospectiva, política econômica ou social que, ao longo das comemorações, se considere necessário fomentar, que aportem elementos para o planejamento e a tomada de decisões públicas, sociais e privadas, fundadas em princípios democráticos, de justiça e solidariedade.
- V. As medidas e estímulos de toda ordem ou de qualquer outra índole que contribuam na realização das ações ou eventos programados.

⁴⁵ www.grupobicentenario.org - Por motivos desconhecidos, o sítio teve seus serviços interrompidos, encontrando-se, atualmente, fora de funcionamento – acesso em: 12/09/2009.

VI. Demais atividades, obras ou expressões que deem realce aos dois feitos históricos a que se refere este decreto (DIARIO OFICIAL, 2006).

Nesse sentido, tornam-se evidentes os objetivos do governo com relação às festividades e que foram enaltecidos em discursos oficiais e no sítio oficial das celebrações. Criticando os rumos que tomaram as festas do primeiro centenário, o presidente à época do decreto, Vicente Fox, e seu sucessor, Felipe Calderón, manifestaram a necessidade de uma celebração centrada numa perspectiva mais inclusiva, que abrangesse todos os grupos e segmentos sociais, tornando as festas de 2010 mais acessíveis.

Entretanto, durante a pesquisa tornou-se perceptível que a instauração dessa comissão tornou-se tarefa de complexa resolução para o governo, particularmente no que se referia à inclusão cívica. Nesse passo, a rede de notícias CNN México publicou uma reportagem intitulada *El tortuoso camino para festejar el Bicentenario de México*⁴⁶, que é perpassada pelo difícil equacionamento dessas questões e que desvela os obstáculos enfrentados pela comissão. Segundo a reportagem, desde a instauração da comissão, em 2006, cinco instituições foram incumbidas da realização das festas. À época da instauração, o então presidente Vicente Fox nomeou Cuauhtémoc Cárdenas – membro do PRD – Partido de la Revolución Democrática – como presidente da comissão. No entanto, menos de cinco meses depois de sua indicação, em virtude das controvérsias geradas após as polêmicas eleições presidenciais, daquele ano, Cárdenas renunciou.

Em janeiro de 2007, uma proposta nunca concretizada foi a de que o historiador Enrique Krauze assumisse o cargo de coordenador executivo da comissão; entretanto, seu nome também não obteve consenso. O impasse desvela a dificuldade de se alcançar pontos de concordância elementares com relação aos rumos a serem imprimidos às celebrações, quando o programa oficial já se encontrava com um atraso de três meses, de forma que o governo federal optou por assumir o controle, para evitar mais atrasos:

⁴⁶ Reportagem de 25 de Julho de 2010, disponível em: <http://mexico.cnn.com/nacional/2010/07/25/el-tortuoso-camino-para-festejar-el-bicentenario-de-mexico> - Acesso em 29/12/2012.

[...] o presidente Felipe Calderón nomeou o então titular do Conselho Nacional para Cultura e Artes (Conaculta), Sergio Vila, como coordenador executivo. Um mês depois, a Conaculta designou um conselho de historiadores e cientistas políticos. Em meados de 2007, México, Argentina, Bolívia, Equador, Paraguai, Venezuela e Chile, concordaram em celebrar conjuntamente seus bicentenários, propósito que não prosperou. Em setembro deste mesmo ano, Calderón informou que o ex titular da Conaculta, Rafael Tovar y de Teresa, coordenaria a comemoração. Somente então, apresentou o primeiro Programa Nacional para a celebração, com quase um ano de atraso. Em outubro de 2008, Calderón anunciou que em 2010 haveria um festival esportivo aprovado pelo Comitê Olímpico Internacional, como parte dos festejos, mas até então não havia data. Dez dias depois, a presidência da República disse que Rafael Tovar y de Teresa renunciava à organização. Então, os festejos do Bicentenário ficaram nas mãos do Instituto Nacional de Estudos Históricos da Revolução e de seu diretor José Manuel Villalpando, ex-professor do presidente Calderón. Em princípios de 2009, Villalpando anunciou que haveria 1200 projetos: monumentos, apresentação de livros e atos comemorativos para celebrar. Quase um ano depois, em fevereiro de 2010, Felipe Calderón duplicou a aposta e disse que haveria 2300 atos. [...] Há algumas semanas, a imprensa mexicana começou a questionar que os festejos custarão 580 milhões de pesos, o dobro dos recursos destinados este ano ao Fondo de Apoyo a Grupos Vulnerables. O coordenador nacional da celebração, José Manuel Villalpando, disse domingo passado que estava disposto a tornar transparente a utilização de "cada peso". No entanto, em 21 de julho, o presidente Felipe Calderón delegou a Secretaria de Educação Pública (SEP) para encarregar-se do tema. Assim, o titular dessa instância, Alonso Lujambio, indicou que até o momento levou-se a cabo 42 ações para a celebração e que faltam aproximadamente 40 por concretizar-se (CNN, 2010).

Essas informações permitem assinalar que o início da organização das festividades foi controverso. As informações obtidas no sítio oficial do governo mexicano omitiram esses impasses, de forma a não permitir que viesse a público as querelas em torno da definição da comissão encarregada de delinear e executar os festejos. Desvelando os desentendimentos internos, Alonso Lujambio lamentou o que considerava descaso com o profícuo trabalho que já vinha sendo executado pela comissão: "Tem sido dispersa a maneira com que o governo federal vem informando sobre o acúmulo extraordinário de atividades que temos apresentado, de modo que se tem percebido, certamente, certa desordem" (CNN, 2010). Nesse sentido, o início das celebrações enfrentou obstáculos e críticas que foram devidamente – e providencialmente – eliminados da memória oficial das festas.

É importante reiterar que, oficialmente, foi criada somente uma comissão que seria responsável pela organização dos festejos oficiais, estando ligada e subordinada ao governo federal e suas instituições. Porém, distintas instituições também criaram comissões para promover comemorações específicas e direcionadas, como é o caso da Comissão dos Festejos do Senado Federal, a Comissão Universitária, criada pela UNAM, e a Comissão do *Bicentenario Mujer e Independencia en America Latina*, entre outras.

Em contraste com as informações sobre a comissão oficial, o sítio *senado2010*⁴⁷ publicou uma página para acompanhar as atividades da sua própria comissão, na qual se veiculavam discursos laudatórios de políticos dos mais diferentes partidos, defendendo a posição governamental sobre as festas. Entretanto, alguns informes explicitam os desencontros sobre as atividades oficiais. Segundo o sítio, o então presidente do Senado Federal, Senador Santiago Creel Miranda, "assinalou que não era tempo de divisões, mas de privilegiar as coincidências mesmo com as nossas diferenças."⁴⁸ A crítica àqueles que tentavam desestabilizar os pilares dos festejos foi reforçada também pelo presidente Felipe Calderón. Uma reportagem do periódico *La Jornada*, intitulada *Festejo Fallido*, reitera que Calderón "criticou aqueles que criticam os festejos oficiais e os acusou de estarem "sempre orientados a derrubar o ânimo nacional"⁴⁹.

Ainda de acordo com o sítio *senado2010*, outros valores foram ressaltados nos discursos da instauração da comissão. O presidente da comissão do Senado, senador Melquiades Morales, destacou que um destes valores a serem lembrados seria a soberania nacional:

"[...] é o valor supremo que nos tem permitido tomar livremente decisões e identificar os interesses próprios e propor as metas comuns". Por isso, "revisar a história pátria não pode ser um exercício de nostalgia, tampouco um mero regresso ao passado que assim se torna oco e sem substância. Ir aos grandes marcos e às efemérides somente para contemplar o que fomos, é um equívoco que se paga repetindo nossos erros."⁵⁰

⁴⁷ <http://senado2010.gob.mx/> - acesso em: 18/01/2012

⁴⁸ <http://senado2010.gob.mx/index.php?page=2#9> - acesso em: 18/01/2012

⁴⁹ <http://www.jornada.unam.mx/2010/09/15/edito> - acesso em: 18/01/2012

⁵⁰ <http://senado2010.gob.mx/index.php?page=2#9> - acesso em: 18/01/2012

Um terceiro valor foi ressaltado por Patrícia Galeana – secretária da comissão – ao afirmar que os pontos mais importantes a serem celebrados pelos mexicanos seriam a liberdade, o nascimento e a justiça do país, afirmando que a celebração dos marcos históricos é a "conjuntura propícia para fortalecer a cidadania mediante a formação de uma cultura cívica e jurídica" ⁵¹. Evidentemente, discursos em torno de efemérides carregadas de simbologias cívicas são perpassados por um tom grandiloquente, com vistas a agregar um amplo espectro de instituições e a população em geral em torno de um expressivo conagraçamento.

Diante desses desencontros e tendo em vista o corpus significativo de pesquisa institucional sobre a história pátria, foi criada em 2006, pelo então reitor da UNAM, Professor Doutor Juan Ramón de la Fuente, a Comissão Universitária⁵². Sua tarefa era a de promover atividades acadêmicas que favorecessem o surgimento de novos debates, bem como divulgar as ideias já existentes sobre essas temáticas. Com isto, foram planejadas uma série de publicações, a partir de um corpo documental, congressos, concursos – como para decidir o logotipo oficial –, exposições, programas de incentivo à pesquisa, bem como a realização de programas de rádio e televisão.

Em um informe lançado pela UNAM, sob a coordenação de Alicia Mayer, encontram-se todas as informações referentes aos quatro anos de atividades acadêmicas, perscrutando os antecedentes, as atividades – da Universidade em geral, e das diversas faculdades – e as conclusões da comissão. Nestas, Mayer afirma:

A comemoração do Bicentenário da Independência e do Centenário da Revolução foi uma oportunidade inigualável para os estudos dos acadêmicos e suas notáveis contribuições para que a compreensão destes dois momentos fundadores fossem conhecidos (e continuem sendo) pela sociedade mexicana, cumprindo assim com as funções substantivas da Universidade a qual nos devemos, que são a investigação, a docência e a divulgação dos conhecimentos gerados nos arquivos, nos seminários e na cátedra. A UNAM era sem dúvida a instituição idônea para somar esforços, colocar investigações novas e originais desses processos e contribuir com sua difusão e divulgação (MAYER, 2010, p. 57).

⁵¹ Idem

⁵² <http://www.centenarios.unam.mx/index.html> - acesso em: 22/05/2012.

Por sua vez, a Comissão do Bicentenário *Mujer e Independencia* foi instituída com "o objetivo de contribuir para a reconstrução da presença ativa das mulheres que combateram pela liberdade de nosso continente"⁵³, sendo sua criação datada de outubro de 2009, pelo CEMHAL – *Centro de Estudios la Mujer en la Historia de America Latina* –, tendo como coordenadora a diretora do centro de estudos, Professora Sara Beatriz Guardia. A proposta da comissão era a de "desenvolver o estudo do processo independentista a partir de uma perspectiva de gênero, o que permitirá impulsionar um campo interdisciplinar deste intenso período de nossa história no qual se fixaram as bases dos Estados Nação"⁵⁴. Nesse sentido, foram instalados quatorze grupos de estudo que pesquisavam a participação das mulheres desde os períodos antecedentes, até o calor das lutas, bem como sua efetiva participação nas celebrações dos bicentenários da independência.

Essa comissão aponta as iniciativas autônomas de grupos que se mobilizaram no ensejo das comemorações, o que lhes possibilitaria uma ressonância para além dos afiliados, mantendo em perspectiva a temática das efemérides. Mesmo que aparentemente distintos, o objetivo da maioria dessas iniciativas era intensificar a conexão da população com a história nacional.

Estas últimas comissões, apesar de não serem consideradas como oficiais no que se referia aos festejos, contribuíram efetivamente para a integração e o cumprimento dos objetivos, de forma a favorecer a difusão do conhecimento histórico, de criar eventos e atividades que integrassem os diversos grupos sociais, de modo a incentivar a participação popular.

Como enfatizado, no que se refere à comissão oficial, a principal fonte de divulgação utilizada pelo governo federal foi a internet, por meio da criação de sítios eletrônicos. Nestes, em conjunto com a comissão oficial, foi divulgado que as celebrações do bicentenário estavam sendo pensadas em três linhas fundamentais: a primeira objetivava aprofundar o conhecimento sobre os acontecimentos históricos; a segunda buscava a inclusão da expressão de todas as formas que refletissem a diversidade cultural do país e a terceira destacava a criatividade pessoal e coletiva nas diversas áreas sociais.

⁵³ <http://www.mujeresbicentenario.com/> - acesso em: 18/01/2012.

⁵⁴ Idem

O objetivo do governo com essa opção era fazer com que os mexicanos, por meio de campanhas, seminários e congressos, aprofundassem a compreensão sobre o significado destes movimentos, conhecessem suas origens e motivações, entendessem as circunstâncias históricas que os condicionaram e refletissem sobre seus efeitos na formação do México contemporâneo. O propósito era atingir também a população que ficava à margem da escolarização ou a tinha de forma precária, o que impedia um aprofundamento sobre os marcos basilares da nacionalidade.

As atividades programadas pela comissão incluíam um abrangente programa editorial, diversas atividades acadêmicas, além de espetáculos e exposições. Foram desenvolvidos três programas especiais, dirigidos às comunidades indígenas, às comunidades mexicanas residentes no exterior e à participação dos países ibero-americanos. Entre as iniciativas constavam ainda a catalogação e digitalização dos arquivos relativos à Independência e à Revolução e o registro dos costumes da época.

A comissão do Senado Federal, seguindo as instruções e à maneira da oficial, instaurava em seu programa atividades referentes à cultura cívica e jurídica – mediante lançamentos de selos e medalhas, projetos para museus, digitalização de arquivos e edição de livros; promovia a difusão do conhecimento histórico através de exposições, concursos, congressos e atividades universitárias; programava atividades com os mexicanos residentes no exterior, como exposições, fóruns e seminários; e, por fim, propiciava a participação cidadã e realizava campanhas nos meios de comunicação.

A comissão universitária da UNAM, como já mencionado, criou distintas atividades, entre as quais, um sítio eletrônico⁵⁵, diversos congressos e jornadas cívicas, além de publicações de livros e artigos, exposições culturais, peças de teatro, documentários, projetos de memória digital, cursos acadêmicos, projetos de investigação, ciclos de debates, concursos e cerimônias de premiação⁵⁶.

A comissão *Mujer e Independencia* promoverá o primeiro Congresso Internacional das Mulheres nos Processos de Independência da América

⁵⁵ www.centenarios.unam.mx - acesso em: 22/05/2012.

⁵⁶ Informações disponíveis no Informe da Comissão Universitária: http://www.centenarios.unam.mx/pdf/INFORME_centenarios.pdf - acesso em: 22/05/2012

Latina, a ser realizado em Lima – Peru, em agosto de 2013. Neste, serão abordados temas relativos à análise teórica e contextual; ideologia, imagens e discursos e instituições; espaços públicos e privados. Essas iniciativas objetivam recuperar um espaço que pouco foi reivindicado até bem recentemente, que é o papel da mulher nesses movimentos. Segundo Guardia:

A tendência prevaiente da história oficial androcêntrica centralizou o estudo nos homens militares e políticos, contextualizados por datas, distintas formas de governo, e batalhas ganhadas ou perdidas, recuperando a experiência masculina nos conflitos armados, os sistemas políticos, econômicos e sociais onde a participação das mulheres aparece como secundária, e "complementar". O resgate desta participação tem sido feito desde um discurso "sacrificial" concentrando-se em figuras excepcionais. Por sua vez, o ensino desta História, transformada em instrumento político funcional, procurou transmitir uma "educação patriótica", determinando o papel da mulher nela⁵⁷.

Percebe-se que as atividades propostas por estas três comissões, além de complementares às oficiais, proporcionaram eventos e experiências únicas, tornando as celebrações mais ricas e duradouras, uma vez que muitos de seus desdobramentos ainda estão em curso.

2.1. As narrativas históricas na comemoração pátria

Uma vez que nos reportamos aos marcos das comemorações em 2010, no México, torna-se importante um exame sobre as celebrações do primeiro Centenário da Independência, em 1910. As leituras sobre estas apontaram que o governo de Porfírio Diaz buscou legar à posteridade suas memórias e feitos, revalorizando os heróis e olvidando as personagens controversas. A memória das festas e suas atividades foram referendadas com a publicação da *Crônica Oficial das Festas do Primeiro Centenário da Independência do México*⁵⁸ – dirigida por Genaro García – e com a inauguração do *Monumento à Independência*, ambas no ano de 1911. Com essas festividades, ficava evidente o desejo de introduzir o México no mundo moderno, o que Porfírio Diaz pretendia enaltecer para reafirmar seu regime,

⁵⁷ <http://www.muieresbicentenario.com/congreso.html> - acesso em 18/01/2012.

⁵⁸ Disponível para download em: <http://cdigital.uv.mx/handle/123456789/9669> - acesso em: 12/05/2010.

que não tardaria a desmoronar a partir das proclamações anti-reeleição, entre as quais a que conclamou a Revolução.

De acordo com Alvarado (2008), havia uma preocupação constante no governo de legar à posteridade suas memórias e conseqüentemente, as glórias das comemorações. Para o governo, de nada adiantaria as celebrações se, com os anos, estas caíssem no esquecimento. Nesse sentido, "com o fim de transcender este limite [...] se impunha incluir no programa uma ampla gama de atividades de índole educativa e cultural [...] e, desta forma, dotar de uma vida mais duradoura as celebrações" (ALVARADO, 2008, p. 173).

No governo de Porfírio, as preparações das festividades se apoiaram em um amplo programa de ações que incluía desde discursos, cerimônias laudatórias aos heróis da independência, inauguração de monumentos, parques, exposições científicas e artísticas, obras de ampliação, concursos, conferências, desfiles militares e cívicos, em que foram representados os momentos históricos mais relevantes da história nacional: a conquista de Tenochtitlan e a chegada de Cortês, o período colonial e conseqüentemente, o movimento de independência e os heróis que a efetivaram. Esses esforços demonstravam a preocupação em tentar promover uma celebração faustosa do Centenário da Independência, empreendendo esforços para fortalecer a identidade nacional e dotando o país de museus, instituições educativas, parques públicos e numerosas obras sociais.

Conforme assinalado na introdução, perdura uma visão de que o governo de Porfírio Diaz foi marcado por grande reprovação popular, uma vez que sua ditadura foi um dos motivos para a eclosão da Revolução Mexicana. Seguindo este raciocínio, e de acordo com as pesquisas iniciais desenvolvidas para esta dissertação, à época do Centenário de Independência, Diaz estaria planejando as festividades, entre outros fins, de maneira a divulgar seus feitos, uma propaganda para o público interno e externo, assinalando seu papel na transição iniciada pelos próceres da independência rumo a um México moderno. Segundo Cueva:

[...] as festas do Centenário de 1910 se revestiram com a simbologia que mostrava e celebrava diante dos olhos do mundo as conquistas derivadas da perpetuidade de um mesmo grupo e um só homem no comando do país durante 35 anos. (CUEVA, 2009, p. 109)

Nesse sentido, o discurso do governo atual (2010), visando comemorações mais inclusivas, não apresentou novidades em relação ao discurso de um século antes. Segundo Guedea (2009), Díaz criou a Comissão Nacional do Centenário da Independência como órgão encarregado da organização e execução das festas. A motivação foi assim descrita pela autora:

[...] apesar de que se reconhecia que a celebração deveria ser essencialmente popular e nacional, pelo que deveria deixar espaço às iniciativas e às manifestações de todas as classes sociais, correspondia ao governo "dar uma demonstração importante". [...] Por considerar que o objetivo final das festividades nacionais era promover e enaltecer o patriotismo, [a comissão] concordou em estimular a boa vontade de todos os mexicanos, ao mesmo tempo em que convidou os governadores, os chefes políticos, a imprensa e as personalidades destacadas de todo o país a participar em sua organização. Igualmente concordou que as comissões estatais, distritais e municipais procurassem que em ditas festas tomassem parte todas as classes sociais. Assim, o *Programa* de atividades assinalava que as comissões deveriam cuidar para que os festejos se revestissem do mais amplo caráter popular e organizar pelo menos um ato, uma grande procissão cívica, na qual participassem todos os grupos da sociedade. [...] Dirigiu, ademais, uma incitativa ao povo mexicano para contar com a sanção e o apoio de todas as classes sociais, sem distinção alguma, na qual se convocava a toda "a grande família mexicana". Desta maneira, se pretendia que fosse uma celebração popular e nacional, mas dirigida e coordenada pelo governo federal, celebração que o regime propôs que fosse também internacional (GUEDEA, 2009, p. 28 - 29).

Para Alvarado (2008), a comissão tinha o papel de "estimular a participação popular, fomentar o espírito nacionalista e a cidadania" (ALVARADO, 2008, p. 169), convocando toda a população a se unir às grandes celebrações.

As comemorações do primeiro centenário tinham por objetivo retomar os momentos mais célebres, por meio da evocação de suas personagens principais. Este culto aos heróis era tido como positivo uma vez que servia de exemplo ao povo, permitindo a glorificação dos heróis e, segundo Guedea (2009), "por analogia, de Porfírio Díaz". (GUEDEA, 2009, p. 37)

Nesse sentido, as atividades do centenário começaram a partir das comemorações das mortes dos heróis, considerando-os como os "primeiros mártires da liberdade" (GUEDEA, 2009, p. 38). O principal insurgente

rememorado foi o padre Miguel Hidalgo y Costilla, o qual recebeu diversas homenagens entre as quais o registro dos lugares e objetos relacionados à sua história. Guedea (2009) reitera que na ordem dos atos oficiais, Hidalgo e Morelos tiveram lugar de destaque:

[...] A inauguração do manicômio [foi] o [...] primeiro ato formal dos festejos do Centenário, o segundo [...] constituiu-se no traslado [...] da pia na qual Hidalgo fora batizado. [...] Dois dias depois [...] realizou-se um desfile de carros alegóricos, organizado pela Comissão Nacional. [...] Por sua vez, Morelos foi honrado em diversas ocasiões de maneira particular [...] por ser Morelos não só a figura lendária por excelência, mas por ser o mestiço que simbolizava a fusão das duas raças; por ser, em suma, o "representante genuíno da nacionalidade mexicana" (GUEDEA, 2009, p. 42 - 44).

Durante a cerimônia de inauguração do monumento à memória de Morelos, Isidro Fabela⁵⁹ afirmou em tom grandiloquente que "o gênio de nossa raça heroica foi Morelos, porque encarnou a alma da Pátria quando o povo, em um grito transcendente de angústia, revelou ao conquistador hispânico o nascimento de sua consciência nacional." (FABELA apud, GUEDEA, 2009, p. 47).

Segundo esta autora, a raça à qual Fabela se referiu não poderia ser outra senão a indígena. "Morelos surgiu do povo para conduzi-lo sem ouvir mais clamores que os da redenção de seus iguais, sem sentir mais emoções que as de seus irmãos oprimidos e sem abrigar mais ilusão que a nobre liberdade." (GUEDEA, 2009, p. 48). Outras personagens históricas rememoradas foram Josefa Ortíz e Agustín Iturbide, além de outros insurgentes. O tom era sempre grandiloquente, como convinha ao espírito da época no que se referia às figuras emblemáticas da independência.

Contraopondo a ideia de que as celebrações haviam sido elitistas, Guedea (2009) afirma que um dos atos mais importantes do Centenário foi o desfile cívico, promovido pela comissão oficial que defendia a participação de todos os grupos sociais, de forma que o desfile contou com "representações de muitos deles, dando-se assim uma ordenada e hierárquica participação por setores. [...] o desfile foi, naturalmente, um dos momentos centrais das

⁵⁹ Historiador, chefe do Departamento Diplomático da Secretaria de Relações Exteriores de agosto a novembro de 1914.

celebrações e resultou em um dos festejos mais concorridos" (GUEDEA, 2009, p. 51). Entretanto ressalta que o desfile:

[...] não ofereceu uma visão do conjunto da história mexicana, mas somente de três de seus momentos, dois deles [...] chave. Apresentou, ademais, notáveis desequilíbrios quanto aos grupos que os formaram, começando pelo número de seus participantes: 839 no primeiro, 288 no segundo e sem especificar o terceiro (GUEDEA, 2009, p. 55).

Segundo o sítio oficial do bicentenário, reportando-se a essa primeira efeméride, aqueles desfiles tinham uma finalidade didática, tendo por objetivo representar:

[...] os episódios históricos mais relevantes da história nacional: a conquista do México Tenochtitlan e a chegada de Cortés, o episódio colonial e, naturalmente, o movimento de independência e os heróis que a levaram a cabo: Hidalgo e Morelos desfilavam frente às multidões.⁶⁰

Também perscrutando essa primeira comemoração, Alvarado (2008), reafirma a concepção que embasava o evento: a representação para o grande público dos episódios mais marcantes da independência; nessa ambiência, a comissão tinha como tarefa:

[...] "refazer os tipos, a indumentária e a fiel representação das cenas respectivas deste desfile", para o qual se viu obrigado a consultar "tudo o que existe escrito na história do país", além da documentação sobre o tema do Arquivo do Ayuntamiento, do Museu Nacional e de várias bibliotecas particulares (ALVARADO, 2008, p. 172).

Ao remeter-se à Annick Lampérière, Guedea (2009) afirma que, sobre as comemorações referentes à insurgência, essa autora assinala que:

[...] o tratamento dado pelo regime porfirista aos primeiros insurgentes, em especial durante o Centenário, resulta diferente daquele recebido por outros heróis nacionais, tendo em conta que "seu fracasso final e o peso do caráter extremamente destruidor e anárquico de sua ação histórica não permitiam identificação alguma com o general Díaz". Por isso, sua memória foi honrada de maneira marginal e ficou "mediatizado pela encenação de uma série de objetos que insensivelmente tornavam os insurgentes da qualidade de heróis a de inofensivos santos de relíquia" (LAMPÉRIÈRE apud, GUEDEA, 2009, p. 39).

⁶⁰ <http://www.bicentenario.gob.mx/mexicorecuerdos/> - acesso em: 09/03/2011.

Para a celebração do Grito de Dolores, a Cidade do México foi ornamentada com "adornos, bandeiras, retratos dos principais caudillos, edifícios iluminados, as datas de 1810-1910 e as palavras Paz, Progresso e, sobretudo, Liberdade, assim como numerosos fogos de artifício" (GUEDEA, 2009, p. 56) que marcaram as festas do dia 15 de setembro de 1910.⁶¹ O Positivismo era a palavra de ordem no período e embasava as ações do governo, fundamentada de modo particular nos Científicos⁶².

Outro objetivo de Porfírio Díaz com as celebrações era convidar o maior número de países para as celebrações, a fim de mostrar os pontos positivos da nação mexicana, sua grandiosidade e modernidade. Nesse sentido, Guedea (2009) afirma que, Díaz, em discurso, destacou o fato de que:

[...] o México do Centenário era um país regenerado pela paz e pelo trabalho; assinalou que o povo mexicano havia passado da anarquia à paz, da miséria à riqueza, do desprestígio ao crédito e do isolamento internacional à amizade com toda a humanidade civilizada. "Para obra de um só século – expressou Díaz –, ninguém conceituará que isso é pouco". Tal era a obra que haviam sido convidados a conhecer, para que a humanidade visse do que era capaz um povo e um governo levados por um mesmo objetivo: o amor à pátria, e por uma

⁶¹ A celebração ocorreu na noite do dia 15, apesar do Grito de Dolores ter ocorrido no dia 16 de setembro.

⁶² O Positivismo chegou ao México durante a República Restaurada graças ao Dr. Gabino Barreda. De imediato, assumiu características da filosofia mexicana devido a pontos comuns existentes entre o positivismo e o contexto mexicano da segunda metade do século XIX. Com base nas ideias de Comte, os positivistas mexicanos definiram que três etapas estabeleceriam o progresso mexicano: "o *teológico*, quando a política esteve em mãos do clero e da milícia; o *metafísico*, durante a época de combates entre liberais e conservadores, e o *positivo*, com o triunfo da Reforma Liberal, onde a ordem positiva substituiria a ordem teológica e a desordem metafísica" (LLOVERAS, 2007, p. 30). A ideologia revolucionária dos liberais mexicanos se pautava em uma interpretação do conceito de liberdade dos positivistas comtianos. Enquanto o tema do positivismo de Comte era "Amor, Ordem e Progresso", os mexicanos, com "Gabino Barreda, o transformariam em "Liberdade, Ordem e Progresso": a liberdade como meio, a ordem como base e o progresso como fim". (LLOVERAS, 2007, p. 31). Com a morte de Barreda, em 1881, terminaria a etapa do positivismo comtiano no México. No entanto, a corrente já estaria arraigada nos pensamentos de ilustres, como Justo Sierra, quem formaria a Escola Científica Política do México, que se tornaria futuramente o Partido União Liberal, partido de apoio a ditadura de Porfírio Díaz. Visando justificar uma nova reeleição de Díaz, Justo Sierra escreveu as bases ideais sobre as quais seria justificada. Nestas, Sierra "sustentava a velha tese de que era necessário reforçar a ordem para obter a liberdade." (LLOVERAS, 2007, p. 28). Estas ideias fizeram com que o partido fosse chamado de Partido dos Científicos. Estes eram assessores oficiais do governo, exercendo grande influência política sobre Díaz. Com base no "darwinismo social", os científicos defendiam que "a sociedade mexicana era um campo onde a uns correspondia mandar e a outros obedecer." (LLOVERAS, 2007, p. 29), onde os que mandavam possuíam a cultura e a poder econômico superiores. O positivismo no México foi transformado. Inicialmente foi uma adaptação do modelo de Comte, "implantando a liberdade como meio, a ordem como base e o progresso como fim" (LLOVERAS, 2007, p. 31) Posteriormente, foi uma justificativa a ditadura de Porfírio.

aspiração: o indefinido progresso nacional (GUEDEA, 2009, p. 69).

Dessa maneira, na visão do regime porfirista, o México já ocupava seu devido lugar no concerto das nações, demonstrando, com o centenário, que Díaz havia erguido o México, até então, ao ponto mais alto de sua história. Neste sentido, Cueva (2009) afirma:

[...] as festas do Centenário de 1910 revestiram-se de uma simbologia triunfalista que no âmbito nacional fazia alarde do poder do regime e de seu chefe de Estado, e no plano internacional exibia suas conquistas na condução do país até a modernidade, com a intenção de que o México fosse aceito no concerto das nações modernas como uma delas (CUEVA, 2009, p. 109).

Uma das formas de preservação da memória para as gerações vindouras centra-se na construção de monumentos cívicos. Cueva (2009) afirma que, em 1910, a intenção que perpassava a construção destes era a de que o "México independente deixasse à posteridade monumentos que rivalizassem com os que a mãe Espanha deixou em nosso solo" (CUEVA, 2009, p. 112 - 113). Nesse sentido, o governo porfirista empreendeu a construção de prédios modernos ao lado dos coloniais deixados pela Coroa, contrastando os estilos e demonstrando a diversidade do México atual. Quanto aos monumentos erguidos com o escopo de honrar os heróis pátrios, Cueva (2009) ressalta:

[...] durante o porfiriato se usaram com maior frequência os tipos comemorativos convencionais que já haviam aparecido na Nova Espanha entre os séculos XVII e XVIII: pirâmides, obeliscos [...] e [...] arcos triunfantes. [...] A escultura urbana teve seus exemplos mais importantes na Columna de la Independencia e no Hemiciclo a Benito Juárez (CUEVA, 2009, p. 120).

Outra importante inauguração à época foi a *Universidad Nacional de Mexico*. Segundo Alvarado (2008), era para o governo:

[...] particularmente significativo aproveitar a ocasião para conquistar em definitivo o reconhecimento da elite nacional, mas, sobretudo, da comunidade internacional, cujos delegados e embaixadores eram testemunhas presenciais das conquistas e vitórias da administração de Porfírio Díaz (ALVARADO, 2008, p. 166).

Nesse sentido, a existência de uma instituição de ensino superior era mais uma forma de demonstrar aos delegados o acesso do México à modernidade, rompendo com uma tradição que pouco se dedicava à criação de instituições de ensino superior.

Nem só de edificações e monumentos suntuosos foram constituídas as celebrações e um legado importante para a posteridade foi a Crônica Oficial das Festas do Primeiro Centenário da Independência do México, dirigida por Genaro García, uma compilação dos acontecimentos de 1910, a qual, segundo o sítio oficial:

[...] incorporou o grande interesse do autor por ilustrar profundamente a magnificência dos festejos. [...] reuniu uma equipe de fotógrafos que tiveram a tarefa de retratar a importância das celebrações através dos retratos dos primeiros mandatários públicos e suas famílias, dos representantes estrangeiros, do interior das mansões; das vistas dos edifícios e monumentos que se inauguravam, das cerimônias, dos atos de caridade, das exposições, das festas, dos desfiles e da iluminação dos edifícios. Esta obra é o grande testemunho do luxo, da pompa, da solenidade e do fausto com que Porfírio Díaz celebrava o centenário da independência e mostrava ao mundo o progresso do México⁶³.

De acordo com Defossé (2007), existe o que o autor denomina de ingredientes para a execução de uma celebração como as do Centenário de 1910 e do Bicentenário de 2010, que se seguidos, implicam em uma festa impactante e inolvidável.

O primeiro ingrediente seria a organização e o autor afirma que "toda comemoração pública do passado nacional [...] demanda uma organização, responsável pelo conteúdo, a divisão do trabalho, os tempos, a participação, a avaliação e o registro." (DEFOSSÉ, 2007, p. 290) É um processo também criativo e dele depende o sucesso do evento nas diversas instâncias. O segundo seria o Conteúdo Programático, mediante o qual a "política pública da memória e a organização cristalizam, de maneira primordial, em um programa geral." (DEFOSSÉ, 2007, p. 290) O terceiro ingrediente seriam os protagonistas, de forma que o festejo dependeria de duas vontades: uma central e outra variante entre as definições dos vivos e mortos, aqueles que relembram e os lembrados, os incluídos e os excluídos. O quarto ingrediente

⁶³ <http://www.bicentenario.gob.mx/mexicorecuerdos/>- acesso em: 09/03/2011.

seria a Linguagem e a Cartografia, segundo o qual, o autor afirma que a "política da memória, organização e programa se expressam e representam por variados meios, através de numerosos gêneros, em um mapa específico [...] e com diversos graus de participação." (DEFOSSÉ, 2007, p. 291). O último ingrediente seria o Registro, através do qual sua "singular importância reveste os meios eleitos para o registro do festejo – impressos, publicitários, museísticos, eletrônicos, entre outros." (DEFOSSÉ, 2007, p. 291). Nesse sentido, de acordo com o autor, as celebrações ocorreriam da melhor maneira possível, atingindo seus objetivos, se estas seguissem estes ingredientes, tornando-se, desta maneira, um padrão a ser seguido.

Como já mencionado, os resultados das celebrações do primeiro centenário foram compilados na Crônica Oficial das Festas do Primeiro Centenário de Independência do México; nestas, Genaro Garcia desenvolveu dez capítulos referentes às celebrações, de forma a abarcar o maior número de festejos oficiais, entre os quais: 1) a Participação de Governos e Colônias Estrangeiras; 2) Homenagens do México a Nações e Representantes Especiais Estrangeiros; 3) Obras de Beneficência; 4) Festividades Cívicas; 5) Festividades Escolares; 6) Obras Materiais; 7) Congressos, Exposições e Museus; 8) Concursos, Conferências e Noites Literárias; 9) Festas Sociais; 10) Festas Militares; além de extenso apêndice de discursos oficiais e eventos diplomáticos. De acordo com Garcia (1911):

[...] o Supremo Governo se propunha a publicar uma grande obra descritiva das festas que a Nação faria durante o próximo mês de setembro em celebração ao Primeiro Centenário da Independência, porque convinha que a memória delas chegasse facilmente até nossos descendentes e lhes permitisse ver como nos esforçamos para comemorar da melhor maneira possível o primeiro aniversário secular de nossa vida autônoma, e, ao mesmo tempo, para honrar dignamente os heróis que no-la deram com heroísmo insuperável. [...] Segundo este plano [...] a obra se dividiria em três partes: 1ª, estudo sobre o progresso do México desde 1810 até nossos dias; 2ª, descrição das festas que celebravam a Capital, e 3ª, enumeração das que se efetuassem nos Estados. [...] O senhor Vice-presidente [...] aprovou meu plano com uma só emenda que consistiu em suprimir a enumeração das festas dos Estados, não só porque considerou que aumentaria demasiado a obra, mas também porque temeu que nem todos os Estados mandassem [...] os dados respectivos (GARCIA, 1911, p. VII).

Nesse sentido, a preocupação com a memória das festividades fica evidente na introdução da Crônica, na qual, além de evidenciar os caminhos percorridos para a conclusão desta, fornece também uma visão – ainda que possivelmente adaptada às vontades do então governo – das celebrações de 1910, contendo inúmeras fotografias, tornando-se um excepcional documento para estudo.

2.2. Festas pátrias: a vigência do passado na memória coletiva

Por sua vez, foi perceptível, desde os primeiros instantes desta pesquisa, que as celebrações de 2010, principalmente no âmbito cultural, estavam sendo delineadas de maneira relativamente similares às de 1910, uma vez que o governo já havia iniciado diversas atividades, entre ciclos de debates e conferências, peças de teatro e exposições em museus, oficinas populares e feiras de livros, além de eventos esportivos, que buscavam refazer os caminhos dos que se engajaram nas lutas de Independência e da Revolução.

No entanto, a significativa diferença entre os anos de 2010 e de 1910, percebida até aquele momento, era a pretendida ampliação da participação popular; mesmo que o governo de Porfírio tivesse manifestado a mesma intenção, a pretensa não consecução efetiva desse objetivo em 1910 foi o mote para os novos posicionamentos oficiais para 2010. As atividades, até mesmo as do meio acadêmico, estavam sendo preparadas e desenvolvidas conjuntamente com a população, em eventos abertos ao público e com ampla difusão nos meios de comunicação, visando atrair os mais diversos segmentos sociais, entre os quais os grupos indígenas.

Vale ressaltar que essa busca de valorizar o indígena, um contingente expressivo no México e que resistiu às tentativas de incorporação desde os momentos iniciais da conquista, tornou-se fulcral desde o primeiro período comemorativo. Ankersmit (2002) destaca que as comemorações nos remetem ao passado, com a pretensão de nos fazer manter uma espécie de comunicação com este mesmo passado. Ao comemarmos, nos aproximamos das pessoas às quais estamos prestando homenagem, mesmo que por breves instantes. Nesse passo, para Guerra (2003), as comemorações realizadas no

passado são precedentes das atuais, possibilitando informações inéditas e renovadas acerca do discurso histórico. Estas comemorações auxiliam a identificar os atores históricos e a nos aproximar das atitudes e das crenças do passado. Nessa ambiência, não há ruptura formal, mas relativa continuidade no que se refere às formas de organização das efemérides.

Reportando-nos uma vez mais a Mona Ozouf (1995), reiteramos uma problemática pertinente para tal afirmação de que o tempo se engendra: seria o novo tempo igual, ou uma aproximação do velho? O objetivo desta transformação é justamente o de diferenciar o antigo do novo, para que os feitos do velho não se repitam. À época das celebrações do bicentenário, o presidente Felipe Calderón destacou que:

Comemorar o nascimento de uma nação é fazer vigente seu passado, é manter viva a memória, é ter presentes os valores sobre os quais esta Nação se edificou: liberdade, igualdade e justiça. [...] O ano de 2010 será, sem dúvida, tempo de júbilo e alegria; em cada lugar, em cada escola, em cada bairro ou praça pública viveremos intensamente o orgulho de ser mexicanos, o orgulho de prover desse passado nosso, rico em complexidade, dramatismo e glória, mas celebraremos também o orgulho de nosso futuro. [...] O ano da Pátria será tempo para a celebração e a alegria, mas também deverá ser um ano de estudo e reflexão, um ano em que devemos nos perguntar, a consciência plena, qual México queremos legar às gerações de amanhã. [...] A nossa é a geração de 2010, é a geração do Bicentenário, uma geração que está convencida de que o México enfrenta sérios problemas, sim, mas que luta com afinco para superá-los⁶⁴.

É exatamente nesse contexto que o governo mexicano pensava as festividades de 2010, buscando o enaltecimento do sentimento nacional e a participação popular e as preparava em torno dos eventos marcantes na história do país, como as lutas contra a ocupação francesa na Espanha. Esse período pós-independência representa uma dupla ruptura. Primeiramente, é uma revolução que leva a sociedade a rejeitar os valores do antigo regime e a adotar a modernidade política. Posteriormente, é uma desintegração do bloco político constituído pela monarquia hispânica e o surgimento de novos Estados soberanos. (GUERRA, 2003).

⁶⁴http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=259:discurso-del-presidente-felipe-calderon-hinojosa&catid=68:arco-bicentenario- acesso em: 09/03/2011.

Para estabelecer um ponto de contato mais direto entre governo e população, foram criados os sítios denominados “portais ciudadanos”⁶⁵, com linguagem acessível e mensagens claras e concisas, que facilitavam seu uso e disseminação. Nestes, podia-se encontrar outra forma de busca pela opinião popular e sua participação: as enquetes⁶⁶, que eram direcionadas e respondidas pela população. Nestas, percebeu-se que a população também visava o aprofundamento histórico e cultural; em uma das enquetes a pergunta era: “Como você gostaria de celebrar o ano de 2010?”. Aproximadamente 26% responderam “com exposições culturais”. Em um país em que abundam museus etnográficos e históricos; com um riquíssimo acervo como os mexicanos, com as zonas arqueológicas pré-colombianas que mesmerizam visitantes nacionais e estrangeiros e franqueados à população em dias específicos, essa se constituía em uma resposta ilustrativa.

Essas enquetes, juntamente com os “portais ciudadanos”, além de demonstrar a preocupação do governo em incorporar a população nas preparações e execuções das festividades nacionais, demonstra também o interesse desta em participar e opinar sobre o que considerava mais importante para essa celebração. Esses direcionamentos governamentais puderam ser percebidos, também, pelo empenho oficial em buscar persuadir a população a participar desde as etapas iniciais. O contato mais estreito da população com eventos definidores da história nacional ocorreu por meio de atividades direcionados a esta parcela.

Outro aspecto dessa rememoração histórica foi demarcado por meio da aproximação da população aos heróis nacionais, bem como aos eventos celebrados. As festas preparadas em torno de momentos como, por exemplo, o “Grito de Independência” em Dolores, por Hidalgo, ou a aproximação do público a mostras culturais, como concertos musicais e exposições referentes à História Nacional, como a exposição *Bicentenario México 2010*, são exemplos dessas tentativas de certa forma bem sucedidas.

⁶⁵ http://portal2.edomex.gob.mx/edomex/mobile/gobierno/enlaces_interes/index.htm- acesso em: 09/03/2011. <http://www.gob.mx/> - Estes portais são chaves de acesso a informações, serviços e trâmites eletrônicos das dependências e entidades governamentais federais, estaduais e municipais que mais impacto tem para o cidadão.

⁶⁶ http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=375%3Atodas-las-encuestas&catid=51%3Aenvia-tu-propuesta&Itemid=16 – acesso em: 09/03/2011.

No que concerne às festas em si, aos seus desdobramentos, foi possível perceber que o clímax das celebrações ocorreu nos dias 15 e 16 de setembro de 2010, em virtude da data de independência. Nesses dias, as celebrações se iniciaram com o ritual do *Fuego Nuevo*, seguido por desfiles cívicos, que retrataram temas como Independência, Revolução e Heróis Nacionais. Paralelamente, se desenvolviam no Zócalo⁶⁷ uma série de concertos e pequenos espetáculos. No momento em que supostamente Hidalgo pronunciou as palavras que ficaram conhecidas como Grito de Independência, às 23 horas, milhares de pessoas que se encontravam no Zócalo presenciaram o presidente Felipe Calderón tocar o sino três vezes, antes e depois do seu pronunciamento, no qual destacou as principais figuras da independência:

Mexicanos, Vivam os heróis que nos deram pátria e liberdade! Viva Hidalgo! Viva Morelos! Viva Allende! Viva Josefa Ortiz de Domínguez! Viva Aldama, Bravo e Matamoros! Viva Abasolo, Galeana e Jiménez! Viva Moreno, Mina e Rosales! Viva Vicente Guerrero, Leona Vicario e Guadalupe Victoria! Vivam todos os heróis da independência! Viva a Independência Nacional! Viva o Bicentenário da Independência! Viva o Centenário da Revolução! Viva México! Viva México! Viva México!⁶⁸

A solenidade conferida ao pronunciamento e a aclamação popular aos próceres da independência arregimentam e fortalecem um sentimento de orgulho pela história pátria, reforçando a noção de pertencimento a um país singular e a identidade nacional. Na manhã seguinte a esse pronunciamento, o presidente reproduziu as palavras que Miguel Hidalgo y Costilla pronunciou no povoado de Dolores, ao amanhecer desse mesmo dia, em 1810:

Meus amigos e compatriotas: já não existe para nós nem o Rei nem os tributos. Temos resistido a essa imposição, que só convém aos escravos, há mais de três séculos como sinal da tirania e da servidão. Terrível mancha que saberemos lavar com nossos esforços. Chegou o momento de nossa emancipação; soou a hora da nossa liberdade; e se sabem seu grande valor, me ajudarão a defendê-la da garra ambiciosa dos tiranos. Poucas horas faltam para que me vejam marchar sobre

⁶⁷ Praça da Constituição – Cidade do México

⁶⁸ Cada presidente em exercício adiciona ou retira determinadas frases. O grito tradicional é: *Mexicanos, Vivam os heróis que nos deram pátria e liberdade! Viva Hidalgo! Viva Morelos! Viva Allende! Viva Josefa Ortiz de Domínguez! Viva México! Viva México! Viva México!*

os homens que se orgulham de serem livres. Convido-os a cumprir com esse dever. De sorte que sem pátria nem liberdade estaremos sempre muito distantes da verdadeira felicidade. Já sabem que o passo tem sido preciso e que é necessário começar por algo. A causa é santa e Deus a protegerá. Os negócios se atropelam e não terei, portanto, a satisfação de falar mais tempo diante de vocês. Viva, pois, a Virgem de Guadalupe! Viva a América, pela qual combateremos!⁶⁹

Após a reprodução do Grito de Independência, deu-se início aos desfiles militares, para os quais mais de dezessete países enviaram delegações, o que remete à ajuda mútua entre os países latino-americanos⁷⁰. Diversas atividades ocorreram, em distintas partes do país: foi criada a *Ruta 2010*⁷¹, programa com fins esportivos, composto, principalmente, por três rotas que refazem os caminhos percorridos pelos diferentes grupos insurgentes, além de espetáculos⁷², exposições⁷³, lançamento de moedas comemorativas⁷⁴, atividades esportivas⁷⁵, como regatas⁷⁶ que reuniram diversos países nas competições.

⁶⁹ <http://www.memoriapoliticademexico.org/Textos/1Independencia/1810PPD.html> - acesso em: 12/09/2009

⁷⁰ <http://www.grupobicentenario.org/> - acesso em: 12/09/2009

⁷¹ <http://www.eluniversal.com.mx/articulos/42530.html> - acesso em: 12/09/2009

⁷² <http://www.milenio.com/cdb/doc/noticias2011/7c954b2a681dd8c89db2c26caf0160fa> - acesso em: 12/09/2009

O espetáculo mais divulgado pelo governo federal foi: “200 años de ser orgullosamente mexicanos”, que consistia em um painel digital de mais de 100 metros, onde eram projetadas imagens sobre a história nacional mexicana. Este espetáculo percorreu várias cidades mexicanas, tornando-se um ícone das celebrações de 2010, e garantindo, em parte, a tão referida participação popular, de forma não a trazer o público às festas, mas de levar as celebrações ao povo.

⁷³ <http://www.milenio.com/cdb/doc/noticias2011/a171a1241e5a048787f20d8c8eb1820d> - acesso em: 12/09/2009

Entre as exposições que rodaram o México neste período, se destaca “Mexico 200 años”, uma exposição com mais de 500 itens sobre a história nacional, localizado no Palácio Nacional, na Cidade do México.

⁷⁴ <http://www.eluniversal.com.mx/notas/711017.html> - acesso em: 12/09/2009

<http://www.banxico.org.mx/billetes-y-monedas/servicios/venta-de-monedas-medallas-billetes-y-otros-product/monedas-y-medallas-de-oro/monedas-conmemorativas-bicentenario/bicentenario-independencia-me.html>

http://noticias.univision.com/bicentenario/lo-ultimo/article/2009-09-23/billetes-conmemorativos-de-la-independencia?origRef=http%3A%2F%2Fes.wikipedia.org%2Fwiki%2FBicentenario_de_la_Independencia_de_M%25C3%25A9xico%23Ruta_2010#axzz20cxiNtr3 - acesso em: 12/09/2009

⁷⁵ <http://msn.mediotiempo.com/mas-deportes/noticias/2010/10/09/dio-inicio-el-festival-olimpico-bicentenario> - acesso em: 12/09/2009

⁷⁶ <http://www.3tv.cl/index.php?m=video&v=11445> - acesso em: 12/09/2009

As celebrações continuaram também na mídia. Na televisão, diversos canais exibiram documentários e seriados⁷⁷ sobre os fatos e heróis históricos, além da criação de um programa chamado *Discutamos México*⁷⁸, composto por mais de 50 capítulos, que debateram os mais variados temas. Na internet, diversos sítios, além dos governamentais, publicaram vídeos e artigos relacionados às temáticas relativas à efeméride. No rádio⁷⁹, programas destinaram parte de seus horários para debates sobre os temas e sobre as biografias dos heróis. A imprensa escrita, através de jornais e livros, publicou diversas reportagens e artigos, além de ter sido editada uma revista de histórias em quadrinhos⁸⁰ contemplando os momentos históricos rememorados. Diversos filmes foram produzidos, visando a divulgação dos eventos e dos heróis nacionais também no cinema.⁸¹

⁷⁷ Seriados e documentários apresentados pela televisão mexicana:

- *Clio en el Bicentenario*: produzido pelo Editorial Clio, que já produziu mais de 300 programas sobre a história mexicana. Série de nove episódios que trabalham os heróis nacionais: <http://tvolucion.esmas.com/bicentenario/clio-bicentenario/> - acesso em: 12/09/2009

- *Gritos de muerte y libertad*: série composta por treze episódios sobre os heróis na história nacional, visando o conhecimento da história nacional por todos os mexicanos, para que soubessem o que estão celebrando: <http://tvolucion.esmas.com/bicentenario/gritos-de-muerte-y-libertad/> - acesso em: 12/09/2009

- *Los Minondo*: série de seis episódios narrando a vida de uma família do século XVIII, passando as lutas de independência e culminando nos anos da Revolução: <http://www.oncetv-ipn.net/minondo/presentacion.htm> - acesso em: 12/09/2009

- *Hacia Nuestros Centenarios*: documentário composto por doze episódios, enfocando heróis e momentos históricos, desde o descobrimento, passando pela conquista, independência e revolução: <http://oncetv-ipn.net/centenarios.htm> - acesso em: 12/09/2009

- *El Grito que Sacudió a Mexico*: documentário produzido pela Discovery Channel, problematizando a história nacional.

⁷⁸ Disponível no canal de vídeos “Youtube” e no sítio: http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=1426 - acesso em: 12/09/2009

⁷⁹ <http://www.radio2010.imer.gob.mx/> - é possível acessar todos os conteúdos relacionados às celebrações dos centenários. - acesso em: 12/09/2009

⁸⁰ Sátira produzida pelos cartunistas Trino e Rius, sobre os períodos da Independência e da Revolução. Duas revistas foram criadas: “Historias desconocidas de la independencia y la revolución”; e “Ni Independencia, ni Revolución”. -

<http://www.vanguardia.com.mx/trinosatirizaalosheroesmexicanos-543960.html> - acesso em: 12/09/2009

⁸¹ - *Mujeres Patria*: filme de 2010, que se reporta à conspiração descoberta por Josefa Ortiz, que avisou Hidalgo y Costilla um dia antes do início das lutas de independência. Também trabalha com a história de 2500 mulheres que se uniram para guardar a imagem de Nossa Senhora de Guadalupe e para atender aos soldados. Além da parte em que estas formavam parte de sociedades secretas, serviam de correio, financiavam as lutas, seduziam as tropas inimigas, envenenavam os inimigos, organizavam conspirações e pegavam em armas: <http://www.elseptimoarte.net/peliculas/mujeres-patria-4914.html> - acesso em: 12/09/2009

- *Hidalgo: la Historia jamás contada*: filme de 2010 que enfoca a biografia de Hidalgo. - <http://www.elseptimoarte.net/peliculas/hidalgo-4749.html> - acesso em: 12/09/2009

- *El Atentado*: filme de 2010 que trabalha com o contexto político à época do atentado contra Porfírio Díaz, em 1897. - <http://www.elseptimoarte.net/peliculas/el-atentado-4795.html> - acesso em: 12/09/2009

Na apresentação de uma edição da revista mexicana *Desacatos*, Daniela Spencer (2010) analisa que:

[...] a dupla comemoração deste ano, 2010, tem dado lugar a faustos eventos e publicações; as performances teatrais sobre os antecedentes da história e a visões cinematográficas sobre os motivos e os legados da Revolução tem inspirado exposições de desenho, gravuras, pintura, fotografia e documentos para ilustrar o México através de suas causas; a balanços da Independência e da Revolução relacionados com a administração da liberdade, da justiça social, da democracia, o bem estar e a soberania nacional, assim como às inevitáveis analogias entre o nublado passado e o violento presente. Não tem faltado [...] as banais efemérides televisivas. [...] A ambos aniversários tem se prestado diversas reinterpretações acadêmicas, plurais e críticas, dos processos históricos que antecederam, culminaram e seguiram aos dois marcadores de tempo no devir do México (SPENCER, 2010, p. 7)⁸².

Pesquisando a cobertura das festas, percebemos que esta ocorreu, basicamente, nos meios de comunicação mexicanos, não havendo grande repercussão na mídia internacional, exceto breves relatos sobre os desfiles e algumas celebrações, além de eventuais considerações sobre aspectos sociais mexicanos.

Percebeu-se nos meios de comunicação mexicanos a ênfase concedida às festas, de forma que sua execução foi amplamente noticiada. Redes de televisão e rádios noticiaram os desfiles cívicos e militares, as solenidades oficiais e os dias de festa ao vivo, de forma a levar as festividades aos pontos mais distantes do eixo de poder e do centro das comemorações. Por outro lado, os periódicos impressos e eletrônicos⁸³ publicaram detalhadamente as festividades, conforme estas ocorriam, possibilitando

- *El Infierno*: filme de 2010 que trabalha a história recente do México, enfocando a relação migratória México-Estados Unidos e o narcotráfico mexicano. - <http://www.elseptimoarte.net/peliculas/el-infierno-4911.html> - acesso em: 12/09/2009

- *Heróis Verdaderos*: animação de 2010, trabalhando a história de cinco jovens (um crioulo, três indígenas e um mestiço) à época das lutas de independência. - <http://www.elseptimoarte.net/peliculas/heroes-verdaderos-4904.html> - acesso em: 12/09/2009

⁸² Disponível em: <http://www.ciesas.edu.mx/desacatos/ini.html> - acesso em: 12/01/2013.

⁸³ Ver: <http://www.milenio.com/cdb/doc/noticias2011/d9cff78f9e4c88e6e0efd703f41af0fd> - acesso em: 12/09/2009

<http://www.eluniversal.com.mx/notas/709279.html> - acesso em: 12/09/2009

<http://www.oem.com.mx/elheraldodetabasco/notas/n1784727.htm> - acesso em: 12/09/2009

http://www.cronica.com.mx/nota.php?id_notas=532525 - acesso em: 12/09/2009

consultas posteriores – e, conseqüentemente, inserindo-as nas memórias das celebrações.

A partir do acesso a estas foi possível perceber que as principais informações referiam-se às celebrações dos dias 15 e 16 de setembro. As reportagens traziam informações sobre horário, local, desfiles cívicos e militares, além de informações sobre monumentos, como por exemplo, o *Info7*, que analisou o monumento *Ángel de la Independencia*, o qual completava cem anos em 2010:

[...] com um amplo programa de atividades cívicas que mostravam os desejos de inserir o México na modernidade, há 100 anos, em 16 de Setembro de 1910, foi inaugurada a Columna de la Independencia, também conhecida como "El Ángel", pelo então presidente do México, Porfirio Díaz.⁸⁴

Outros periódicos realizaram análises posteriores sobre as celebrações. Um destes – *La Jornada* – publicou algumas reportagens sobre as celebrações. Na reportagem anteriormente mencionada, *Bicentenario: Festejo Fallido*, o jornal traçou uma relação entre a circunstância crítica de autoridade que o país vivia e o que considerou fracasso nos preparativos das celebrações. Assinalou contradições, como, por exemplo, as comemorações dos 200 anos de liberdade, destacando que o México ainda é marcado por grande dependência, principalmente econômica:

[...] o “emagrecimento” do Estado – realizado com ostensiva corrupção –, o desejo privatizador desmedido das últimas quatro administrações federais, e a entrega de competências nacionais a corporações e governos estrangeiros, colocam o país em uma situação de lamentável dependência.

Evidentemente, a linha editorial do jornal é de oposição ao governo atual e esse fato orienta suas análises. Sobre o discurso governamental das celebrações, o periódico assinala que o governo – de política conservadora – estava incomodado com o fato de trazer à tona memórias de movimentos contestatórios, como a Independência e a Revolução. Afirma que o discurso político do governo sobre as celebrações foi contraditório:

Se durante meses a população foi submetida a um bombardeio midiático que a convidava a juntar-se às festividades pátrias,

⁸⁴ <http://www.info7.com.mx/a/noticia/220433> - acesso em: 12/09/2009

agora as próprias autoridades – federais e locais – recomendam à população que fique em casa e veja as cerimônias correspondentes pela televisão, e advertem que o ingresso ao Zócalo estará limitado a 50 mil pessoas. [...] à luz das considerações assinaladas, tem sido o próprio governo que tem estreitado as margens das festividades até converter a perspectiva de uma celebração popular, nacional e jubilosa – como a que a ocasião merecia – em uma cerimônia governamental anticlimática, falida, caríssima e vazia⁸⁵.

No âmbito internacional, as poucas referências encontradas traziam, além de fotos dos desfiles e atos cívicos, pequenos trechos de discursos oficiais e análises ligeiras, que aludiam aos gastos excessivos com as festas, às crises dos cartéis de drogas e à violência pela qual o México passava e, em virtude destas, alguns municípios não celebrariam o bicentenário, ou o fariam com pouca margem de segurança para a população.

Ponto interessante de análise sobre as celebrações de 2010 são os discursos oficiais do governo, acessados através do sítio oficial dos festejos, uma vez que retratam com fidelidade a ótica governamental acerca das celebrações. No discurso de inauguração da exposição *Paseo en Mapa, explorando las claves de América Latina*, o então presidente Felipe Calderón reiterou em um discurso apologético:

Em 2010, [...] ano no qual muitos países da América Latina comemoramos o Bicentenário da Independência, podemos celebrar, e esta é outra maneira de celebrá-lo, a existência de nossas nações livres no Continente, tal e como foram descritas pelos cartógrafos ao longo desta história. Creio que devemos celebrar, sim, e celebrar com toda sua implicação, com alegria, com orgulho, com júbilo, o Bicentenário da Independência. Comemoremos o fato de que tudo o que havia e tudo o que forma parte de raízes, vigorosas e nutrientes do México, deu lugar a uma Nação como a nossa. E também contemplemos nos mapas o que substituiu as então capitânicas gerais, os vice-reinos, as audiências gerais da Colônia, e que são os Estados modernos da América Latina. Nações orgulhosas de seu passado pré-colombiano. [...] Neste Bicentenário, também, nós mexicanos nos sentimos orgulhosos, não só de ser livres, mas de ser parte de um dos países com maior pluralidade e com maior riqueza cultural no mundo. Porque México é cultura. Porque México é cultura pela potência da arte e da expressão de nossos povos

⁸⁵ <http://www.jornada.unam.mx/2010/09/15/edito> - acesso em: 12/09/2009

indígenas. Porque México é uma potência e uma realidade cultural no mundo⁸⁶.

Nos discursos proferidos orientava o público quanto aos símbolos escolhidos para a comemoração e sobre o ritual do *Fuego Nuevo* afirmou:

Este fogo [...] simboliza os ardentes desejos de liberdade que brotaram em nossos próceres. É emblema da valentia com a qual pegaram em armas naquele 16 de setembro de 1810, para desafiar uma das mais importantes potências do mundo. [...] Naquela época, pegar em armas com um punhado de homens significava um grande risco. Mas, tal e como assinalou Don Benito Juárez, anos depois: Hidalgo nos ensinou que o poder dos reis é débil quando governa contra a vontade dos povos⁸⁷.

Novamente aparece o significado de 2010 como o ano da reconfiguração da Pátria para o México:

Por isso, a partir de hoje, esta chama percorrerá o país. É um Fogo que anuncia a chegada de 2010, o ano da Pátria, no qual todos, as mexicanas e os mexicanos, grandes e pequenos, celebraremos e festejaremos com alegria, o Bicentenário do início do movimento de Independência Nacional e o Centenário do início da Revolução Mexicana. Será um ano de júbilo e de fraternidade, um ano que nos unirá no orgulho inigualável de ser mexicanos⁸⁸.

Nesses discursos, percebemos a presença de elementos característicos destas celebrações, como a importância do ano de 2010, a interação entre os países da América Latina, partícipes das celebrações dos bicentenários, e, principalmente, a importância do México como país multicultural no panorama mundial, proclamando suas riquezas, sobretudo culturais.

Esses elementos são constituintes de discursos governamentais, exaltando as qualidades do país e seus governantes, bem como seu passado glorioso, as conquistas e realizações da atual gestão, eclipsando,

⁸⁶

http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=1514:inauguracion-de-la-exposicion-paseo-en-mapa-explorando-las-claves-de-america-latina-&catid=57:noticias&Itemid=55 - acesso em: 12/09/2009

⁸⁷ http://www.bicentenario.gob.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=674 -

acesso em: 12/09/2009

⁸⁸ Idem

proveitosamente, os aspectos negativos e qualquer tipo de crítica que pudesse afetar o governo à época, ofuscando as comemorações.

Porém, por mais que os discursos oficiais possam ser tendenciosos, levando em consideração somente as informações e opiniões que favoreçam os governos, são importantes fontes de análise, exatamente por transmitirem, de forma direta, a opinião dos governantes, fornecendo-nos um ponto de vista específico sobre as celebrações. Nesse sentido, a utilização dos discursos nos possibilitou acesso a informações que foram fundamentais para embasar as presentes considerações.

Neste momento de análise, retomamos as indagações levantadas na introdução. Referindo-nos à primeira – *seriam as celebrações uma maneira de desviar a atenção da população das críticas que assolavam o governo sobre a onda de violência que castigava o país à época?* – os discursos arrolados possibilitam afirmar que este objetivo foi efetivado, ainda que isto não fosse o intuito central do governo. Ao organizar um evento com a magnitude das celebrações do bicentenário de independência, o governo tende a eclipsar da memória oficial os pontos negativos que serviriam para possíveis críticas, omitindo-os, por exemplo, dos discursos oficiais.

Esta seleção de elementos remete às ideias de Helenice Rodrigues Silva (2002), que defende a existência de uma memória seletiva, quando há a seleção de lembranças, de forma que "apagam-se [...] as situações constrangedoras [...] e privilegiam-se os mitos fundadores e as utopias nacionais. [...] Essa seleção da memória coletiva é comum em todas as comemorações de uma data nacional." (SILVA, 2002, p. 432).

Dessa maneira, é possível responder à indagação – *um evento que atinge tamanha proporção de efeitos não estaria tentando mascarar outro aspecto? Ou seja, não seriam os festejos muito produzidos, deixando de lado aspectos sociais e de inclusão nas festividades?* Uma vez que trabalhamos com as fontes oficiais, precisávamos de outras fontes que demonstrassem a ótica então eclipsada pelas informações oficiais, como as demonstradas aqui. Para isto, recorreremos a algumas reportagens de periódicos internacionais e mexicanos – como o já mencionado *La Jornada*, entre outros – a fim de encontrar o contraponto necessário para concluir as análises e responder tais indagações. Neste sentido, a primeira parte desta indagação é possível ser

respondida, também, a partir das reportagens que trabalharam os aspectos negativos ligados à política, à economia e ao âmbito social e que foram definidoras para as considerações sobre as celebrações.

Temas presentes em vários periódicos foi a violência que assolava o México à época das festas, os excessos financeiros nas comemorações, e as investigações políticas realizadas pela oposição em contraponto, principalmente, aos exorbitantes gastos. O jornal espanhol, *Publico*, reiterou a violência, a pobreza e os altos custos das festividades. De acordo com o periódico, Alonso Lujambio⁸⁹ justificou os altos gastos porque "México não é nenhum paisinho, mas uma das grandes culturas da humanidade"⁹⁰. Publicou também que o México é um país no qual mais de 60% de sua população vive abaixo da linha da pobreza, e que, à época dos festejos, mais de um milhão de pessoas celebrariam em albergues e escolas improvisadas, em virtude das enchentes. Alberto Torres⁹¹ afirmou que "se os heróis que festejamos levantassem a cabeça, chorariam por ver como estamos agora, pensariam que não serviu em nada tanto suor"⁹². Sobre a violência, afirmou que esta dava muitos motivos para a população não sair de casa para celebrar e que o próprio governo incitava a mesma a ficar em casa. Afirmou que em cerca de quatorze cidades os festejos foram cancelados e em outras vinte e sete os festejos foram reorganizados e realocados para evitar incidentes.⁹³ Em contrapartida a estas informações, Alonso Lujambio afirmou em entrevista:

De maneira nenhuma estamos pedindo para as pessoas não irem aos festejos do Bicentenário da Independência neste 15 de setembro, "mas também estamos dizendo a verdade, que será impossível que o Zócalo possa abrigar a todos" os que desejem assistir, igualmente que na Reforma e na Alameda, onde se espera um público de cerca de um milhão e 100 mil pessoas. [...] Milhões de mexicanos poderão desfrutar em família nos seus lares a transmissão das atividades e espetáculos através do rádio e da televisão, para a qual o governo federal tem destinado

⁸⁹ Presidente, à época, da SEP - Secretaría de Educación Pública.

⁹⁰ <http://www.publico.es/internacional/336682/mexico-celebra-el-bicentenario-en-su-peor-oleada-de-violencia> - acesso em: 20/10/2010.

⁹¹ Artista visual que participava dos festejos.

⁹² <http://www.publico.es/internacional/336682/mexico-celebra-el-bicentenario-en-su-peor-oleada-de-violencia> - acesso em: 20/10/2010.

⁹³ <http://www.jornada.unam.mx/2010/09/14/index.php?section=estados&article=033n1est> - acesso em: 09/09/2009.

recursos sem precedentes⁹⁴, assim como o aparato técnico e humano das televisões públicas para conseguir um sinal de qualidade mundial⁹⁵.

Por sua vez, o já referido *La Jornada* publicou uma série de reportagens debatendo estes pontos, enfatizando, da mesma forma, que mais da metade da população vivia abaixo da linha da pobreza, ressaltando as ações violentas do narcotráfico, além de criticar os gastos públicos:

O que celebramos em 2010? Um país de estudantes mal educados por funcionários e mestres (nem todos) mal educados e onde a educação tem sido sequestrada com a cumplicidade dos governos e dos "líderes sindicais". Em opinião de muitos cidadãos contradizendo ao Sr. Secretario de Educação Pública e a sua Excelência Presidencial, os milhões de pesos gastos em fogos pirotécnicos [...] no Zócalo da Cidade do México e muitas praças do interior da República Mexicana, toneladas de livros produzidos em sua maioria ao vapor, sem fundamentação e obras inconclusas, não seria melhor criar fontes de trabalho, serviços de saúde e educativos?⁹⁶

Essas perspectivas podem ser consideradas exemplificações dos problemas enfrentados pelo governo federal, que tentou eliminá-las da memória dos festejos, de forma que não foram veiculadas nem no sítio oficial e nem nos discursos. São pequenos exemplos do número expressivo de reportagens que veiculam estas versões; porém, como não é objetivo aprofundar estas visões, as utilizamos neste momento para contextualizar e responder às nossas próprias indagações, que motivaram a presente pesquisa.

Respondendo à segunda parte desta indagação e retomando as análises de Cueva (2009) sobre a construção de monumentos para honrar heróis pátrios e fazer as festas alcançarem as gerações posteriores, visando perenizar este momento na memória nacional, realizando desta maneira, uma

⁹⁴ Esta tentativa do governo federal em prover, entre outras melhorias sociais, a melhor qualidade na transmissão do sinal para os mexicanos distantes da capital federal contou, inclusive, com o lançamento de um satélite mexicano nomeado Bicentenário.

"Com este satélite serão fornecidos serviços de telefonia, banda larga [...] conta com capacidade para impulsionar programas de conectividade digital para reduzir a brecha tecnológica entre as comunidades rurais e as zonas urbanas do país e brindar igualdade de oportunidades de acesso a informação." - disponível em: http://www.elpueblo.com.mx/notas/20121219/lanzan_con_xito_sat_lite_mexicano_bicentenario - acesso em: 20/10/2010.

⁹⁵ <http://www.eluniversal.com.mx/notas/708936.html> - acesso em: 12/09/2009.

⁹⁶

http://lajornadaaguascalientes.com.mx/index.php?option=com_content&view=article&id=16874:ruben-c-rojas-torres&catid=94 - acesso em: 12/09/2009.

ponte para com as festas de 2010, o principal monumento construído nesse ano foi a *Estela de Luz*. Sua construção ocorreu a partir de um concurso aberto ao público, com o fim de escolher o melhor projeto para a construção de um monumento à independência. O intuito do governo era construir um *Arco do Bicentenário*. Porém, a partir da escolha do projeto vencedor e em virtude de que não se tratava de um arco, o governo começou a se referir como *Estela de Luz*. Esse monumento – uma construção vertical com mais de 100 metros de altura - foi alvo de críticas da população, principalmente pelo alto custo da obra: inicialmente fora avaliado em 200 milhões de pesos, mas rapidamente alcançou cifras em torno de 700 milhões. Outros dados analisados sobre o alto montante gasto nas celebrações podem ser verificados na mídia; segundo uma rádio mexicana:

[...] os festejos do bicentenário cresceram sem ter nenhuma justificativa e inclusive, sem uma ordem, como nos contam os documentos que se encontram de maneira pública no Portal de Obrigações de Transparência [...]. O governo federal gastou diariamente 2 milhões e 500 mil pesos, em 450 dias, ou seja, um total de 1 bilhão de pesos para organizar os festejos do bicentenário⁹⁷.

Nesse sentido, é possível aferir as críticas apontando que esses dados seriam provas da ineficácia do governo em atingir o objetivo central das celebrações, evidenciando que essa quantidade exorbitante foi gasta em eventos políticos, monumentos e nas ornamentações dos festejos. Os investimentos, de alguma forma, atingem a população que arca com seus custos por meio do pagamento de impostos e participou das festas, mas a crítica que se faz é com relação ao escasso investimento em áreas sociais, como saúde, educação e segurança. Como afirma a mesma rádio, “o total dos gastos do bicentenário será de 3 bilhões de pesos, dos quais somente a *Estela de Luz* e o *Parque Bicentenário* ficarão para a posteridade”.⁹⁸

Não questionamos aqui a funcionalidade das festas e não há dúvidas de que um evento de tamanha proporção demanda gastos compatíveis e que estes foram empregados nas celebrações dos momentos históricos, uma

⁹⁷ <http://www.wradio.com.mx/noticias/actualidad/gobierno-gasto-diariamente-25-mdp-por-450-dias-en-festejos-del-bicentenario/20100802/nota/1335139.aspx>- acesso em: 12/09/2009.

⁹⁸ <http://www.wradio.com.mx/noticias/actualidad/gobierno-gasto-diariamente-25-mdp-por-450-dias-en-festejos-del-bicentenario/20100802/nota/1335139.aspx>- acesso em: 12/09/2009.

prática recorrente em qualquer país para reforçar os laços pátrios. As celebrações deveriam ocorrer e para tal gastos públicos aconteceriam. O que foi questionado foi a suntuosidade e o fausto com que foram executadas, onerando os cofres públicos de um país com graves problemas sociais que urgem serem equacionados.

Desta maneira, e respondendo à indagação, o governo se utilizou de festejos muito bem elaborados para ofuscar – ainda que este não fosse o intuito precípua do governo – problemas sociais e econômicos que segregam a população mexicana, afastando os pequenos municípios do eixo de poder das capitais. Além de utilizar a verba das festas para realização de atos efêmeros, dos quais poucos permanecerão na memória da população mexicana. Todavia, o bicentenário da independência e o centenário da revolução são marcos cívicos emblemáticos, congregando governo e população em torno das celebrações que se perenizam no imaginário nacional e reforçam o sentimento de unidade, fundamental para a ideia de uma comunidade imaginada, chamada nação.⁹⁹

⁹⁹ Como afirmou Aleks Syntek: “Eu festejo por mim e pelo que minha nação merece, não pelos problemas da atualidade, mas por toda nossa história e por esse fervente desejo de que algum dia, num futuro próximo, encontremos a harmonia e a paz. Eu canto por nossas avós e crianças, para dar-lhes um pequeno momento de satisfação em meio a tanto caos”. Aleks Syntek é um cantor e compositor mexicano, que em conjunto com Jaime López, criou o hino oficial das celebrações de 2010, intitulada *El Futuro es Milenario*. Esta canção provocou controvérsias e polêmicas, culpando o cantor por ter se juntado ao governo federal e ajudado a eclipsar os problemas sociais. Sofreu diversas críticas e agressões, que não se referiam exclusivamente à canção, mas à sua pessoa. “Me dói porque muitos tem perdido sua capacidade de tolerância, empatia, compreensão e respeito entre nós, entre mexicanos” - entrevista disponível em: <http://www.eluniversal.com.mx/notas/702876.html> - acesso em: 12/01/2013.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Cobranças, altos gastos, corrupção, violência, má administração, exclusão social, entre outros, são algumas das características cuja presença percebemos nas celebrações de 2010. Contudo, estes problemas não afastaram a população dos ideais governamentais, mas levaram-na a encontrar uma maneira de transpassar estes problemas, transformando as festas em momentos nos quais as populações puderam, por breves instantes, entrar em estado de êxtase e olvidar os problemas que enfrentam diariamente.

Após as celebrações, um dos poucos legados são a memória dos cidadãos e os dispendiosos monumentos, os quais, pouco a pouco, vão sendo incorporados ao cotidiano da cidade que, muitas vezes, não tem, sequer, divulgado qual marco ou herói nacional foram homenageados.

As celebrações do Bicentenário da Independência Mexicana de 2010 foram consideradas pelo governo federal como as melhores celebrações já realizadas no México. Em virtude disso, e após as comparações realizadas entre o centenário de 1910 e o bicentenário, percebe-se que houve engajamento por parte da população, em virtude da facilidade de acesso propiciada pelo governo, tornando-se o principal diferenciador das festas. No âmbito da celebração em si, as de 2010 foram muito mais preparadas, mais faustosas, mesmo porque a tecnologia possível de ser empregada era mais avançada. Enquanto que em 1910 as comemorações pautaram-se por eventos cívicos, com discursos e inaugurações, em 2010 foi possível a utilização de todo um aparato tecnológico, que possibilitou melhor interação entre população e História Nacional – com exposições interativas, fogos de artifício, recursos midiáticos, internet, entre outros.

Com relação às críticas sobre o governo, estas tinham fundamento. Entretanto, toda comemoração está sujeita a críticas, bem como todos os governos. É certo que houve falhas e que determinados recursos poderiam ter sido utilizados para outros fins, que visassem o bem estar permanente da população. Entretanto, dentro daquilo planejado pelo governo, as festas ocorreram de maneira satisfatória, com milhares de pessoas envolvidas, alcançando vários locais do país e realizando, de certa maneira, a inclusão social tão pretendida.

As festas de 2010 tiveram como objetivo transcender os problemas sociais imediatos, levando a população a um estado de euforia momentâneo, de forma a introjetar nos mexicanos o sentimento de orgulho e pertencimento a uma nação, pela qual Hidalgo, Morelos, Zapata, Madero, Carranza e tantos outros lutaram.

Analisando-as desta maneira, percebe-se que cumpriram seu papel a partir do momento em que conseguiram a realização de seus principais objetivos: aproximação da população com a História Nacional; realização das festividades com a presença maciça da população – por mais que se tenha confrontado esta ideia e de que não houve uma presença significativa; inserção do ano de 2010 na memória mexicana; exaltação do México como nação independente e moderna.

As comemorações de efemérides como os bicentenários, instigam as populações a revalorizarem, mesmo que momentaneamente, o passado, a fim de rememorar e trazer ao presente os valores pátrios do passado. Neste sentido, visa-se o enaltecimento da História Nacional para que estudos como os das comemorações permitam a inserção de características desta história no cotidiano da população, reafirmando a presença das camadas populares e sua relativa importância no âmbito da construção de uma identidade nacional. Conforme Enrique Florescano (2006) é possível dizer que à medida que governos e populações se unem para as comemorações, a nação se edifica e introjeta em cada indivíduo uma chama, valorizando os feitos gloriosos do passado, a exaltação dos heróis, o surgimento de novas ideias, de forma a alcançar novos grupos sociais. É neste momento que governo e sociedade se envolvem na conquista de um objetivo comum: a exaltação do sentimento de pertencimento a uma nação, a uma História, a um passado glorioso.

Nesse sentido, é possível afirmar que os usos apropriados pelo governo federal, contribuíram para um melhor planejamento e execução das festas – ao menos no nível discursivo. Há uma ideia compartilhada por alguns historiadores – arrisco-me a dizer, contrários às festas e celebrações oficiais – que os Estados Nacionais não são capazes de realizar eventos de grande porte cívico – como os bicentenários – uma vez que não estão preocupados com a veracidade dos fatos. Todavia, as pesquisas realizadas apontam para uma mudança nessa concepção, ao menos nos Estados latino-americanos,

uma vez que – conforme assinalado – houve a presença de historiadores renomados e diversos pesquisadores nas comissões organizadoras.

Ademais, apesar do fato de que na celebração, o que fica para a posteridade é a memória e a celebração desenvolvida pelo governo federal, é errôneo afirmar que as festas de 2010 foram única e exclusivamente criadas e dirigidas pelo governo. Retomando as discussões anteriormente estabelecidas, não se constrói uma memória ou uma identidade nacional a partir de uma única vertente, de uma memória individual ou uma identidade-eu. As celebrações de 2010 se caracterizaram por alcançar magnitudes nacionais porque não foram pensadas e desenvolvidas somente pelo governo, mas por instituições educacionais, comissões organizadas por grupos sociais diversos e com a participação popular. A união desses segmentos favorece as discussões sobre a participação popular nas festas, em busca do sentido de pertencimento à nação, e à identidade mexicana. Nessa trajetória, os usos do passado contribuem para reforçar as conquistas do presente, respaldadas numa ancestralidade que efemérides dessa envergadura reforçam e perpetuam.

REFERÊNCIAS

ALMEIDA, Jaime de. O Segundo Centenário da Independência na América Latina, um desafio historiográfico. In: *Anais Eletrônicos do VII Encontro Internacional da ANPHLAC*. Campinas, 2006. Disponível em: http://anphlac.org/upload/anais/encontro7/jaime_de_almeida.pdf. Acesso em: 17/04/2008.

_____ ; SOUZA, Rego Guiomar Ana. Qualquer Festa é Festa (?). In: Pesavento, Jatahy Sandra et al. *Sensibilidades e Sociabilidades: perspectivas de pesquisa*. Goiânia, Ed. Ucg, 2008, p. 29 – 37.

ALVARADO, María de Lourdes. La Universidad Nacional de México en Tiempos del Centenario. In: GUEDEA, Virginia (coord.). *Asedios a los centenarios (1910 y 1921)*. México, FCE, 2009, p. 166 - 225.

ANKERSMIT, F.R. Commemoration and National Identity. In: *Memória, identidade e historiografia*. Textos de História: Revista do Programa de Pós-Graduação em História da UnB, Brasília: UnB, 2002, vol. 10 n° ½. p. 15 – 37.

ARENAS, José María González. Hispanidad. 2007. Disponível em: <http://exterior.pntic.mec.es/instituto.nuestra.senora.del.pilar/word/hispanidad.doc> – Acesso em 21/11/2012.

ARRAIS, Cristiano Alencar. Monumentos e Usos do Passado: uma tentativa de conceituação a partir de três experiências. Disponível em: http://www.ce.anpuh.org/download/anais_2010_pdf/st_manuelina/Cristiano%20Arrais%20trabalho%20completo%20-%20anpuhce.pdf. Acesso em: 12/09/2012.

BITTENCOURT, Libertad Borges. A Comunhão Comemorativa e a Releitura do Passado: Identidades e o Bi-Centenário das Independências na América Hispânica. *Liber Intellectus*, 2008, v. 1, p. 1 – 15.

_____. Entre as Memórias e as Identidades: as Comemorações do Bi-Centenário das Independências na América Hispânica e os Princípios da Exclusão. In: *História Revista*, v. 13, nº 2, 2008, Ed. UFG, p. 447 – 459. Disponível em: <http://www.revistas.ufg.br/index.php/historia/article/view/6646> - Acesso em: 12/04/2009.

BREÑA, Roberto. Uma reflexão sobre as comemorações dos bicentenários, a questão do liberalismo (espanhol) e a peculiaridade do caso novo-hispânico. In: PAMPLONA, M. A. e MÄDER, M. E. (orgs.) *Revoluções de independência e nacionalismos nas Américas: Nova Espanha*. São Paulo: Paz e Terra, 2008, p. 183 – 212.

CERRI, Luis Fernando. Festas Nacionais: uso e didatização do saber histórico nas pedagogias do cidadão. In: *Revista História & Ensino*, Londrina, v. 9, 2003, p. 205 - 222.

CREELMAN, James. Entrevista Díaz – Creelman. In: *Cuadernos del Instituto de Historia*, Série Documental, nº 2, UNAM, México, 1963. Disponível em: http://www.bibliotecas.tv/zapata/bibliografia/indices/entrevista_diaz_creelman.html - Acesso em 25/07/2008.

CUEVA, Alícia Azuela de la. Las artes plásticas en las conmemoraciones de los centenarios de la independencia, 1910 – 1921. In: GUEDEA, Virginia (coord.). *Asedios a los centenarios (1910 y 1921)*. México, FCE, 2009, p. 108 – 165.

DEFOSSÉ, Fernando Curiel. Letrados centenarios: 1910 – 1921. In: GUEDEA, Virginia (coord.). *Asedios a los centenarios (1910 y 1921)*. México, FCE, 2009, p. 283 - 370.

Diário Oficial Mexicano, 2006:
<http://www.bicentenario.gob.mx/PDF/DECRETO.pdf> - acesso em: 14/04/2008

DIAS, Stéfanny Soares de Menezes. Manuel Gamio e Samuel Ramos: Perspectivas acerca do Indígena na Construção da Identidade Nacional Mexicana Pós-Revolução de 1910. In: *Anais do XXVI Simpósio Nacional de História*, São Paulo, 2011, p. 1 – 11. Disponível em: http://www.snh2011.anpuh.org/resources/anais/14/1308152267_ARQUIVO_ApresentacaoANPUHStefanny-2011.pdf - Acesso em 30/01/2013.

DURKHEIM, Émile. *As Formas Elementares da Vida Religiosa*. São Paulo, Martin Claret, 1997.

FERNANDES, Luiz Estevam de Oliveira. A Comemoração do Centenário da Independência no México: o *Paseo de la Reforma* como palco para a pacificação do passado em 1910. In: *História Unisinos*, São Leopoldo - RS, 15, janeiro/abril 2011, p. 50 – 59.

FLORESCANO, Enrique. *1810 – 1910 – 2010 – Conmemorar, Revalorar y Renovar – Nuestro Proyecto Colectivo de Nación*. 2006, Disponível em: <http://www.centenariosveracruz.gob.mx/modules/smartsections/print.php?itemid=1> - Acesso em 09/10/2009.

GARCÍA, Genaro. *Crónica Oficial de las fiestas del primer Centenario de la Independencia de México*. 1911. Disponível em: <http://cdigital.uv.mx/handle/123456789/9669> - Acesso em: 15/10/2012.

GUEDEA, Virgínia. La história en los Centenarios de la Independencia: 1910 y 1921. In: GUEDEA, Virginia (coord.). *Asedios a los centenarios (1910 y 1921)*. México, FCE, 2009, p. 21 – 107.

GUERRA, François-Xavier. *Modernidad e independências – Ensayos sobre las revoluciones hispánicas*. Mexico: Editorial Mapfre/Fondo de Cultura Economica, 2000.

_____, ALMEIDA, Jaime de. (trad.). Memórias em Transformação. In: *Revista Eletrônica da Anphlac* – nº 3, 2003.

HALBWACHS, Maurice. *A Memória Coletiva*. São Paulo, Centauro Editora, 2006.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-Modernidade*. 11ª Edição, Rio de Janeiro: DP&A, 2006.

HERRERO, Pedro Pérez. Las Independencias americanas. Reflexiones historiográficas con motivo del Bicentenario. In: *Cuadernos de Historia Contemporánea*, vol. 32, 2010, p. 51 - 72.

HOBBSAWN, Eric. *A Invenção das Tradições*. Rio de Janeiro, Ed. Paz e Terra, 1984.

JALISCO, Congreso Del Estado de. *La Revolución Mexicana 1910 – 1917*. México, 2007. Disponível em: <http://congresoal.gob.mx/BibliotecaVirtual/libros/AntecedentesRevolucion.pdf> - acesso em: 29/10/2012

KRAAY, Hendrik; MALERBA, Jurandir. Festejar e repensar a Independência: um balanço. In: *Revista Estudos-Iberoamericanos*, PUCRS, v. 36, n. 2, jul / dez, 2010, p. 366 - 373.

LLOVERAS, Guadalupe Álvarez. El Positivismo en México (Primera Parte). In: *Revista Trabajadores*, v. 61, jul-ago, 2007, p. 29 – 32. Disponível em: http://www.uom.edu.mx/rev_trabajadores/pdf/61/61_Guadalupe_Alvarez.pdf - Acesso em: 11/11/2012.

_____. El Positivismo en México (Segunda y Última Parte). In: *Revista Trabajadores*, v. 62, set-out, 2007, p. 28 – 31. Disponível em: http://www.uom.edu.mx/rev_trabajadores/pdf/62/62_Guadalupe_Alvarez.pdf - Acesso em: 11/11/2012.

MARTINS, Estevão Rezende. Tempo e Memória: A Construção Social da Lembrança e do Esquecimento. In: *Líber Intellectus*, v. 1, nº 1, junho de 2007.

MAYER, Alicia. Informe 2006 – 2010. 2010. Disponível em: http://www.centenarios.unam.mx/pdf/INFORME_centenarios.pdf - Acesso em 30/02/2012.

MEIER, Cristian. Sobre o Conceito de Identidade Nacional. In: *História: Questões & Debate*, Curitiba, ano 10, n. 18 - 19, jun - dez 1989, p. 329 - 347.

MORENTE, Manuel García. Idea de la Hispanidad - Conferencias pronunciadas los días 1 y 2 de junio de 1938 en la Asociación de Amigos del Arte, de Buenos Aires. Espasa-Calpa S.A. Buenos Aires, 1938, p. 1 – 37;

MULLER, Helena Isabel. História do Tempo Presente: algumas reflexões. In: PÔRTO, G. J. (org.) *História do Tempo Presente*, Edusc, Bauru, SP, 2007, p. 17 – 30.

NORA, Pierre. Entre a Memória e História – a problemática dos lugares. In: Projeto História, São Paulo, vol. 10, dez/1993, p. 7 – 28.

OLIVEIRA, Lucia Luppi. As Festas que a República Manda Guardar. In: *Revista Estudos Históricos*, Rio de Janeiro, v. 2, n. 4, 1989, p. 172 - 189.

OZOUF, Mona. A Festa sob a Revolução Francesa. In: LE GOFF, Jacques; NORA, Pierre. *História: Novos Objetos*. 4. Ed. Rio de Janeiro: F. Alves, 1995;

RABOTNIKOF, Nora. Política y tiempo: pensar la conmemoración. In: *Revista Sociohistórica - Cuadernos del CISH*, n. 26, 2009, p. 179 - 212.

RICOEUR, Paul. A Memória, a História, o Esquecimento. Campinas, São Paulo. Editora da Unicamp, 2007.

SEPÚLVEDA, Leonardo. El Legado Cultural de la Revolución Mexicana. In: *Revista Trabajadores*, v. 84, mayo-junio, 2011, p. 57 – 62. Disponível em: www.uom.edu.mx/rev_trabajadores/pdf/84/84_Sepulveda.pdf – Acesso em: 14/04/2012.

SILVA, Helenice Rodrigues. “Rememoração” /comemoração: as utilizações sociais da memória. In: *Revista Brasileira de História*, São Paulo, v. 22, nº 44, 2002, p. 425 – 438.

SPENSER, Daniela. Historias a contraluz en el bicentenario de la Independencia y el centenario de la Revolución. In: *Desacatos [online]*, 2010, nº 34, set-dez, 2010, p. 7 – 8. Disponível em: http://www.scielo.org.mx/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1405-92742010000300001&lng=es&nrm=iso&tlng=es. Acesso em: 08 de Julho de 2012.

TODOROV, Tzvetan. *Los abusos de la memoria*. SALAZAR, Miguel de. (Trad.), Barcelona, Paidó, 2000, p. 30-31;

VILLAR, Ernesto de la Torre. *La Independencia de México*. 1982. Disponível em: <http://www.senado2010.gob.mx/docs/bibliotecaVirtual/4/2707/14.pdf> - Acesso em: 30/01/2013.

www.bicentenario.gob.mx

www.biografiasyvidas.com/biografia/d/diaz_porfirio.htm.

www.centenarios.unam.mx

www.centrodeculturadigital.com

www.chinatoday.mx

www.congresoal.gob.mx

www.cronica.com.mx

www.elpueblo.com.mx

www.eluniversal.com.mx

www.gob.mx/

www.grupobicentenario.org

www.info7.com.mx

www.lajornada.unam.mx

www.memoriapoliticademexico.org

www.mexico.cnn.com

www.milenio.com

www.mujaresbicentenario.com

www.oem.com.mx

www.publico.es

www.senado2010.gob.mx

www.wradio.com.mx

ANEXOS

Anexo 1: *Columna de La Independencia*



Detalhe da base da *Columna*, representando os heróis nacionais. Em pé, com a bandeira mexicana em mãos, o Padre Miguel Hidalgo y Costilla, circundado por outros heróis nacionais, entre os quais Josefa Ortiz, Leona Vicario, José María Morelos e Vicente Guerrero.

Imagem Disponível em: http://agridulce.com.mx/blog/wp-content/uploads/2009/09/angel_de_la_independencia_heroes-en-su-base.jpg - Acesso em: 04/02/2013.

Descrição retirada de: <http://www.mexicomaxico.org/ParisMex/resumen.htm> - Acesso em: 04/02/2013.



Detalhe da estátua *Victoria Alada*, sustentando uma coroa de ramos, de forma a estendê-la sobre as cabeças dos heróis. Na outra mão, sustenta uma corrente quebrada com três elos, simbolizando os três séculos do Vice-Reinado e dependência da coroa espanhola. Imagem

disponível em: http://farm3.staticflickr.com/2366/2511367160_bdd6ca7d79.jpg – Acesso em 04/02/2013.

Descrição retirada de: <http://www.mexicomaxico.org/ParisMex/resumen.htm> - Acesso em: 04/02/2013.



El Ángel de La Independencia, localizado no *Paseo de La Reforma*, na Cidade do México. Construído entre 1908 e 1910, inaugurado em 16 de Setembro de 1910. No interior do monumento se encontram os restos mortais de vários heróis da Independência – Disponível em:

http://1.bp.blogspot.com/_gOgg1kS7xfU/TJCL7FT2fkl/AAAAAAAAAGTM/OOPkp7eg9gc/s1600/angel+de+la+independencia.jpeg – Acesso em: 04/02/2013.

Descrição retirada de: <http://www.mexicomaxico.org/ParisMex/resumen.htm> - Acesso em: 04/02/2013.

ANEXO 2: *Estela de Luz*



Monumento *Estela de Luz*, construído entre 2010 e 2012, inaugurado em janeiro de 2012, foi alvo de diversas críticas por parte da população e dos partidos de oposição, em virtude, principalmente, do excessivo montante despendido para sua conclusão – inicialmente avaliado em cerca de 200 milhões de pesos, ultrapassou a cifra de 1 bilhão. Disponível em: <http://www.euroguarco.com/?q=it/image/view/759> - Acesso em: 04/02/2013.



Detalhe do monumento *Estela de Luz*. Disponível em: http://www.trust.org/resize_image?path=/dotAsset/6d6eaa4-034d-4835-835a-294ebd75a34c.jpg&w=649 – Acesso em: 04/02/2013.